

Caribe

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI

NOVA SÉRIE

BELÉM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

N.º 10

MARÇO DE 1960

A CULTURA PASTORIL DO PAU D'ARCO

C. A. MOREIRA NETO

Museu Goeldi

INTRODUÇÃO

Os estudos de etnologia brasileira têm, geralmente, dedicado pouco interesse à caracterização dos grupos neo-brasileiros que, em territórios ditos de fronteira, entram em contato ocasional ou permanente com tribos indígenas. Partem provavelmente da premissa tácita de que tais ondas pioneiras são suficientemente conhecidas em suas técnicas, móveis e valores. O caráter complexo da estrutura sócio-econômica nacional, diferenciada sob várias formas e manifestando-se através de diversas agências, está a exigir uma reconsideração do problema em termos que ultrapassem as vagas generalizações usuais.

Tal esforço de entendimento da sociedade nacional não é estranho, no entanto, à problemática dos etnólogos que, com maior rigor e amplitude conceitual, se dedicam atualmente no Brasil ao estudo dos povos tribais. Graças ao trabalho desses especialistas pode-se dizer, com justiça, que as ciências sociais, no que se refere à caracterização das culturas indígenas, estão abandonando os quadros restritos de uma mera etnografia de grupos tribais pelo esforço de encará-los como parte de um contexto mais amplo e dinâmico, onde se exercem compulsões de diversos tipos. Quer se trate de elementos de dissociação da vida tribal de nível pré-cultural, biótico, cuja importância para o futuro das tribos indígenas foi suficientemente esclarecido em um trabalho recente (Ribeiro: 1956) ou de compressões exercidas por grupos sociais, dificilmente escapará ao especialista o caráter fortemente impositivo desses processos sobre as culturas indígenas.

Nada há de mais determinante para a sorte e o caráter das culturas tribais que o paulatino e irreprimível avanço da sociedade nacional pelos territórios por elas ocupados. Com base nessa premissa, insiste um daqueles etnólogos que “a caracterização da cultura dessas sociedades rurais constitui elemento indispensável para se aferirem com a necessária precisão os fenômenos de mudanças e transição que sofrem os grupos indígenas em suas relações com nossa frente pioneira” (Galvão, 1957:67).

Este, como outros especialistas preocupados com tal ordem de problemas, adverte-se do caráter profundamente diferenciado e complexo com que atua a sociedade nacional em seus processos de expansão. Mais do que ao conjunto de suas técnicas adaptativas, formas de associação e elementos ideológicos, dependerá a cultura tribal para sua sobrevivência em tais situações de contato, do caráter e da intensidade com que sobre ela atuam as agências locais da sociedade nacional em expansão. Conclui-se de um exame mais detalhado das diversas situações de contato que não se pode tratar a “sociedade nacional como se fosse uma constante no processo de integração. Na realidade, trata-se de uma das variáveis básicas que exige exame quanto à capacidade diferencial de determinação de cada uma das formas que podem assumir. A sociedade nacional apresenta-se aos índios com faces profundamente diversas, conforme assuma a forma de economia extrativa, pastoril ou agrícola. Cada uma delas é movida por interesses diversos na exploração do ambiente, organiza-se segundo princípios estruturais próprios e impõe compulsões diferentes aos grupos tribais com que se defronta” (Ribeiro, 1957:21-23).

O presente trabalho é o primeiro de uma série destinada à caracterização das frentes pioneiras que penetraram e ainda hoje atuam sobre os territórios tribais Kayapó. A parte agora publicada refere-se à formação e desenvolvimento da onda pastoril, que, pelos fins do século XIX, invadiu os campos do Páu d'Arco, tributário da margem esquerda do baixo Araguaia, região ocupada tradicionalmente pelos Irã-amráire Kayapó (1).

(1) Esta numeração refere-se às notas em apêndice.

Em publicações posteriores examinar-se-ão as características constitutivas das frentes extrativistas da castanha e da borracha que se expandem por áreas das bacias do Araguaia-Tocantins e do Xingú, envolvendo em sua penetração outros grupos Kayapó. Uma parte especial será destinada à análise da gênese e do caráter atual dos conflitos entre os Kayapó e as diversas frentes expansionistas e às sucessivas fragmentações dessa tribo por efeito daquelas compulsões externas.

O projeto de pesquisa que deu origem aos materiais aqui tratados foi formulado originalmente como uma das exigências do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, dirigido em 1956, no Rio, pelo etnólogo Darcy Ribeiro. Esta, estendeu-se por três períodos diversos, abrangendo áreas diferentes do Araguaia, Xingú e Tocantins.

No primeiro período de trabalho de campo, que se dilatou entre abril e agosto de 1957, foram estudadas as frentes pastoril e extrativista de castanha com centro em Conceição do Araguaia, tomando-se ainda contato com os grupos Kayapó Djóre-Xikri, Górotire e Kubenkrankégn, localizado o primeiro no ~~Pau-d'Arco~~ ^{Itacaiuna} e os dois outros na bacia do rio Fresco, afluente do Xingu. As etapas finais do trabalho realizaram-se em março-abril e julho de 1958. Abrangeram áreas do Xingu e do Tocantins. Na primeira, o interesse maior foi pôsto no estudo de bandos Kayapó recentemente pacificados, como os Kokraimôro, e da frente extrativista vegetal que se expande por esta região. No Tocantins, finalmente, foram completados os dados sobre a ocupação de territórios tribais por coletores de castanha, adicionando-se a eles materiais sobre grupos indígenas diretamente ameaçados por essa onda pioneira, como os Djóre-Xikri, Parakanã, Asuriní e Gaviões.

Deseja o autor expressar seu reconhecimento a todos quantos, através de críticas, sugestões, informações e auxílio material, tornaram possíveis a reunião e ordenação dos dados em que se baseia o trabalho.

De forma muito especial torna aqui explícito seu débito aos professores Fernando Altenfelder Silva, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Darcy Ribeiro, da Universidade do Brasil, Eduardo Galvão, do Museu Goeldi, L. A. Costa Pinto,

da Universidade do Brasil, L. Castro Faria e Roberto Cardoso de Oliveira, do Museu Nacional e Josildeth da Silva Gomes, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, a quem deve, fundamentalmente, sua iniciação e treinamento em Ciências Sociais.

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA ONDA PASTORIL

O objetivo geral deste trabalho é a documentação dos processos de atuação das frentes pioneiras que se expandem por territórios indígenas, acompanhada de um "survey" etnológico das tribos aí existentes. Aqui são analisadas algumas de suas conclusões mais gerais na parte que se relaciona com o desenvolvimento da onda pastoril nos campos do Páu d'Arco.

Na consideração de tais processos de expansão não se poderá deixar de considerar o caráter da estrutura sócio-econômica do país que lhes dá origem.

A fisionomia, a intensidade e os móveis dessas frentes pioneiras explicam-se e vinculam-se ao contexto da sociedade nacional, às suas características constitutivas, a seu grau de desenvolvimento material, às solicitações de seus mercados internos e externos. Nesta dimensão os processos expansionistas encontram sua explicação mais vasta e final. Obviamente, nenhuma dessas frentes gera-se de modo espontâneo, desvinculada de conexões externas. O caráter da estrutura econômica do País determina o modo e os interesses pelos quais novas áreas são incorporadas à sociedade nacional pelas frentes pioneiras. Ver-se-á, na análise do segmento mais ocidental da onda pastoril nordestina, que as sobrevivências coloniais expressas em seu complexo de técnicas produtivas, formas de associação, normas e valores, são uma clara decorrência da ausência de um mercado externo consistente onde colocar seus produtos. Enquanto a grande agricultura e a indústria extrativa voltavam-se para os mercados exteriores, disciplinando-se ao caráter geral da economia do País, a pecuária no Araguaia paraense marginalizava-se e definhava por ausência de vinculações econômicas mais intensas.

A ocupação pastoril dos campos do centro e sudoeste do Maranhão processa-se durante o século XVIII através de uma

frente pioneira de raízes bahianas. Seu desenvolvimento histórico e suas características culturais são analisados por Capistrano de Abreu em dois de seus trabalhos (1930 e 1954). Completados com informações de cronistas e viajantes, especialmente dos séculos XVIII e XIX, relacionados na bibliografia, servem de base à caracterização histórica e cultural desse movimento expansionista que aqui se tenta.

Um dos maiores óbices à ocupação pastoril do Maranhão foi a presença, no chamado território dos Pastos Bons, de um extenso grupo tribal Jê, os Timbira, que se viu compelido a formas de resistência extrema contra as ondas de criadores que se expandiam por seus campos. Sobre a matéria há um farto documentário condensado por Nimuendajú (1946). Um século depois, vai-se encontrar a reiteração do processo atuante sobre outros grupos Jê, os Irã-amráire Kayapó dos campos do Páu d'Arco. A frente pastoril é a mesma e os grupos tribais implicados nos processos de desintegração pouco se diferenciam, num e noutro caso, pela cultura ou pela língua. Entre os Kayapó as conseqüências do impacto serão também muito semelhantes às que sofreram os Timbira do Maranhão, se bem que mais drásticas em termos de população.

Definição cultural da frente pioneira

Em duzentos anos, da segunda metade do século XVI até meados do XVIII, a pecuária conseguiu povoar todo o nordeste do País, do São Francisco bahiano ao Maranhão ocidental. O passo tardo e seguro das boiadas integrou ao território da colônia os ásperos sertões nordestinos que a irregularidade do regime pluvial tornava impróprios para uma agricultura mais alentada. O criatório é a única atividade produtiva que, nestas regiões, abandona o litoral açucareiro para internar-se pelos *cerrados interioranos*. É de notar-se êsse divórcio, para o qual chama a atenção Caio Prado Junior: "Quero referir-me à separação completa e nítida entre a pecuária e a cultura da terra que aí se revela. . . Também aponte a causa última determinante de tal estado de coisas: o sistema geral da economia e da agricultura brasileiras, voltadas para a produção absorvente de uns poucos

gêneros destinados ao comércio exterior, e com a monocultura que deles resulta" (1945:182-3).

A tal ponto eram atuantes na estrutura colonial os interesses que vinculavam a economia a um comércio de exportação que dispositivos legais interditavam, em um raio de dez milhas marítimas a partir do litoral, a criação do gado. Marginalizada nos quadros dessa estrutura econômica, a pecuária ganha os vastos sertões do nordeste já marcada de início com o caráter que sempre teria: o de atividade acessória no contexto da economia colonial, importante para o suprimento alimentar dos núcleos litorâneos, mas sem atrair mais vivamente os interesses dominantes, absorvidos nos engenhos de açúcar e, mais tarde, na mineração. "Já nas terras brasileiras ia-se verificando, porém, o conflito, existente no Velho Continente, entre os criadores e os lavradores, em defesa das plantações. Não havia o arame, o grande elemento pacificador e protetor da cultura dos campos. Daí uma das razões da retirada dos currais de criação para o sertão brasileiro, longe dos engenhos, dos canaviais e dos mandiocais e em terras mais pobres que não poderiam ser aproveitadas para as culturas exigidas pelo número crescente dos engenhos do litoral. Uma Carta Régia de 1701 proibia mesmo a criação a menos de 10 léguas da costa" (Simonsen, 1957:151). Voltada para si mesma e para a solidão dos enormes territórios que ocupa, a criação de gado, sem contar com participação mais íntima no comércio e nas fontes de riqueza da colônia, tende a desenvolver um sistema de economia fechada, auto-suficiente, em que as trocas em espécie se avultam em importância sobre a circulação de moeda.

A ocupação dos campos nordestinos é precária: a vegetação natural é rala, de pequeno valor alimentício e, nos longos verões, queimada pelas secas que fazem minguar os bebedouros destinados ao gado. As boiadas conduzidas aos mercados sertanejos, principalmente no São Francisco bahiano, o "rio dos currais", chegavam comumente ao destino com a perda da metade de seu número. Tão precários e difíceis eram os contatos com o litoral que os criadores se socorriam do sal indispensável ao gado nos lambedouros ou barreiros naturais, ou nas jazidas localizadas às margens do São Francisco. O valor do gado era

infimo. O escambo substituiu a moeda e os vaqueiros eram pagos em espécie, nas partilhas ou sortes, em cada três ou cinco anos, recebendo um quarto do total das crias. A pobreza dos solos e a dificuldade das aguadas dilatavam as fazendas por áreas muito vastas, em contraste com a rarefação extrema dos contingentes humanos que participavam do desenvolvimento da frente pastoril. Dispositivos régios fixavam em fins do século XVII em três léguas quadradas o máximo de área concedida aos criadores, como sesmarias. As dificuldades de controle e de intercâmbio tornavam entretanto inoperantes tais regulamentações, havendo na prática o monopólio de áreas extremamente dilatadas de território por parte de alguns grandes criadores. Assim, todo o sertão pastoril da Bahia, entre o primeiro e o segundo século de colonização, estava vinculado a dois grandes feudos, o da Casa da Torre e o dos herdeiros do Mestre de Campo Guedes de Brito. Por outro lado, nas zonas mais distanciadas ou de fronteira, a apropriação de novas áreas tornava-se livre na prática, sem a dependências de concessão ou pagamento de direitos reais. Era corrente nos sertões a abertura de novas fazendas por vaqueiros que acumulavam durante algum tempo as rês que lhes cabiam nas partilhas e se transferiam para territórios ainda não ocupados (2).

À pecuária acompanhava uma tímida lavoura de subsistência, praticada nas vazantes ou nas matas ciliares que bordejam os cursos d'água permanentes. Esta fornecia ao sertanejo um mínimo de produtos agrícolas indispensáveis à sua manutenção e à dos animais de transporte: mandioca, milho, feijão, cana. Eram diminutas em extensão; as roças individuais dificilmente ultrapassariam a área de um hectare, em que geralmente só se plantava uma vez.

O contato com os núcleos litorâneos se fazia espaçada-mente, frouxo e difícil, por intermédio das feiras de gado sediadas em certos povoados sertanejos, principalmente no vale de São Francisco, que agiam como entrepostos comerciais, ou através de bufarinheiros, dizimeiros, eclesiásticos ambulantes e outros tantos, que percorriam os sertões como agentes da lei religiosa ou civil. Os bufarinheiros levavam ao sertão sua quinilharia costumeira, as joias, os tecidos, os instrumentos de tra-

balho e utensílios domésticos e, os segundos, a presença do poder real e eclesiástico.

Tais eram, em resumo, as características dêste movimento colonizador da mais profunda importância para a história da formação da sociedade nacional. Chamaram-no a civilização do couro porque nêle o gado e seus sub-produtos representavam praticamente tudo, dos interesses que presidem a formação da onda pioneira à garantia de permanência da ocupação dos sertões que se estendem das fronteiras de Minas, no São Francisco, ao território dos Pastos Bons, no Maranhão: "A zona criadeira começava um pouco acima da foz do São Francisco, acompanhava-lhe as margens a entestar com a fronteira de Minas Gerais, transpunha as vertentes do Tocantins e do Parnaíba, alcançava já enfraquecida o alto Itapicuru, compreendia as ribeiras de todos os rios de meia-água metidos entre a baía de Todos-os-Santos e Tutóia. A trechos se aproximava muito da beira-mar, de que em Ilhéus e Pôrto Seguro separavam-na a serra do Espinhaço e suas matas litorâneas... Como vimos, pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acarucu no Ceará; bahianos os sertões de dentro, desde o rio São Francisco até o Sudoeste do Maranhão" (Capistrano, 1954:312-13). E acrescenta o historiador: "...nem o Parnaíba teve poder para conter a onda invasora. Pastos Bons foi povoado por bahianos e até meados do século XVIII teve comunicações exclusivamente com a Bahia" (1954:215).

A ocupação pastoril dos campos da Barreira

A fertilidade dos Pastos Bons, a despeito dos óbices interpostos à expansão pelos grupos tribais, fortalece a onda pastoril e a leva até as margens do Tocantins. Graças a criadores que se estabeleceram nas ricas pastagens banhadas por afluentes orientais daquele rio, "os maranhenses conseguiram dilatar seus limites e tomar a Guaiáz o território de Carolina; e movimento exclusivamente maranhense é êste, que desde o Manoel Alves Grande foi descendo o Tocantins e alcançou as águas do Gurupí" (Capistrano, 1954:112).

Em meados do século XIX o Tocantins era a fronteira mais ocidental atingida pela onda pastoril nordestina. Três séculos completos se dilatam entre a introdução das primeiras rêsas das ilhas de Cabo Verde na Bahia e a extensão da pecuária à orla da floresta amazônica. Mas, a despeito do tempo transcorrido e das mudanças estruturais havidas na ex-colônia, a cultura pastoril "ainda aí está, idêntica ao passado, nestas boiadas que no presente como ontem palmilham o País, tangidas pelas estradas e cobrindo no seu passo lerdo as distâncias imensas que separam o Brasil" (Prado, 1945:182).

Quase um século dura a lenta expansão pastoril em território maranhense, embaraçada pela presença dos populosos grupos Timbira dos Pastos Bons. Essas tribos são repelidas, primeiramente com o uso de tropas coloniais e, mais tarde, aniquiladas em grande número com a contaminação intencional de seus membros por varíola, como documenta Paula Ribeiro (1841:184 ss.).

Em comêços do século XIX, um primeiro núcleo urbano é fundado nas margens goianas do Tocantins, Bôa Vista, sucedido pela ocupação paulatina de todo o território delimitado pela junção dêste rio com o Araguaia. Aí se defronta a frente pioneira com um movimento colonizador orientado do sul, seguindo o curso do Araguaia, composto por criadores de gado e garimpeiros. A onda expansionista meridional não tem, entretanto, a importância do movimento nordestino e cedo funde-se a êle, deixando-lhe a tarefa de definir o estilo cultural das novas ocupações que se farão agora em território paraense (3).

Por volta da última década do século, uma série de conflitos que vinham fermentando na região de Bôa Vista do Tocantins assume forma aguda, determinando o êxodo forçado de inúmeras famílias de criadores para as áreas ribeirinhas do Araguaia. O que de momento importa salientar é a transferência dêsses contingentes pioneiros em densidades dificilmente atingíveis em tempos normais para os campos do Araguaia paraense. Pode-se, portanto, determinar a época e a origem das primeiras fixações de criadores na região das pastagens naturais que bordejam o Najá, o Arraias e o Páu d'Arco. Santana da Barreira, primeiro núcleo populacional estabelecido na área, data

de 1892, conforme testemunha Coudreau: "Le petit peuple de la Barreira a en partie les mêmes origines que celui d'Itacayuna: il vient à pu près moitié de Boa Vista do Tocantins et moitié du Rio do Somno. C'est, des deux côtés, le besoin de paix, de vie tranquille, qui a déterminé, vers la fin de 1892, l'exode qui, depuis, ne s'est plus arrêté, pas plus pendant la "guerre de Boa Vista" (mars 1892 à 1895) que depuis (1897:143)".

Já anteriormente, entretanto, desde a metade do século, tentava-se a fixação de populações pioneiras na região. Couto de Magalhães, governador da província de Goiás, inaugurou por essa época a navegação do Araguaia com navios a vapor e tentou estabelecer núcleos de colonização e centros para a atração de índios na área. As dificuldades de navegação regular do rio por embarcações de grande porte e as distâncias muito dilatadas tornavam inacessíveis os mercados que poderiam absorver a produção dessas colônias pioneiras. Com resultados mais ou menos medíocres continuou a operar, dirigida do sul, esta onda colonizadora rarefeita e sem energia, sem muito se afastar das orlas ribeirinhas e, de modo mais particular, da margem goiana, onde principalmente se estabeleceu, praticando uma pecuária limitada que se completava com a indispensável agricultura de subsistência e a criação, também muito tímida, de outros animais domésticos.

A frente pioneira que parte dos Pastos Bons e atravessa agora o Tocantins é maranhense pelos elementos que a compõem, como há um século atrás foi bahiana. O chapadão que se estende pelo pontal formado pela convergência do Tocantins e Araguaia é rapidamente ocupado e, nos últimos anos do século XIX a frente pastoril atinge a própria margem esquerda desse último rio. Nesse momento, a expressão política dos conflitos de Boa Vista que, em sua primeira fase, era anti-florianista e dirigia-se contra as tendências positivistas do governo republicano, começa a tomar um caráter mais claramente material. Todo o messianismo do movimento que erige Boa Vista como a "cidade santa da fé" e, à semelhança da prefação do Conselheiro, volta-se contra o governo central "herético" e "ilegítimo" (Carvalho, 1924), termina por resolver-se em lutas não menos ásperas e intermináveis entre os Estados limítrofes, que disputam

a posse desses territórios. O governo maranhense, que pese a sua participação humana maior no movimento pioneiro, é aliado da luta pelas fronteiras ditas naturais do rio Tocantins. Mas o argumento não é válido para Goiás, que reivindica a posse das regiões que se dispõem a oeste do Araguaia. Essas disputas jurisdicionais tiveram um importante papel a representar na colonização do Páu d'Arco e do Itacaiunas. O governo paraense, temeroso de perder o controle destas áreas, deu apoio efetivo aos dois segmentos pastoris que se deslocaram para Santana da Barreira e o Burgo Agrícola do Itacaiunas, tornando assim possível a permanência da ocupação em seus primeiros tempos. Frei Gil de Vilanova, missionário Dominicano que lidera a fundação de Conceição, revela em um relatório de 1902 ao capítulo provincial Dominicano de Toulouse e em cartas posteriores aspectos interessantes desses conflitos. Como bom político, hipoteca solidariedade simultaneamente aos dois governos em luta, conseguindo subvenções e vantagens tanto do Pará quanto de Goiás. Nesse sentido escreve a seu provincial mostrando que certos aspectos positivos podiam ser extraídos da disputa, ao mesmo tempo que acrescenta: "Parece que não nos devemos embarçar com esta questão de limites entre os dois Estados. Que nos importa? Os grandes do mundo que arrumem nesse ponto"... (1942-b:278).

Os criadores dos Pastos Bons lançam-se sobre o chapadão do norte goiano e terminam por atingir as bacias do Najá, do Arraías e do Páu d'Arco, enquanto um segmento setentrional localiza-se na foz do Itacaiunas. Nos campos do Páu d'Arco o movimento ganha corpo e se expande. O próprio estrangulamento das vias de acesso aos mercados consumidores tradicionais é fator positivo no crescimento dos rebanhos. O isolamento impede a diminuição do gado pela retirada periódica de boiadas dirigidas aos centros de consumo. A falta de estímulo em que esse fato implica não terá, até o desenvolvimento de primeiro ciclo da extração do caucho, consequências negativas sobre a ampliação das atividades pastoris pois, nessa região de campos naturais, a pecuária será a única forma de produção economicamente viável.

A vanguarda da frente pastoril localiza-se primitivamente às margens do Araguaia, um pouco abaixo da foz do Najá, no núcleo que passou a ser chamado Barreira de Santana. Os contatos pacíficos com os Irã-amráire Kayapó, acostumados ao trato com néo-brasileiros desde a fundação da missão de Santa Maria Nova, em 1859, foram preciosos para a rápida expansão da pecuária pelos campos naturais que nessa altura prolongam-se quase até a margem do Araguaia. Esses contatos foram facilitados pela presença de índios que se expressavam fluentemente em português e haviam sido alunos do Colégio Isabel, fundado no Araguaia por Couto de Magalhães. Penetrações sucessivas foram feitas nos campos que se prolongam por todo o curso do Arraias e fazem junção com as pastagens naturais do Páu d'Arco. Trilhos indígenas foram as primeiras estradas boiadeiras e suas aldéias, disseminadas pelo Arraias e Páu d'Arco, as primeiras fontes de suprimento e bases de fixação nos campos do interior. Esse processo, que poderia ser descrito como de sucessão ecológica, tornou muito rápida e fácil a expansão pela área. Tais formas de utilização de aldeamentos e roças indígenas pelos componentes da onda pioneira como os primeiros suportes de uma ocupação definitiva são violentamente desintegrativas. Repetem-se aqui os mesmos elementos destribilizantes que agiram sobre os Timbira dos Pastos Bons. Tôda a área tribal ocupada pelos Irã-amráire Kayapó foi convertida em pastagens. Suas roças usuais nas matas ciliares do Arraias e do Páu d'Arco foram ampliadas e postas a serviço da frente expansionista. Os próprios membros desses grupos tribais sofreram reiteradas tentativas de aliciamento como auxiliares das tarefas pastoris. Frustrado o engajamento, optou-se pela atração dos índios para junto da missão Dominicana de Conceição do Araguaia, já então fundada. Em seus termos mais gerais, a providência atendia ao duplo objetivo de deixar livre os campos à ocupação pelo gado e a atrair os índios para uma fixação permanente nas proximidades da missão, onde a tarefa catequética poderia ser mais efetiva e constante. Em última análise o processo era a repetição dos velhos métodos jesuíticos dos "descimentos" e da formação de aldéias catequéticas.

Dentro em pouco o território estava vazio de índios. Alguns remanescentes tribais permaneceram muito provavelmente nos campos e foram envolvidos pela onda pastoril. Mas sua presença jamais se fez sentir com a impositividade incômoda das sucessivas reações dos Timbira. Fato muito raro em relações inter-étnicas desse tipo, não registra a bibliografia existente ou a memória de quantos informantes foram consultados, um só caso de hostilidade dos Irã-amráire aos invasores de seus territórios.

Conceição, novo núcleo colonizador

Quando Coudreau visitou Santana da Barreira em 1896 o povoado já era um núcleo relativamente populoso. Entretanto os habitantes, "pour éviter l'ennui de l'inondation de la grande crue décennale e poussés aussi para la nécessité de terres hautes pour les roças, se proposent-ils de transporter leur village... sur les plateaux de la rive droite du Bas Pau d'Arco. Lá on trouve des terres hautes autant qu'on en veut, de vastes campos s'y reliaient sans interruption avec ceux de la Barreira et, enfin, pour ce qui est de la pénétration chez les Cayapós, — oeuvre dont les fazendeiros ne se désintéressent pas plus que les Missionnaires eux-mêmes... En même temps qu'elle (Santana da Barreira) se pousse vers les Campos Geraes pour y multiplier son bétail et vers les aldeias Cayapós pour utiliser ces Indiens comme auxiliaires..." (1897:148-150).

Na mesma obra, Coudreau afirma que os habitantes da Barreira procuravam, por esta época, entrar em relações comerciais diretas com Belém. Verifica-se aí uma tentativa de romper o isolamento que a região impunha com respeito aos grandes núcleos litorâneos e que, já a esta época, aparecia como a mais séria ameaça ao sucesso da ocupação pastoril do Páu d'Arco. Nos Pastos Bons a distância tornava o contato com os centros consumidores da orla litorânea, como São Luiz, Fortaleza, Recife e Salvador, difícil e oneroso mas não impraticável. Cronistas coloniais descrevem várias dessas estradas boiadeiras que, partindo do Maranhão, atingiam as feiras de gado do São Francisco bahiano, do Ceará, Piauí e Pernambuco. Por outro lado, o co-

mércio de rês e dos diversos sub-produtos da atividade pastoril especialmente couros salgados e “espichados”, fazia-se com São Luiz e outros centros costeiros pelas vias que acompanhavam o Grajaú, o Mearim ou o Parnaíba, até pontos em que o volume d'água permitisse o embarque dos produtos. Tais caminhos eram necessariamente precários mas, através deles, as populações dos Pastos Bons estabeleciam contato com os principais mercados litorâneos da região.

O problema com que se defrontavam nos fins do século os pioneiros da frente pastoril do Páu d'Arco era bem mais árduo. Os antigos caminhos maranhenses estavam fechados pelos dois maiores rios da região, o Araguaia e o Tocantins. O gado bravo, criado às sôltas segundo as tradicionais técnicas pecuárias nordestinas, impossibilitava a travessia dos rebanhos nas frágeis embarcações em uso na época. “Para os compradores de gado que vão de Piauí a Maranhão, o gado que está na margem oposta do Tocantins quase não convém, pois as rês que atravessam o rio ficam estropiadas e com muito custo endireitam. Se não descansarem numa bôa invernada não “botam” até as feiras. Além disso, na travessia do rio muitas delas morrem, e é preciso, também, pagar os homens que são especializados nesse serviço. O gado situado na margem que fica do lado dos Estados referidos, vale mais 10\$000 per capita” (Iglésias, 1958-II:575). Para o sul, havia a enorme distância e a ausência de caminhos até os centros consumidores dos garimpos do Garça ou dos núcleos urbanos, como a Vila Boa de Goiás. Tais mercados eram supridos, aliás, pelos extensos rebanhos disseminados pelos chapadões goianos e outras áreas próximas, como o São Francisco e o oeste mineiro. Para o oeste, em imediata sucessão aos campos do Páu d'Arco, havia a chamada mata geral do Xingú, desabitada de “cristãos” e impenetrável. Eis por que são procurados com tanta insistência contatos com Belém, apesar da selva bruta, das distâncias enormes e dos trechos encachoeirados do Tocantins. Tal ligação jamais se fará em bases economicamente viáveis, a não ser muito recentemente, através de aviões.

Desde o início configura-se em forma extremada a ausência de intercâmbio comercial e de mercados para o seu principal produto. A exportação de gado será mínima. O comércio con-

tinua a fazer-se com os núcleos maranhenses e goianos do Tocantins, como Bôa Vista, Imperatriz, Carolina, Grajaú, Balsas, fundado principalmente em couros de bovinos e de animais silvestres e nos parques excedentes da produção agrícola.

Ciclo da borracha: origem dos grandes criadores

Um fato absolutamente novo vem salvar os criadores do Páu d'Arco de um fracasso que se afigura inevitável. É o início da exploração da borracha e da castanha na área, produção que, ao contrário da pecuária, voltava-se fundamentalmente para os mercados internacionais, criando novas oportunidades de trabalho, mercados e capitais de que fartamente se beneficiaram os criadores locais.

A falência da extração da goma elástica, posterior a 1912, deixou o núcleo urbano de Conceição com um comércio relativamente estável e ocupado por uma população densa. Comerciantes, exploradores de cauchais, intermediários de todos os tipos especularam com a baixa dos preços do gado que se seguiu à liquidação do mercado extrativista regional. Datam desta época os grandes fazendeiros-comerciantes que iniciam estabelecimentos de criação no Páu d'Arco. Um desses que, por volta de 1910, se havia estabelecido na "corrutela" da Gameleira como transportador de caucho com uma tropa de muares que trouxera do Grajaú, no Maranhão, transformou-se mais tarde em pequeno comerciante e "aviador". Iniciado o período de decréscimo da atividade extrativista, aplicou grande parte de seus lucros na compra do gado desvalorizadíssimo: "cinco ou dez mil réis por cabeça; quinze foi o máximo que paguei". Transferiu-se mais tarde para a sede do município com sua casa de comércio e é hoje um dos maiores criadores da região.

Um balanço da situação da pecuária posterior a 1915 indicará a centralização dos rebanhos em mãos de alguns grandes fazendeiros, os únicos que, pelo volume de seus interesses na área e a posse de algum capital, puderam sobreviver à derrocada da borracha, permanecendo na região. Apoiavam-se na extensão da pecuária a grandes áreas que foram incorporando a seu patrimônio e na exploração do comércio urbano em Conceição

que, também, aos poucos, foram monopolizando. Os grandes criadores de Conceição construíram, como se viu, seu domínio pastoril com capitais oriundos de especulações econômicas ligadas à atividade extrativista.

Cessada a exploração do caucho, a atividade extrativa continuou, voltando-se para a castanha e a exploração de alguns garimpos. Mas a região torna a ser definida fundamentalmente pelo seu caráter pastoril, com as dificuldades de comércio que anteriormente foram acentuadas.

Repetem-se, portanto, nos anos que se dilatam entre o término da primeira guerra mundial e o início da segunda, a mesma situação de isolamento que definia a frente pioneira quando aí se estabeleceu na última década do século XIX. Seus traços mais característicos, a ausência ou quase ausência de um sistema de propriedades bem delimitadas, as partilhas e os dízi-mos e o controle estrito dos padrões sobre as relações sociais, mesmo as de caráter não econômico, são aspectos que se man-terão por muito tempo, imperturbados por pressões externas. Toda a atividade econômica dominante, a pecuária e o comércio, está em mãos de uma pequena minoria de fazendeiros. Controlam de modo amplo a posse dos campos do Arraías e do Páu d'Arco e estendem seus rebanhos a áreas pastoris mais ou menos vastas do território goiano confrontante, na margem direita do Araguaia. Tal situação se manteve praticamente intocada até o reavivamento do interesse em torno da borracha, ocasionado pela segunda guerra mundial.

FORMAS E PROCESSOS DE OCUPAÇÃO

Uma das razões que moveram os integrantes desta frente à ocupação de territórios paraenses foi, ao lado da instabilidade política dos conflitos de Bôa Vista do Tocantins, a busca de áreas livres para a expansão da pecuária. A pobreza da vegetação natural, caráter comum a todos os territórios pastoris nordestinos, transforma os estabelecimentos de criação em centros de controle de pastagens muito dilatadas em que se estabelecem rebanhos rarefeitos de algumas centenas de rês. O sistema tradicional de remuneração do vaqueiro, a partilha, determinava, pelo menos no início da ocupação pioneira, a contínua criação

de novas fazendas. O vaqueiro, de posse das crias que lhe tocavam na repartição, tendia a transformar-se em criador independente, localizando-se em regiões ainda não ocupadas. O fato impõe ao desenvolvimento espacial da pecuária dessas regiões sua dinâmica própria. A busca de novos territórios é portanto determinada não só pelos métodos rudimentares de criação e pela pobreza das pastagens como pelas formas usuais de remuneração do trabalho dos vaqueiros.

Processada a primeira ocupação dos campos do Araguaia paraense com a formação do núcleo pastoril de Santana da Barreira e superada a crise de mercados com o advento da exploração da borracha, a pecuária firma-se nos campos do Páu d'Arco. As duas fases de maior progresso da área foram marcadas por períodos em que a extração do caucho era a atividade econômica dominante. O término de cada uma dessas etapas extrativistas custou ao município um forte decréscimo em sua densidade demográfica.

A área total de Conceição do Araguaia ultrapassa os 42.000 kms². Segundo os dados do recenseamento de 1950 a população global é calculada em cêrca de 6.300 habitantes, dos quais pouco mais de 1.300 encontrar-se-ão no distrito sede. A população do núcleo emprega-se no comércio local ou em áreas circunvizinhas, na produção agrícola em regiões de plantio próximas do Araguaia e engaja-se, eventualmente, nos garimpos e na coleta de castanhas na zona do Xambioá.

O suprimento dos campos do Páu d'Arco com as poucas mercadorias que habitualmente consome se faz através do comércio com Conceição. Os maiores criadores que são também, via de regra, comerciantes, fornecem a crédito a seus vaqueiros e dependentes e recebem o pagamento em gado que deduzem dos "quartos" divididos na época das partilhas. Quando o patrão não se dedica ao comércio, é usual seus empregados comprarem a crédito nos estabelecimentos comerciais de Conceição com a garantia do fazendeiro, que afiança os débitos. Nesses casos é comum o fazendeiro agir como intermediário na transação, garantindo-se dessa forma algum lucro. Aqui também a garantia do pagamento é representada pelas rêsas que tocam aos vaqueiros nas partilhas.

Comércio nos campos: Marreteiros e regatões

Além dos contatos comerciais diretos com a sede do município, os habitantes dos campos do Páu d'Arco estabelecem relações com pequenos núcleos que bordejam o Araguaia. A vila de São Domingos do Páu d'Arco, face à foz do rio, na margem goiana do Araguaia, é freqüentemente procurada pelo pessoal dos campos que aí vai vender peles, carne seca, porcos, etc. O valor desses produtos é trocado por mercadorias encontradas no próprio local ou aplicado em compras em Conceição do Araguaia. Os garimpos que se localizam nas duas margens dessa região do Araguaia constituem também um bom mercado para produtos dos campos como carne seca de gado bovino e suínos vivos. O excedente da pequena produção local de cereais era também colocado de preferência nos garimpos, elegidos pelas possibilidades aquisitivas desses núcleos de mineração, que pagavam as compras a dinheiro e pelos maiores preços aí alcançados pelos produtos. Diz um informante que hoje esse mercado foi perdido pois os garimpos "têm cereal até para exportar".

Os marreteiros e regatões constituem um apêndice do comércio urbano de Conceição e penetram continuamente nas áreas pastoris. A ausência de veículos de transporte de mercadorias ou pessoas nos campos é completa. O trânsito de mercadorias é feito sempre com o uso de animais de carga. Esse é o meio comumente usado pelos marreteiros, comerciantes que se deslocam pelos campos vendendo ou trocando retalhos de pano, cachaca, fósforos e miudêzas. Por vezes fixam-se por alguns dias em um dos pequenos aglomerados de casas nos campos, Alto Alegre, Boa Sorte ou Barreiro Grande, e aí esperam a freguezia. O escambo é a forma usual de comércio. Os marreteiros compram ou recebem em troca de seus produtos peles de animais, especialmente caetetés e veados, porcos e bovinos. A valorização recente da carne de bovinos e suínos na região é um fator que tende a intensificar as trocas praticadas pelos marreteiros como forma de comércio. Os regatões, durante o inverno, sobem o Páu d'Arco em barcos acionados por motores de popa até o pôrto da Aldéia Grande ou Alto Alegre, último ponto navegável no rio. Como os marreteiros, vêm geralmente de Concei-

ção ou de Xambioá e vendem munições, sal, querosene, fósforos, tecidos, e outras utilidades, da mesma forma que, como eles, compram ou recebem em troca peles e suínos.

Tanto marreteiros quanto regatões são proprietários de pequenas quitandas em Conceição ou nos núcleos vizinhos, como São Domingos do Páu d'Arco e Xambioá ou aviam-se nas casas comerciais mais fortes daquela cidade. Já se viu, entretanto, que as maiores empresas pastoris pertencem a negociantes cujo centro comercial é Conceição do Araguaia. Assim, a maior frequência desses comerciantes ambulantes é constituída por pequenos fazendeiros independentes e pela rala população que vive de uma tímida agricultura de subsistência nas cercanias dos pequenos centros ou vilarejos dos campos, completada pela criação em pequena escala de porcos, cabras e galinhas. Tais centros tiveram provavelmente sua origem nas duas épocas em que a exploração do caucho foi atividade produtiva de importância na região. Alguns, como Gameleira e Cajueiro, eram exclusivamente extrativistas e desapareceram ao fim dos ciclos da exploração do caucho na área. Outros, como Boa Sorte, sofreram vicissitudes de toda ordem, inclusive ataques de índios Kayapó, mas ainda se mantêm sustentados pela pecuária. Em 1935 o abandono de áreas anteriormente ocupadas no município de Conceição do Araguaia atingia um de seus pontos culminantes: "Auxiliados pelo passador vadeamos com facilidade as Arrayas, o célebre rio das pescarias dos Cayapós, e nesse segundo dia estacamos na fazenda do Sr. Jacintho Motta. No terceiro dia pela tarde passamos a última fazenda ainda habitada, estando desertas as cinco últimas léguas de campos por causa das incursões e morticínios dos Purukarús, inimigos sem piedade tanto dos christãos como dos seus patricios os cayapós das Arrayas. Na matta geral que vai dos campos de Conceição até o Rio Fresco não existe mais morador christão numa distancia de seis a oito e dez dias de marcha. O ultimo a sahir foi o Sr. Belisario que possuia ao pé da serra geral bons roçados e ricos capinaes. Esses lavradores e caucheiros muito valiam aos viajantes, e a estrada ia se conservando mais ou menos aberta. Ao passo que agora, é isto desde 1924, a trilha cada vez mais se obstrue e dificulta bastante o transito de uma comitiva. Achamos entretanto a pi-

cada um pouco menos fechada do que de costume, devido à exportação de algumas dezenas de rezes de Conceição para o Xingú, motivada pela ligeira alta dos preços da seringa e da borracha" (Prelazia; 1936:9).

A atividade pastoril é hoje, passada a fase do caucho durante a última guerra, dominante em todos os campos. Estatísticas de 1956 indicam a presença nas zonas pastoris de Conceição do Araguaia de um rebanho bovino de cerca de vinte mil cabeças. Dessas, de duas a três mil são vendidas por ano, em sua quase totalidade para a xarqueada de Araguacema, localizada um pouco acima de Conceição, na margem goiana do Araguaia. As atividades dessa indústria na região vieram alterar substancialmente os padrões sócio-econômicos da pecuária local e são o elemento mais explicativo das mudanças culturais em curso na área. A xarqueada de Araguacema visa fundamentalmente o mercado de Belém, atingido por aviões da companhia que explora a empresa. O encarecimento do preço da carne pelo transporte aéreo é compensado pelo baixo custo do gado na região, que tem a xarqueada como o único mercado certo de grande capacidade de absorção. Nos longos anos que antecederam à sua instalação, o gado dos campos do Páu d'Arco era colocado no mercado municipal de Conceição ou vendido como carne seca, aos garimpeiros e núcleos vizinhos do Araguaia. A carne verde na sede do município é vendida por dez ou doze cruzeiros o quilo. Ainda assim, o abate diário não ultrapassa em média uma ou duas reses. O consumo de carne de suínos ou bovina seca, esta fornecida a cerca de vinte cruzeiros, não será maior. A carne seca, por sua maior durabilidade, chega a ser exportada para garimpos ou núcleos vizinhos aos campos. Mas este mercado local ou regional dificilmente poderia absorver parte ponderável da capacidade produtiva dos rebanhos do Páu d'Arco.

As "corrutelas", sua origem e função

Ilhada de contatos externos pelas distâncias e as dificuldades de comunicação, a zona pastoril do Páu d'Arco por muito tempo fechou-se sobre si própria, desenvolvendo em ritmo lento

rebanhos para os quais não havia mercados. As técnicas de vida, o equipamento cultural e as relações sociais que se desenvolvem no seio dessas comunidades pastorís devem ser entendidas fundamentalmente como uma decorrência desse isolamento. Enquanto a própria região de origem próxima da onda colonizadora, o território maranhense dos Pastos Bons, se transformava por efeito do adensamento de população e pela multiplicação de contatos com núcleos urbanos do sertão ou do litoral, os campos do Araguaia paraense mantinham em sua quase integridade grande número de instituições de caráter colonial. Estas sobrevivências estão expressas nos processos de ocupação das pastagens naturais, nas formas usuais de remuneração do trabalho, nos "Regulamentos" tradicionais que disciplinam nas fazendas as relações de produção, na limitação drástica de moeda circulante, nos padrões de comportamento socialmente sancionados e na ideologia.

A população dos campos é muito rarefeita. Sempre o foi, aliás, pois o mercado de trabalho dessas frentes pastorís é forçosamente limitado. Uma fazenda de quinhentas a mil rêsas, considerada grande dentro dos padrões locais, abrigará o vaqueiro chefe, sua família, e um ou dois auxiliares, às mais das vezes solteiros. Há também uma população marginal que vive em tôrno dos pequenos núcleos sertanejos, as corrutelas. Estas constituem reservas de força de trabalho para as vaquejadas e outras atividades pastorís periódicas e vivem principalmente da pequena agricultura nas matas ciliares e de criação de animais domésticos. Fabricam farinha para a qual há um bom mercado permanente nos campos e em Conceição e produzem principalmente arroz e milho, além de algumas leguminosas. Esses grupos que, na falta de melhor termo, são aqui chamados marginais, têm sua origem nos contingentes que, passadas as fases do caucho, deixaram-se ficar nos campos e não foram definitivamente engajados na economia pastoril. Sua participação nessa forma produtiva é eventual ou possuem tão reduzido número de cabeças de gado que delas não podem extrair exclusivamente o seu sustento (4). Alguns, pelo menos, são ex-vaqueiros que, de posse dos frutos das partilhas, tentaram estabelecer-se por conta própria e fracassaram.

O próprio caráter da economia pastoril limita, no estágio de desenvolvimento que alcançou nos campos do Páu d'Arco, a possibilidade da permanência de pequenas fazendas. Não só porque os rendimentos de um pequeno rebanho são diminutos como também pela hostilidade dos grandes criadores. Veja-se a êsse respeito o que diz um informante: "Quando um sujeito pequeno se localiza perto de outro criador, o gado do chegante vem parar na porta do outro. É no sal do côcho que o gado atenta mais. O mais antigo às vezes propõe até a compra mas o outro não quer mudar. Daí sai o atrito. O fazendeiro chega a maltratar o gado do chegante".

Hoje, no Páu d'Arco, dificilmente um vaqueiro liberta-se do patrão ao fim de algumas partilhas. Grande parte do valor de seu trabalho é consumido sob a forma de fornecimentos antecipados feitos pelos patrões. Se ao fim do período o acêrto de contas ainda lhe é favorável e toca-lhe um certo número de crias na partilha, o fazendeiro via de regra propõe a compra de seu lote "para não tirar o gado do pasto". Dificilmente o vaqueiro tem condições de resistir a tais ofertas. Mesmo que isso aconteça, entretanto, o que de modo geral ocorre é transferir o vaqueiro a sua dependência em mercadorias ao marreteiro ou ao regatão, pagando-os em gado. A maioria das cabeças por êsses conseguidas nos campos vem do escambo praticado com pequenos criadores, vaqueiros ou habitantes daqueles pequenos núcleos definidos como marginais no contexto das comunidades pastorís do Páu d'Arco.

Atualmente tais grupos vão aumentando, não só pela afluência de nordestinos, principalmente do Maranhão, Piauí e Ceará, como de retirantes de áreas de economia extrativista extinta ou decadente, como Nova Olinda no rio Fresco, Triunfo no Trairão e vários seringais do Xingú. Alguns empregam-se periodicamente na coleta de castanhas no Fresco e no Xambioá. Todos, entretanto, têm sua vida centrada mais ou menos permanentemente nos campos. Hoje a mobilidade espacial não é grande nos campos e a depopulação que aí se observou nos três anos que se seguiram imediatamente à guerra é compensada por um tímido movimento migratório em direção às áreas do Páu d'Arco.

Dêsses núcleos sertanejos, os dois maiores são Bôa Sorte, localizado entre o Páu d'Arco e o Gameleira e Barreiro Grande, a cêrca de légua e meia além do Salôbro, já no limite noroeste dos campos. Bôa Sorte teve por muito tempo seu destino ligado à atividade extrativista e é uma clara sobrevivência dos centros de caucheiros em sua maioria agora extintos. Entre 1942 e 1945 esteve abandonado pela transferência de seus habitantes para o Cajueiro, núcleo diretor da extração do caucho durante êsse período. A debandada que se seguiu a êsse período extrativista foi intensificada por vários ataques de grupos Kayapó, que seriam provavelmente Djóre-Xikri do Paraupebas, entre 1946 e 1947. Um informante dá algumas indicações dêsse período: "Depois que nós saímos do Cajueiro, quando o caucho caiu, ficou muita gente ainda. Mas depois os índios saíram três vezes seguidas e o resto do povo abandonou. Quem ainda conseguiu ficar lá foi o M. D. mas era eu em cima ali, aguentando êle. Arranji para êle arma e munição. Mas nunca teve enguiço com índio. Depois mudou para a Bôa Sorte, que nesse tempo também estava abandonada. Queria vender o gado e ir embora. Mas aconselhei o D., dizendo para reparar o que tinha acontecido com os outros: perderam o gado, perderam tudo. Êsses atravessaram para Goiás e depois voltaram outra vez para a Bôa Sorte em 1948. Mas sem nada. M. D. é o que está hoje em melhor situação. Êle e o F., que não tinha nada mas também ficou. Hoje têm roça e muito porco".

Não se deve perder de vista o sentido fundamental dêsses pequenos povoados do sertão pastoril, baseados na agricultura de subsistência, no limitado comércio mantido por "marreteiros" ocasionais, e na criação em pequena escala de aves, suínos e gado bovino. São apêndices à economia pastoril dominante e funcionam a seu respeito como reservas de força de trabalho, utilizadas durante as vaquejadas e outras atividades estacionais, e como pequenos entrepostos comerciais. Capistrano de Abreu sôbre elas fornece elementos nos quais pode ser entrevista sua gênese: "Por maior cuidado na condução das boiadas, transviavam-se algumas rêses, outras por fracas ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco prêço compravam êste gado de-

preciado que mais tarde cediam em boas condições. Além disso, faziam uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes; alguns, graças aos conhecimentos locais, melhoraram e encurtaram as estradas; fizeram açudes, plantaram canas, proporcionaram ao sertanejo uma de suas alegrias, a rapadura... Graças a estas circunstâncias, formou-se no trajeto do gado uma população relativamente densa, tão densa como só houve igual depois de descobertas as minas, nas cercanias do Rio" (1954:220).

Os marginais à atividade dominante

Tais nucleamentos de população, acrescidos com grupos de vaqueiros que, após as partilhas, tentaram estabelecer-se como criadores independentes e fracassaram, têm em si os germes de uma diversificação nas técnicas produtivas dos campos do Páu d'Arco, que tendem ao abandono de seu caráter puramente pastoril. Não é estranha a essa tendência de transformação a presença dos "chegantes", nordestinos em sua maioria, que buscam nessas vastas regiões, raramente povoadas, terras livres onde se estabeleçam. Os "chegantes", contra os quais gera-se nos campos animosidade pouco velada por parte dos grandes criadores, terão aí papel muito semelhante ao dos "posseiros" das regiões cafeeicultoras do sul do País. No estágio atual de desenvolvimento da pecuária nos campos do Araguaia paraense o criatório está indissolúvelmente ligado à propriedade ou posse efetiva sobre extensões consideráveis de campo. Os "chegantes", mesmo que provenham, como acontece com sua maioria, de zonas pastoris nordestinas, são privados na prática do engajamento nas atividades dominantes, seja como vaqueiros ou como criadores independentes. Concentram-se então nesses núcleos e se empregam eventualmente nas grandes fazendas durante os períodos de maior atividade, no resto de tempo transformam-se em pequenos agricultores e criadores de animais domésticos de menor porte. Os "chegantes" são considerados intrusos pelos grandes criadores e como tal são tratados. Nessa região de fronteira as instituições de controle social, representadas por funcionários administrativos, judiciários e policiais, funcionam, como uma simples e muito direta extensão dos interesses

da classe dominante de grandes pecuaristas e comerciantes. No decorrer da pesquisa presenciou-se o aliciamento de alguns policiais do destacamento militar de Conceição do Araguaia por um dos maiores criadores da região que os enviou por sua conta, pagando-lhes o sôlido e as despesas, à sua fazenda para resolver questão de acêrto de contas com um vaqueiro, descon-tente com os resultados da partilha. Não é preciso acrescentar que o vaqueiro, intimidado, desistiu de tôdas as exigências que anteriormente fizera. A Comarca de Conceição é quase sempre vacante. Os pretores ocasionais, enviados para solucionar os problemas judiciários mais urgentes, sempre os resolvem de comum acôrdo com o chefe do partido político dominante que, embora leigo, faz também as vezes de promotor.

Vários são os casos concretos observados em que o fazendeiro de gado tenta expulsar violentamente das terras que ocupa os "chegantes" que aí se localizam. Observa-se atualmente um forte movimento migratório em direção aos campos das margens do Araguaia, tanto das regiões densamente povoadas do sul de Goiás, onde o conflito pela posse da terra chegou a um elevado estado de tensão, quanto das regiões sertanejas do Maranhão, Piauí e Ceará. Nas áreas próximas às margens do rio o fenômeno é mais sensível. Na região goiana de Campo da Missa, um pouco ao sul de Conceição, localizam-se algumas fazendas de criadores dêsse município. Ainda hoje a maioria delas engloba áreas sôbre as quais os criadores exercem simples direito de posse. As populações ribeirinhas que já aí se encontravam ao tempo da posse vão sendo comprimidas entre o rio e as amplas propriedades pastoris que se estendem pelo interior.

Como os moradores das "corrutelas", são êsses sertanejos de beira de rio marginais à economia pastoril. Alguns terão uma ou outra cabeça de gado, obtida por escambo ou como pagamento por prestação de serviços. Mas vivem fundamentalmente de uma precária lavoura de subsistência, da criação de suínos e aves, da pesca, da venda de couros e de um comércio rudimentar como intermediários que são entre os "regatões" do Araguaia e os sertanejos do interior goiano. Há também alguns artífices, construtores de canôas e fabricantes de artefatos de

couro. Essas terras vão sendo rapidamente delimitadas por topógrafos do Estado e tituladas por escrituras de propriedade.

Os grupos aqui chamados de marginais vão sendo levados de roldão ao longo do rio, em direção a novas áreas de fronteira, pressionados pela formação de propriedades garantidas por títulos legais. O êxodo desses grupos de sertanejos sem terra atinge áreas muito vastas do Araguaia. Assim, na foz do Tapirapé, foi constatada por informantes a criação de um núcleo ou "corru-tela" integrada por algumas famílias goianas de agricultores expulsos de suas posses pelo processo de formação de propriedades fundiárias. O núcleo chegou a apresentar surpreendente grau de organização e coesão grupais, sendo integrado por construções de adôbe e até uma escola de alfabetização, erigida pelos próprios sertanejos. A grande enchente do Araguaia, em comêços de 1957, destruiu o vilarejo e dispersou seus habitantes. Também no baixo Araguaia a ocupação de áreas virgens por posseiros vem ocorrendo com grande intensidade. Entre o Xambioá e o Água Fria, tributária paraenses do Araguaia, ao norte de Conceição, foi requerida uma área de mais de cem mil hectares por um grupo nipo-brasileiro de agricultores de São Paulo e Paraná. Esta é a região por excelência da exploração de castanha do município de Conceição. Na área descrita localizam-se vários "chegantes", principalmente cearenses, que dividem suas atividades entre a coleta da amêndoa e a prática da agricultura de subsistência.

As pressões que se exercem sobre estas massas pelos apropriadores das terras da região são de diversas ordens. Variam desde a exacerbação da dependência econômica à expulsão violenta dos ocupantes dessas pequenas posses. Serão simplesmente citados dois exemplos observados diretamente em Campo da Missa que caracterizam bem as modalidades referidas. Embora localizado em território goiano, Campo da Missa depende economicamente em parte ponderável do comércio e das atividades produtivas de Conceição do Araguaia. Seus maiores criadores são fazendeiros maranhenses que residem naquela cidade. Como se viu, os grandes fazendeiros de Conceição são também comerciantes. Um desses, que tem em Campo da Missa uma fazenda com cerca de quatrocentas cabeças de gado, havia for-

necido a uma mulher da região mercadorias no valor de seiscentos cruzeiros. Segundo os padrões locais de comércio, em que predomina o escambo, a sertaneja propôs saldar o débito com a entrega de um boi adulto, avaliado em mil cruzeiros, exigindo a devolução do restante em dinheiro. O fazendeiro depreciou o valor do animal até que atingisse o montante da conta a saldar. Negou-se a seguir a receber em conta outro animal que, segundo os preços locais, valeria aproximadamente a importância devida. Todas as outras formas de ajuste foram por ele recusadas. Era claramente perceptível a sua intenção de manter em aberto a conta e o débito. Os móveis dessa ação assemelham-se muito à prática do regime de "barração" pelos seringalistas, submetendo trabalhadores e aviados a uma dependência extrema através de débitos infundáveis. No caso, a devedora ocupa uma pequena área à margem do rio, confrontante com as pastagens do comerciante, e em última análise, a continuação da dependência econômica forçará a um ajuste em bases escolhidas pelo fazendeiro para uma futura e muito provável expansão de suas terras. Com a aplicação do mesmo método de subordinação por dívidas esse fazendeiro fixa em bases muito baixas a remuneração dos habitantes da área que lhe prestam serviços ocasionais. Como deles também adquire suínos e outros produtos, vale-se do mesmo artifício para influir no rebaixamento dos preços. Um sertanejo assim define a prática descrita: "Ele aqui quer sempre um desconto nas coisas que compra. E em Conceição também é ele quem faz o preço"...

Com variações de detalhe tal processo é comum a grande número de fazendeiros-negociantes e exploradores de castanhais de Conceição. Na zona pastoril a coerção econômica chega ao extremo da limitação da liberdade de locomoção de vaqueiros e dependentes devedores dos patrões. O "Regulamento da Fazenda Buritizinho para o ano de 1953" estabelece taxativamente em um dos seus parágrafos: "O vaqueiro estando devendo na casa não poderá sair deixando sua conta aberta".

Aquêle mesmo fazendeiro-comerciante de Conceição vai servir de exemplo da segunda modalidade descrita de compressão sobre os "chegantes". Quando o criador localizou-se no Campo da Missa, encontrou próxima à margem uma pequena

posse de um sertanejo que aí desenvolvia, em área cercada, uma roça. Esgotados os métodos mais brandos de tentativa de desalojamento, o fazendeiro terminou por ameaçar de invasão a lavoura do posseiro com seu gado. Em outras ocasiões, há comprovantes do uso de força policial para o “desarranchamento” de posseiros.

Deve-se ter em conta que a margem goiana do Araguaia é mais intensamente afetada pela concestração demográfica e a paulatina regularização da propriedade sobre a terra, deslocando para as áreas definidas como de fronteira, como a região do Páu d'Arco, os excedentes de sua população. A própria transferência de gado e seus criadores da área de Conceição para o território goiano, fato referido páginas atrás, teve o efeito de desafogar certas regiões do Páu d'Arco de ocupantes humanos. Essas áreas livres, de fronteira, foram primitivamente ocupadas pelos remanescentes dos períodos do caucho, grandes fazendeiros que até aí estendiam seus rebanhos, pequenos agricultores e criadores. Em vários casos, como na região que se estende para o norte do Salôbro, afluente do Páu d'Arco, algumas grandes fazendas, como a Buritizinho, foram abandonadas. Mais tarde aí se formou a “corrutela” do Barreiro Grande. A atual intensificação das atividades pastorís, cujas causas serão mais tarde examinadas, será um dos fatores que impelem os moradores dêsse povoado de sertão a uma nova transferência.

Êsses núcleos sertanejos da zona pastoril tiveram o seu máximo desenvolvimento com as fases da extração do caucho na região do Pau d'Arco. Em tempo algum de sua história a economia pastoril teve capacidade de desenvolver grandes aglomerados de população nos campos. Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras mantiveram-se como núcleos de população mais densa na margem do Araguaia pelo comércio que desenvolveram e os contatos estabelecidos com outras regiões. Mas nenhum vilarejo pastoril da área do Páu d'Arco chegou a alcançar mais de cem habitantes em qualquer período. Se se comparar êsse número com as várias centenas de indivíduos que integravam as comunidades extrativistas da região, como Gameleira (cêrca de dois mil habitantes em 1912, diz um informante), Cajueiro, Triunfo, Nova Olinda, Novo Horizonte, São Felix de

Gradaús, etc., ter-se-á um bom elemento para julgar a dinâmica dêsses dois tipos de frentes pioneiras.

Com exceção de São Felix, que definha lentamente na foz do rio Fresco, reduzido a uma sombra do que era, as outras comunidades estão hoje extintas. Nasceram e prosperaram com o caucho e, com sua queda, sucumbiram. Com a produção voltada para um mercado certo e rendoso, nos períodos de ascenso da borracha, tais comunidades puderam não só concentrar populações inusualmente densas para a região como roubar à frente pastoril boa parte de seus contingentes, integrando-os na economia extrativista.

A partir de começos do século fêz-se a penetração no vale do rio Fresco com base nos campos do Páu d'Arco. Em 1908, o engenheiro F. Schmidt-Belem abre uma estrada da região da Gameleira até os campos de Novo Horizonte, sobre o médio rio Fresco. Mais abaixo, na foz do Riozinho, funda-se Nova Olinda e, nos campos do Trairão, afluente da margem direita do Fresco, o núcleo do Triunfo. Já na confluência do Fresco com o Xingú, São Felix é abastecido com gado dos campos do Páu d'Arco. Tais penetrações, que interessavam em seu deslocamento densos contingentes pioneiros, jamais existiriam se tivessem a suportá-las a frágil economia pastoril dos campos do Páu d'Arco. Se esta serviu de ponto de partida para o processo de expansão, transforma-se, mais tarde, em contraposição, em sua subsidiária. Nas duas fases do desenvolvimento da extração do caucho nas florestas lindas com os campos do Páu d'Arco, é sensível a perda de importância da frente pastoril, que se subordina àquela atividade produtiva como parceiro menor, com a tarefa específica de fornecer-lhe o seu gado como alimento e seus próprios componentes humanos como força de trabalho. Entretanto, há aspectos positivos nessa associação. Pela primeira vez os criadores do Páu d'Arco contam com um mercado próximo e de forte capacidade aquisitiva para seus produtos. O suprimento dos campos em mercadorias manufatureiras ganha vigor até então não entrevisto com o desvio a esta área de parte dos aviaamentos aos cauchais. Nesses períodos o penoso escambo tradicional dos marreteiros e regatões é substituído vantajosamente pela circulação da moeda.

A derrocada da borracha, nos anos que se seguiram a 1912, põe um fim a alguns desses núcleos extrativistas, como Gameleira, e reduz drasticamente a importância dos demais. Os efeitos da crise incidem também com dura impositividade sobre a pecuária. As grandes propriedades que já nesta época começam a constituir-se, em parte com a aplicação de rendas da atividade extrativa, são bruscamente privadas de seus mercados locais. O consumo cai de imediato e, com êle, o preço do gado. Os caucheiros em retirada voltam para seus Estados mas uma certa quantidade deles, fiel às suas raízes pastoris, deixa-se ficar nos campos.

A própria "corrutela" da Gameleira resiste até 1920, em busca de uma transformação em núcleo pastoril que não se efetiva. A esta época o povoado era mais populoso que a sede do município. Seus últimos habitantes disseminam-se pelos campos ou vão engrossar a população de Conceição do Araguaia. Era de esperar-se que esse acréscimo viesse criar um novo mercado para o gado da região. Entretanto a capacidade aquisitiva da população urbana é quase nula. A falência da borracha desarranja toda a economia local, que dela dependia. Os transportes reduzem-se a um mínimo e o comércio urbano que tinha no aviamento dos cauchais e nos contatos com casas exportadoras de Belém sua finalidade quase exclusiva, fecha as portas ou reduz-se a simples vendas de quinquilharia barata. Há uma bibliografia particularmente extensa e emotiva sobre as consequências da crise da borracha sobre a estrutura econômica e social da Amazônia. Não haveria nenhum proveito em tentar re-exportar aqui os materiais de que se ocupam tais obras. O que deve ser ressaltado é o fato de que o colapso devolve à frente pastoril do Páu d'Arco e seu caráter mais definidor. Última extensão de um movimento expansionista que se alarga pelos sertões de todo o nordeste, a frente pioneira do Páu d'Arco volta a insular-se, apertada entre florestas, rios e distâncias intransponíveis. Acen-tua-se de novo o seu caráter de economia fechada, as suas formas tradicionais de organização econômica e social, o seu inconfundível estilo cultural.

Castanha: novo tipo de economia extrativa

Nem tôdas as formas de economia extrativista desapareceram entretanto. A cêrca de quinhentos quilômetros Araguaia abaixo, nas proximidades da confluência desse rio com o Tocantins, ergue-se Marabá, sôbre o Itacaiunas. Esse núcleo de fronteira foi constituído por uma seção destacada da frente expansionista que ocupou os campos do Arraias e do Páu d'Arco. Como os primeiros colonizadores da Barreira, são vaqueiros do Maranhão e das regiões limítrofes de Goiás que, segundo testemunha Coudreau, transferem-se para território paraense "após a guerra de Bôa Vista". Eram criadores êsses pioneiros e pretendiam continuar como tal. Expedições sucessivas transpõem as compactas matas do Tocantins e remontam o Itacaiunas, como aquela dos irmãos Pimentel de que dá notícia Coudreau, "com a intenção de descobrir campos gerais" (Coudreau, 1897:69). Mas êsses chamados Campos Gerais do Xingú, que tão frequentemente aparecem nas comunicações do explorador francês e de frei Gil de Vilanova, permanecem lendários e o gado, "*pièce de résistance dans l'inventaire des richesses du Burgo*" (Coudreau, 1897:67), é penosamente alojado na ilha de João Vaz, pequena superfície parcialmente inundável no Tocantins, abaixo da confluência do Itacaiunas.

Os primeiros tempos de ocupação da área do Itacaiunas custam aos integrantes da frente pioneira a perda de 25% de seus efetivos humanos e de grande parte de seu gado. Ainda assim, são abertas clareiras na floresta e formam-se aí pastagens artificiais. Mas a pecuária no Itacaiunas não passa da fase de um quase-malôgro. A pobreza das técnicas pastorís nordestinas e a qualidade inferior do gado não se conciliam com o esforço brutal exigido por êsses pastos, roubados penosamente à mata tropical. Em tais condições a atividade pastoril é anti-econômica.

Em 1896 Coudreau já encontrava nas Itaipavas, região paraense do Araguaia entre Conceição e Marabá, castanheiros trabalhando nas matas ciliares do grande rio. As tentativas não parecem bem sucedidas pela presença de grupos Kayapó Djóre-Xikri na região e que, ao contrário das hordas Irã-amráire Kayapó

do Páu d'Arco, são hostís ao contato com néo-brasileiros. Além de tudo, a essa época a borracha de caucho é a atividade extrativa dominante. No Itacaiunas extrai-se a goma elástica com grande intensidade e a castanha com interesse mais modesto. Finalmente, os criadores maranhenses e goianos traem sua tradicional vocação pastoril e atiram-se à atividade extrativista de vez que "les tentations du travail de la borracha et même de la castanha paraissent être aussi sur eux d'un assez puissant effect car déjà un certain nombre des "colons" ont quité le "burgo" pour se faire seringueiros ou castanheiros" (Coudreau, 1897:66).

A crise subsequente do caucho vai encontrar o Itacaiunas já com uma grande produção de castanha. Nesta área, portanto, os efeitos do colapso não foram tão severos quanto em regiões exclusivamente produtoras de borracha. A castanha é guindada ao primeiro pôsto e toda a atividade produtiva passa a desenvolver-se em torno da amêndoa. Uma publicação oficial do governo paraense (Mendonça, 1927) afirma que a população do município de Marabá em comêços da década atingia um total permanente de pouco menos de 7.000 habitantes. Tal número nas épocas de grandes safras de castanha chegaria, segundo a publicação, a alcançar de 30 a 40 mil indivíduos.

Para êsse mercado voltam-se os criadores dos campos do Páu d'Arco. Desde então, até época muito recente, são feitas várias tentativas de abrir pelas matas da margem esquerda do Araguaia uma conexão terrestre com o Itacaiunas. Um informante diz que nos comêços da década de 1930 empreitou a abertura de uma picada pela margem do Araguaia, chegando a atingir as nascentes de tributários do Itacaiunas. Aí o empreendimento foi abandonado pela hostilidade de grupos Kayapó, provavelmente os Djóre-Xikri.

Mesmo em 1948, quando já o transporte aéreo de carne para Belém ensaiava os primeiros passos, um engenheiro submete à consideração do governo do Pará novos planos para a construção da mesma estrada boiadeira, que quer ampliar até Tucuruí, no baixo Tocantins, de onde a navegação até a foz é franqueada a embarcações de qualquer porte. "O varadouro Marabá-Conceição do Araguaia, como estudo para estrada de rodagem, facultará o povoamento bovino dos campos dos Martí-

rios e dos campos de Conceição do Araguaia, entre esta cidade e Marabá" (Leal, 1948:9).

Tal comunicação jamais foi completada. O isolamento das áreas pastoris do Páu d'Arco continuará quase absoluto até que os transportes por via aérea abram possibilidades novas de exportação (5).

Foi necessária esta longa digressão para que certos aspectos das conexões externas da frente pastoril com outras ondas pioneiras pudessem ser ressaltados. Tais contatos não foram duráveis e não acarretaram modificações sensíveis na organização tradicional dessa forma de ocupação desenvolvida nos campos do Páu d'Arco. Cessado o estímulo externo representado pelos mercados transitórios das frentes extrativistas, o conjunto de técnicas, instituições, normas e valores que integra a configuração cultural desta área pastoril volta a identificar-se com os padrões tradicionais por que ela se mede e define.

Sobre o novo período de desenvolvimento da extração da borracha de caucho na zona do Páu d'Arco, marcado pela última guerra, não será agora necessário dizer mais que, com diferenças mínimas, repete a fase do começo do século. As áreas de expansão são as mesmas e seus efeitos sobre a atividade pecuarista comparáveis aos já descritos. O núcleo diretor do movimento extrativista é agora a "corrutela" do Cajueiro, na margem esquerda do ribeirão Gameleira, separada simplesmente pelo curso d'água do local onde se erguia o centro do mesmo nome, que tamanha importância teve para o controle e desenvolvimento do trabalho nos cauchais no período anterior.

A desestima à terra

Em pouco tempo e sem conflitos a onda boiadeira integrou na sociedade nacional nada menos de 20.000km² de campos ininterruptos na área do Páu d'Arco, prontos para serem povoados por rebanhos. Em toda a região amazônica nenhuma conquista foi mais fácil ou tranqüila e incontroversa. Se se tem em mira tal extensão territorial e o número reduzido de ocupantes humanos que a povoam não será difícil compreender o pouco ou nenhum valor atribuído na região ao campo limpo, deserto de

gado. As fazendas variam em área de cinco mil a doze mil hectares. Uma das fazendas visitadas no decorrer da pesquisa, considerada pelo consenso local como a melhor organizada dos campos de Páu d'Arco, tem cêrca de oito mil hectares e umas oitocentas cabeças de gado. Esse número é considerado excepcional em termos de concentração de bovinos por área e explicado em parte pelo melhor tratamento dado ao gado, pelo fato muito raro de serem as pastagens quase totalmente cercadas a arame e pela circunstância, única em tôda a região, de possuir

~~Há também, certamente, diferença não menos fundas que~~ uma pequena área de pastos artificiais. Seja dito de passagem, como se verá adiante, que as pequenas roças de subsistência em algumas fazendas, após a primeira e única colheita, são plantadas com capim "jaraguá" e transformadas em "quintas". Essas pequenas superfícies plantadas e cercadas não são, entretanto, usadas para a alimentação de bovinos e sim reservadas para o recolhimento eventual dos poucos equinos e muares existentes nas fazendas.

Não só no nordeste as frentes pioneiras de criadores de gado desenvolveram um tipo de ocupação em que o valor das posses media-se não pela terra em si mas pelo gado que continha. "As posses nada valiam, certamente. Nelas não havia sinais de trabalho humano. Ficavam nas condições primárias em que haviam sido encontradas. Jamais nelas se fazia benfeitorias que elevassem o seu valor. Nisso estava uma das características da cultura pastoril: o absoluto desvalor do solo, a desestima pela terra. Nem há vínculo entre ela e o elemento humano que a habita. E não havendo lavouras e benfeitorias, as casas sendo paupérrimas, como ainda são, nos nossos dias, o padrão de vida tinha de se manter num nível baixíssimo, nível que só regime pastoril admite e mantém (Sodré, 1941:84-85)". O trecho citado é parte de um trabalho que se volta para o estudo da ocupação pastoril dos campos do sul de Mato Grosso. Ainda que a onda pioneira tenha nesta região outra origem e a época em que se desenvolve, o século XIX, seja muito posterior ao processo histórico de expansão do movimento nordestino, há, não obstante, várias semelhanças de caráter econômico e cultural entre as duas frentes. Na ausência de vinculação mais íntima com a

sociedade nacional, que raramente consegue fazer-se presente nas áreas pastoris através de seus órgãos coatores do fisco e da lei, no rudimentarismo da lavoura pouco extensa, nas trocas em espécie, na distância que os separavam dos mercados consumidores, no couro "que devia marcar quase tôdas as manifestações da vida exterior" e em vários outros traços êsses dois movimentos guardam estrita similitude.

Há também, certamente, diferenças não menos fundas que se acentuam à medida que progride o desenvolvimento da ocupação nas duas áreas. Enquanto no nordeste e, principalmente, na seção mais ocidental dêsse movimento pastoril, as distâncias e dificuldades de comunicação aviltam o preço do gado e impedem uma vinculação mais estreita da onda pastoril com a sociedade nacional, no caso do Mato Grosso o isolamento e as formas rudimentares de apropriação do solo e criação do gado são quebrados pela abertura a seus rebanhos do grande mercado consumidor de São Paulo.

Há um exemplo que ilustra bem a desestima da terra de que fala Werneck Sodré. O fato ocorreu nos campos do Páu d'Arco e nêle se repete com certa freqüência. Os missionários Dominicanos de Conceição do Araguaia em certa época venderam a um criador do norte do Mato Grosso o gado e as terras que ocupavam em Santa Rosa, nas proximidades do Arraias. Depois de manter por algum tempo aí o gado, o fazendeiro retirou-o e o vendeu. O "casco", isto é, a terra e suas benfeitorias, vazias de gado, foi simplesmente abandonado. Ao que parece, os Dominicanos posteriormente voltaram a ocupar a área, onde iniciaram nova criação.

Por vezes, mesmo recentemente, as posses de campos para a formação de fazendas eram transferidas por quantias irrisórias. Um informante localizado na fazenda Bom Jardim, além do Salôbro, afluente do Páu d'Arco, comprou a posse de um antigo ocupante por algumas centenas de cruzeiros. Há um certo número de antigas grandes fazendas de criação abandonadas. A fazenda do Banho é um exemplo típico. Sua casa de moradia foi provavelmente a melhor construção até hoje erigida no Páu d'Arco. Construída de adôbe e caiada, com pôço revestido de tijolos e outras comodidades absolutamente estranhas ao tipo

corrente de moradia nessa zona pastoril, a sede da fazenda do Banho reunia em torno de si outras benfeitorias igualmente inusuais, como um engenho de ferro para o aproveitamento da cana. Seu proprietário, um maranhense que para aí se havia transferido entre fins do século XIX e princípios do atual, por muito tempo dominou a vida política de Conceição do Araguaia. Esse tipo de vinculação à sociedade urbana associada à prática do comércio, acabou por transferi-lo e à família para a sede do município. O seu filho é hoje um dos maiores comerciantes de Conceição e provavelmente o único que mantém relações comerciais diretas com São Paulo e outros grandes núcleos do sul. Vale notar que continuou a atividade pastoril mas em outras bases e em área diferente, transferindo-se para as margens goianas do Araguaia onde mantém gado de padrão melhor, cruzado com reprodutores zebu, em pastagens artificiais. O Banho foi simplesmente abandonado e assim continua.

Só a possibilidade da posse gratuita da terra, por apropriação primária ou ocupação de áreas abandonadas, como nos casos referidos acima, permite à cultura pastoril manter-se em atividade. Como bem acentua Werneck Sodré, tal tipo de pecuária é "cultura tão pobre, aliás, e tão sequiosa de horizontes para o pastoreio, que, mesmo nas grandes e excepcionais altas de preço do gado, permanece presa à condição fundamental da terra. Todos os grandes senhores dos clãs rurais asseguram que, mesmo nas melhores condições, a cultura pastoril só é compensadora porque a terra lhes ficou gratuita, pela fácil posse das heranças. Adquirí-las, nos dias que correm, importaria na impossibilidade fundamental de enfrentar a baixa pauta de lucro que lhes oferece essa cultura" (1941:128).

Latifundio e baixa concentração pastoril

A grande propriedade é característica definidora dos estabelecimentos pecuários do Páu d'Arco. Para a formação desses latifúndios cooperaram o baixo padrão alimentício das pastagens naturais, o rudimentarismo das técnicas criatórias, o baixo valor do gado e sua má qualidade. Deve-se notar também que a reprodução do gado é lenta, calculando um informante que se

obtem em média, por ano, uma cria por quatro vacas. Por outro lado, o sacrifício das fêmeas mais velhas, entregues ao vaqueiro como "matalotagem" e mesmo de animais mais novos coopera para a diminuição da capacidade reprodutora dos rebanhos. Um informante, vereador à Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, em 1952, denunciava o fato referido e, como reportam as atas daquele legislativo, pedia providências contra "a matança de vacas de crias nos matadouros desta cidade, e já tinha falado dias atrás sobre a diminuição do nosso rebanho municipal, deseja juntamente com esta casa procurar um meio de cortar este grande crime"...

Nos campos do Páu d'Arco as propriedades pastoris variam em área de uma a três léguas em quadra. A légua em quadra (uma légua, segundo os padrões locais, tem 6.600 metros lineares) equivale a 4.356 hectares. Em casos excepcionais, encontram-se fazendas com quatro, cinco ou mais léguas em quadra. Roy Nash (1950:326-7) estabelece uma escala decrescente para a concentração de cabeças por área em pastagens de diversas regiões pastoris do Brasil. Segundo o autor, as melhores invernadas gauchas comportarão uma cabeça em cada 1,6 hectares. Nas pastagens, provavelmente artificiais, que circundam a cidade de Barbacena, em Minas, a concentração decresce para 2,6 hectares por cabeça. No planalto que se estende ao sul de Campo Grande, Mato Grosso, ter-se-á 5,6 hectares por cabeça. E conclui: "À medida, porém, que nos aproximamos das paragens semi-áridas do Nordeste, a capacidade das invernadas decai bruscamente. A região marginal do rio Paracatu talvez não possa sustentar mais que 400 cabeças por légua quadrada, ou seja, 14 hectares por cabeça". De nenhum modo será mais animador o quadro que se refere aos campos do Páu d'Arco. Os melhores campos desta região dificilmente chegarão a comportar uma cabeça por dez hectares. São encontradas fazendas de mais de dez mil hectares contendo entre quinhentas e setecentas cabeças de gado. Já se viu que a região pastoril de Conceição do Araguaia se estende por cerca de 20.000km² de campos onde, segundo as avaliações mais recentes, existem cerca de 20.000 cabeças de bovinos. Em média, considerando-se toda a área, ter-se-á uma cabeça por 100 hectares.

A baixíssima concentração pastoril nos campos do Páu d'Arco é explicada por vários fatores. O elemento mais determinante poderá ser encontrado na ausência de mercados consumidores para o gado da região. O fato provocou um êxodo de rebanhos em direção ao planalto do norte goiano que, em certa época, chegou a ser considerável. Senão veja-se um trecho das atas da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, no período legislativo já referido, em que um vereador e fazendeiro "usa da palavra fazendo uma ligeira exposição da atual fase de retirada de gado de nosso município, podendo futuramente nossa população sofrer sérias conseqüências, a falta do gênero de primeira necessidade alimentícia como seja a carne tornando-se assim uma calamidade pública, desejando de acôrdo com a mesa tomar providências dentro das normas da lei a fim de evitar tal acontecimento. Pediu ao senhor presidente que, em nome da Câmara, solicitasse ao chefe do executivo municipal qual a taxa máxima de saída de gados de um município para o outro".

A ausência de aguadas abundantes pelo interrompimento do curso da maioria dos igarapés tributários do Arraías e Páu d'Arco durante o verão será outro fator limitativo da ocupação pastoril na região. A dificuldade de água tem motivado o abandono de certas áreas. Na "corrutela" do Barreiro Grande, observava-se atualmente uma tendência ao deslocamento de seus habitantes para a região mais úmida e fértil que bordeja a chamada mata geral do Xingú.

ORGANIZAÇÃO DE PRODUÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

"A gente dos sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, informa o autor anônimo do admirável "Roteiro do Maranhão a Goiás", tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada, consistindo tôda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro" (Capistrano, 1954:218-19). Este é o elemento humano fundamental de tôda a atividade pastoril nordestina. Como bem nota o historiador na obra citada, "os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias mas escravos ou prepostos" (p. 217). No Páu d'Arco o

vaqueiro faz as vezes do capataz e é responsável face ao fazendeiro por tudo que ocorre na propriedade. Suas prerrogativas e obrigações são tradicionalmente fixadas em documentos escritos, os "Regulamentos", que codificam normas velhas de alguns séculos no seio da onda pastoril nordestina (6). Diz um informante, fazendeiro do Páu d'Arco que, "quando um vaqueiro chega, a gente tem que explicar o Regulamento, o modo de traquejar o gado". E acrescenta que os melhores vaqueiros são do Piauí e do Maranhão. Os primeiros, principalmente, fixaram no Páu d'Arco uma tradição de coragem, honestidade e adestramento que os torna muito disputados pelos grandes criadores.

Nenhuma outra atividade produtiva desenvolvida em qualquer época histórica no País conservou, como a pecuária, intocado pelo tempo o seu caráter fundamental, as técnicas que desenvolveu, as relações sociais e os valores que sôbre a base da economia pastoril erigiu. "Os costumes característicos dessa fundamental civilização do couro — diz Werneck Sodré — seriam aqueles mesmos que os viajantes do interior brasileiro, da época colonial, do período de transição para a autonomia ou mesmo do segundo império, tão bem descreveram" (1941:22). A comparação dos dados colhidos nos campos do Páu d'Arco, nos dias atuais, com os elementos definidores da cultura pastoril nordestina nos séculos XVII e XVIII ordenados por Capistrano de Abreu, indica que surpreendentemente poucos aspectos do movimento foram modificados. A atividade é ainda fundamentalmente a mesma. A permanência de certos traços é tamanha que, mesmo transformadas as condições sócio-econômicas que lhes deram origem, ainda permanecem eles expressos nos "Regulamentos" e outras agências normativas da vida pastoril, revestidos de outras funções e atendendo a fins diversos.

O próprio linguajar permanece. Nos amplos sertões do nordeste e em sua última extensão cultural, os campos do Araguaia, afloram de quando em quando nas conversas, vocábulos em desuso em outras regiões, e que se referem via de regra à fraseologia técnica do traquejo do gado, às práticas agrícolas, à alimentação e à tralha doméstica (7). Os sistemas de pesos e medidas são mantidos intocados, com tôda a sua arbitrária variação colonial.

O engajamento de vaqueiros para o serviço das fazendas é feito tendo em vista o patrão o adestramento do pretendente às lides pastorís e sua familiaridade com os "Regulamentos". Estes são adequados pelos patrões a seus interesses e acrescidos de observações ou dispositivos que detalham os deveres dos vaqueiros. Mas obedecem basicamente a um esquema tradicional e centenário. Essa espécie de decálogo sertanejo das regiões pastorís penetrou no Pará com as primeiras levas de criadores maranhenses em fins do século XIX.

Os "Regulamentos": expressão formal das relações de trabalho

Alguns pontos do "Regulamento", transcritos, no apêndice, merecem ser discutidos. Esta coleção de normas é atual e encontra-se em vigor nas fazendas de um dos maiores criadores da região do Páu d'Arco. A maioria dos cuidados aí catalogados encontram correspondência nas obrigações dos vaqueiros nordestinos do período colonial arroladas por Capistrano de Abreu (1954:218).

Observa-se nêle que, da mesma forma como no período de expansão da pecuária no nordeste, a salinação do gado faz-se só em duas épocas do ano, abril e setembro. Nas demais, os bovinos devem suprir suas necessidades nos barreiros e lambedouros salinados que ocorrem com certa freqüência nas regiões pastorís. Movimento tipicamente sertanejo, divorciado do litoral, o pastorêio nordestino sempre encontrou na escassez do produto um dos maiores óbices para o desenvolvimento de seus rebanhos. O problema continua presente nos campos do Araguaia.

Como se verificará no cotêjo propôsto entre os dados transcritos pelos "Capítulos de História Colonial" e os apresentados no "Regulamento" atual, o interstício de tempo que separa a realização das partilhas foi reduzido de quatro a cinco anos no período colonial para os dois ou três que mais comumente vigoram na atualidade. O sorteio nas partilhas é mantido. Entretanto, como adverte um informante, um fato novo, cujas conseqüências totais serão mais tarde analisadas, perturba a integral aplicação do regime das "sortes". O gado do período colonial apresentava uma certa uniformidade qualitativa pela segregação

dos rebanhos sertanejos, não perturbada pela introdução de reprodutores de raças ou variedades novas. O "curraleiro" atual é o seu representante típico no Araguaia. Só muito tardiamente, por efeito mesmo da ausência das solicitações de mercado, deram início os criadores do norte goiano e, por extensão, os pecuaristas do Araguaia paraense, à melhoria do padrão de seus rebanhos. Nos últimos anos começaram a aparecer nos campos do Páu d'Arco os primeiros reprodutores zebu e as primeiras rêsas "enraçadas". É óbvio que êsses animais representavam pelo preço de aquisição e, principalmente, pelo valor de uso na melhoria do gado, rêsas de que dificilmente se separariam os criadores. Foi portanto necessário adequar as velhas formas da partilha por sortes para enfrentar a nova situação.

A exceção que se abriu nos sistemas usuais de partilha evidenciam a um só tempo o apêgo destas comunidades pastoris aos velhos padrões e sua capacidade de adaptá-los às novas contingências. Eis o que reporta um informante: "A partilha de um por quatro não varia, é geral. Mas não para zebu. Zebu entra para encher o quarto: dois curraleiros e dois zebus. O vaqueiro pode tirar o zebu; mas sabe que fica com o curraleiro. O vaqueiro sempre faz sorte no curraleiro. É sempre assim, a não ser como o A. B. (fazendeiro da margem goiana do Araguaia) está fazendo. Todo o seu gado é "enraçado". Então a partilha é de um em seis ou um em oito. As partilhas dos cavalos também são de um por quatro. Os burros de um em seis, que burro tem um valor danado". Vale aqui um esclarecimento. Já se disse que nessa região pastoril os veículos são inexistentes, a não ser alguns carretões rústicos, tirados a bois, usados no interior de certas fazendas para o transporte de cargas muito pesadas, como toras e pranchões de madeira. O transporte de cargas como carne seca ou mercadorias entre os campos do Páu d'Arco e Conceição do Araguaia é feito com muares. Êsses também são utilizados para viagens longas por sua rusticidade e resistência. No traquejo do gado utilizam-se entretanto cavalos pela velocidade que podem desenvolver.

É de notar-se o cuidado que o "Regulamento" dedica aos cavalos da fazenda, limitando inclusive a extensão das viagens que nêles podem fazer os vaqueiros e outros trabalhadores da

propriedade. As chamadas matalotagens fixam o número de vacas destinadas à alimentação do pessoal da fazenda. Num dos "Regulamentos" elas são calculadas pelo número de crias existentes. Em outro, que não passa de ligeira modificação do primeiro, esse número não é proporcional mas fixo, sendo estabelecido o total de oito animais por ano.

Um dos maiores problemas dos estabelecimentos pastoris do Páu d'Arco refere-se à quantidade de bois "orelhudos", bravos e sem traquejo, que abalam pelos cerrados e matas ciliares à aproximação dos vaqueiros. As técnicas usuais de criação e os campos abertos, sem cêrcas, favorecem o desenvolvimento dêste gado selvagem. Animais nessa situação são geralmente abatidos a tiro e aproveitados para o preparo de carne seca. Em alguns casos extremos, fazendas chegam a contar de um terço a metade de seu gado em estado selvagem, incapaz de ser tângido em manadas aos mercados. Eis porque o "Regulamento" dedica tamanha atenção ao fato, exigindo que as crias sejam amansadas, marcadas e as orelhas cortadas. O cuidado pelos animais de sela volta-se a fazer sentir na proibição daquele que é o mais típico esporte do vaqueiro nordestino, a corrida ao gado bravo.

A insistência na formação de roças vem revelar o descaso do vaqueiro nordestino para com a atividade agrícola. Tais lavouras são, via de regra muito limitadas em extensão (1 a 3 hectares) e só plantadas uma vez nas matas ciliares que bordejam os igarapés da região. No segundo ano as roças, depois de colhidas, são plantadas com pastagens artificiais, formando as chamadas "quintas" a que já se fêz referência. São também típicas a limitação à criação de suínos, a proibição de venda de quaisquer produtos obtidos na fazenda, como couros, leite, queijos, etc. Os próprios couros das matalotagens devem ser enviados em parte ao patrão, reservando-se o resto para utilização na fazenda.

Nenhuma fonte de renda em dinheiro tem o vaqueiro a explorar na fazenda. O seu trabalho é pago através das partilhas. A deficiência de moeda circulante é tamanha que o patrão previne-se com alguns dispositivos no "Regulamento" contra a possibilidade de ter contraído dívidas anteriormente um de

seus dependentes. Não se aceitam vaqueiros endividados e, "se em qualquer caso fôr preciso pagar uma importância de Cr\$ 300,00 ficará sujeito a 10% anual". As importâncias adiantadas mais os juros, além das mercadorias fornecidas, são descontadas das crias que cabem ao vaqueiro por ocasião das partilhas. Não será por acaso, portanto, que um livro de registro das fazendas de um grande criador da região refira-se principalmente a fornecimentos e a débitos de seus trabalhadores. Excepcionalmente, durante períodos de intensa atividade como as vaquejadas, o fazendeiro contrata trabalhadores com salários diários para ajudar na pega e amansação dos bezerros. Em 1953 um auxiliar contratado no Barreiro Grande para trabalhar em vaquejada em uma fazenda da região ganhava Cr\$ 15,00 por dia "para todos os serviços". Uma anotação anterior indicava que o trabalhador já ingressara no serviço devendo a seu contratador. Um pouco adiante registrava o diário da fazenda um empréstimo de doze quilos de carne seca ao mesmo trabalhador, ao preço de Cr\$ 10,00 o quilo. No mesmo ano, todos os vaqueiros de outra fazenda do mesmo criador deviam ao patrão quantias variáveis mas tôdas muito elevadas se se tem em conta a escassez local de dinheiro. Os pagamentos parciais dizem do volume dos débitos acumulados: "Sôbre as contas que devem em casa combinamos de N. V. pagar em maio Cr\$ 2.000,00, ficando o restante para espera de outra partilha ou durante o período que não tiver partilha. Com J. G. combinamos dêle pagar em maio Cr\$ 1.000,00, ficando o restante nas mesmas condições do outro. Outrossim, no tempo da partilha se as crias machos não der para sanar a importância especificada ficará para entrar fêmeas até pagar a importância".

No ano anterior o mesmo fazendeiro comprara de um sertanejo cinco bovinos adultos ao preço total de Cr\$ 1.900,00, o que representa em média pouco menos de Cr\$ 400,00 por cabeça. Um bezerro era avaliado, em 1953, nos campos em cerca de Cr\$ 150,00. Em cada partilha, segundo um informante, cabe em média ao vaqueiro de 30 a 50 crias, se o prazo observado fôr de dois anos. Tomando-se para base de cálculo o número máximo de bezerros, conclui-se que a remuneração do trabalho dos vaqueiros, durante dois anos, somava Cr\$ 7.500,00, o que

equivale a um salário mensal de Cr\$ 312,50. Se se fixa hipoteticamente a dívida do primeiro vaqueiro em Cr\$ 4.000,00, a quantia representa mais do que a soma total do valor de seu trabalho durante um ano. Não é de admirar-se, levando-se em conta tais considerações, que tantos trabalhadores da frente pastoril sejam cronicamente insolventes e que os patrões se resguardem da responsabilidade de arcar com seus compromissos passados ao admiti-los ao trabalho em suas fazendas.

Em forte porcentagem dos casos a situação econômica do vaqueiro dos campos do Páu d'Arco aproxima-se da dos seringueiros do Xingú. De modo geral o produto de seu trabalho não é suficiente para mantê-lo livre de dívidas e do cerceamento de liberdade em face ao patrão em que o fato implica. É certo que seu padrão alimentar é melhor que o do membro da frente extrativista e os ócios do pastorêio dão-lhe tempo para cuidar de uma pequena criação de suínos ou aves, limitada como se viu por dispositivos do "Regulamento", e para a fabricação de alguma quantidade de farinha de mandioca que, em certos casos, comercializará em parte. As vantagens de sua condição dificilmente serão maiores que as apontadas. O produto das roças exíguas mal são suficientes para alimentar o vaqueiro, seus familiares e os animais domésticos que tenha. Além disso precisa sempre manter certa reserva em estoque "a fim de quando o patrão chegar ter o que comer"...

Ainda que algumas fazendas possuam forno, a fabricação de farinha é mais intensa nas corrutelas dos campos do Páu d'Arco. Barreiro Grande, por exemplo, com dez casas ocupadas e cerca de quarenta a cinquenta moradores, possui quatro fornos de farinha. O formato desses fornos é aproximadamente elíptico e a superfície de cocção é construída de pedras revestidas com uma camada lisa de barro.

Da mesma forma que aquelas populações ribeirinhas do Campo da Missa, os habitantes das corrutelas do Páu d'Arco dedicam-se a uma série de atividades produtivas, de baixo rendimento, em que se avultam as roças, a criação de suínos e aves, a fabricação de farinha e dos "tijolos" ou rapadura, e algumas outras atividades eventuais, semi-especializadas, como "oficiais de sela" e de outros artefatos de couro, tecelagem de rês, comer-

ciantes em pequena escala, consertadores de armas, caçadores, etc. Nenhum desses quase especialistas, entretanto, vive exclusivamente do mistér a que se entrega. São lavradores, criadores de suínos e outros animais domésticos e reserva de fôrça de trabalho engajada periòdicamente nas atividades pastorís.

Atividades usuais dos vaqueiros

O vaqueiro é o personagem dominante na vida das comunidades pastorís do Páu d'Arco e seu ofício, não obstante os parques resultados dêle advindos, a atividade mais disputada pelos moradores da região. O contrato de trabalho, meramente verbal, é feito com a leitura do "Regulamento" ao vaqueiro, que se declara ciente das exigências do patrão e das tarefas a cumprir. Uma fazenda grande no Páu d'Arco contará com dois ou três vaqueiros e, às mais das vezes, com auxiliares jovens que são geralmente parentes dêstes. O vaqueiro chefe é o responsável pela administração da fazenda. Exige-se que seja casado e more na casa séde da fazenda. O vaqueiro auxiliar na maior parte dos casos é solteiro. É o chamado "vaqueiro de varanda" e, além das atribuições normais deve atender aos serviços da casa, como providenciar lenha, supri-la de água, etc.

As atividades em uma fazenda pastoril do Páu d'Arco disciplinam-se pelos dois ciclos estacionais da região, inverno e verão. O trabalho do vaqueiro durante o inverno é mais árduo. As anotações colhidas no trabalho de campo repetem Capistrano de Abreu: "Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras" (1954-218). No inverno o vaqueiro está sempre atento, correndo a malhada, protegendo-a de moléstias, parasitas e animais que a ameaçam, especialmente onças, cobras e mor-

cêgos. É também durante êsse período que o vaqueiro volta-se para as caçadas nas matas próximas, especialmente de porcos do mato e veados, "para ajudar nas despêsas". A carne dêsses animais é consumida fresca ou salgada e sêca ao sol e os couros são vendidos a comerciantes ambulantes. As peles de veados encontram grande procura em tôda a região. São feitas preferentemente delas as perneiras e demais peças do vestuário de campo do vaqueiro. Os moradores do Páu d'Arco dão geralmente preferência aos chapéus e gibões importados do Maranhão. De modo geral, as perneiras são confeccionadas na própria região, ainda que obedeçam estritamente nos materiais e técnicas de feitura os padrões nordestinos.

As atividades estacionais de verão são mais variadas. O "agreste", sêco pelo sol de estio, é queimado para que os bezerros encontrem pasto novo e tenro com que se alimentar. Em abril faz-se a limpeza geral da fazenda, o consêrto de cêrcas e tranqueiras, das casas, currais e paióis, o desmatamento de páteos e vaquejadores (caminhos usuais de trânsito do gado) de que falam os Regulamentos. A tralha doméstica e o instrumental agrícola e pastoril, surrões, pêias, cangalhas, arrêios, todo o equipamento enfim, é passado em revista e pôsto em condições de servir. A colheita das roças, é procedida também nesta época. O "beneficiamento do gado" é feito principalmente no verão (8). O vaqueiro corre o campo e atende à parição das vacas, recolhe bezerros, salina o gado. A "amansação" das crias é ainda atividade estival. Realiza-se geralmente em outubro. Tôdas as vacas com crias são tangidas para os currais que se localizam sempre nas proximidades imediatas da casa sede. Os bezerros são apartados das mães e jungidos pelo pescoço à cêrca, onde permanecem alguns dias, geralmente cinco. São postos a mamar duas vezes por dia, pela manhã e à tarde. Após a alimentação das crias as vacas são mungidas.

Já se fêz referência ao máu padrão do gado "curraleiro" que integra praticamente a totalidade dos rebanhos destas regiões. Sua capacidade de produção leiteira mede-se dentro desta mesma escala exígua. A produção diária de um a dois litros de leite é considerada razoável. Pouco leite será consumido *in natura*. O produto é comumente utilizado na fabricação de quei-

jos, requeijões e manteiga através de processos técnicos muito rudimentares. A produção total é ínfima e êsses laticínios quase nunca são enviados a mercados externos. A proibição firmada dos Regulamentos com respeito a seu comércio indica possivelmente que se trata de gêneros de consumo interno, utilizados pela família do fazendeiro, e, em grau mais limitado, por seus dependentes. A fazenda Bom Jardim, em 1956, com um total de cerca de 200 cabeças, produziu 15 quilos de requeijão. A manteiga é ainda, como nos tempos coloniais, "aquêlê exquisiteso produto guardado em botijas", de que fala Capistrano.

As lavouras de subsistência dos estabelecimentos pastorís

Também no verão se fazem as colheitas das roças. Estas são plantadas nas terras recobertas pelas matas ciliares que bordejam o Arraias, o Páu d'Arco e seus afluentes. O terreno dos campos, ensaibrado e sêco, é absolutamente impróprio para qualquer tipo de agricultura. É anexado a êste trabalho o levantamento sumário das roças e demais benfeitorias que constituem o núcleo da fazenda Bom Jardim, localizada além do Salôbro, tributário da margem esquerda do Páu d'Arco. A localização da casa sede, dos currais e das lavouras é representativa de fazendas da área. O igarapé Bom Jardim é de curso transitório, como a maioria dos afluentes do Páu d'Arco. Na máxima intensidade do estio a corrente se interrompe formando poções. Apesar desta característica dos pequenos cursos d'água da região, não parecem usuais no Páu d'Arco, ao contrário do nordeste, as cacimbas. Uns poucos estabelecimentos pastorís maiores ou mais prósperos terão poços; Em Bom Jardim, fazenda de instalação recente, há projeto para a escavação de um pôço. Atualmente a água para consumo doméstico e outros usos é colhida nos poções do igarapé, que não chega a secar totalmente. Como se poderá ver pelo esquema, as roças aí se localizam ao longo da margem direita do Bom Jardim. A mata ciliar que o acompanha terá, em média, de trezentos a quatrocentos metros de largura e prolonga-se por todo o curso do igarapé, fazendo junção com o revestimento florístico mais alentado que bordeja o ribeirão Grôta de Areias, afluente do Salôbro.

A derrubada e preparo do terreno para o plantio se fazem anualmente. Antes da derrubada da mata, que se realiza comumente em junho, procede-se à roçagem ou "broca" da vegetação menor: "Brocar se compreende fazer uma roçagem daquele mato mais baixo, deixando os páus grandes. Broca é com foice ou terçado, o que é mais comum. Isso se faz em fins de abril ou em maio. Depois se derruba. A queima em agosto ou setembro. A gente corta a madeira para fazer cêrca em outubro. Depois do corte vem a encoivaração do garrancho; faz os montes de cisco ou garrancho e toca fogo. As cêrcas são feitas em fins de outubro e em novembro começa o plantio", relata um informante. Neste mês são plantados milho, gerimum, cabaça e melancia. No seguinte, procede-se ao plantio de arroz e mandioca. As roças são capinadas em fevereiro e, em março, se faz a colheita do milho.

O arroz, plantado em dezembro, é colhido em abril. Formando, juntamente com a farinha de mandioca, a base vegetal da alimentação das populações dos campos, o cultivo, colheita e estocamento do arroz exigem o desenvolvimento de uma série mais ou menos vasta de atividades e cuidados. Não é pouco significativo o fato de que, principalmente durante a colheita do arroz e as vaquejadas periódicas se verifiquem formas de trabalho cooperativo. O plantador das roças, vaqueiro dos estabelecimentos pastoris ou morador das corrutelas do sertão, atrai à sua casa parentes, compadres e amigos que o auxiliam nos trabalhos. Tais participantes são alimentados pelo plantador e têm tradicionalmente direito a um terço do que colherem. O arroz é apanhado cacho por cacho que são enfeixados em molhes e amarrados com embiras. Estes molhes ou "mãos" são reunidos de espaço a espaço em montes, os "cupins". O arroz é mais tarde transportado em animais para a sede da fazenda. Nestas há sempre um paiol especial para o estocamento da gramínea. Na fazenda Bom Jardim, o curral usado para o apartamento das crias a serem desmamadas, "chiqueiro dos bezerros", tem um pequeno telheiro coberto que as resguarda do mau tempo. Na parte superior do telheiro, a cêrca de 2,5m. do solo, há um jirátu construído de páus roliços bem ajustados e recobertos por uma esteira de pindoba. Aí são armazenados os molhes de arroz.

Tal técnica de estocagem parece usual nos campos do Páu d'Arco, se bem que êsses jiráus são algumas vezes construídos dentro da casa sede das fazendas.

A unidade básica de medida de superfície em tôda a região é a "linha" ou "tarefa" que equivale a 25 braças de vara em quadra ou 0,4 hectares. A braça, unidade de medida linear, varia de 1,8 a 2,0m. Também as medidas de volume são um tanto arbitrárias. O "prato", unidade básica, é igual a dois litros. A "quarta" é seu múltiplo. As quartas mais usadas nos campos têm 20 pratos ou 40 litros.

Em cinco linhas de terra plantam-se 12 pratos (24 litros) de arroz. Em terreno fértil, segundo os padrões locais, é considerada satisfatória uma colheita de 1.600 litros de arroz nesta área. Na mesma superfície são plantados 8 litros de milho, considerando-se excelentes os resultados quando a colheita atinge 600 litros. "Milho é coisa que não rende", diz um informante. O milho é cotado nos campos a cerca de um cruzeiro por litro. O arroz e a mandioca alcançam preço ligeiramente superior: cinqüenta cruzeiros por quarta de quarenta litros. Mandioca, arroz, milho, feijão e outros vegetais são plantados simultaneamente em uma mesma roça.

A farinha é medida em "cargas", equivalentes a meia quarta ou vinte litros, e estocada em surrões de couro, os "cagoás", que servem a um tempo de unidades de medida e recipientes para guarda e transporte do produto. São as seguintes as variedades de mandioca usualmente cultivadas nos campos: "bravas" — galheira, manipeba, imburana, mata negro; "man-sas" — pracati, pinaré, najá e macaxeira. A última é muito usada na alimentação cotidiana, como parte essencial no preparo da "mistura", espécie de picadinho de carne com mandioca. As variedades venenosas só são utilizadas na fabricação de farinha.

Um informante descreve a técnica usual de fabricação de farinha nos campos do Páu d'Arco: "A gente arranca a mandioca da terra, e põe na água por uns quatro dias. Antes de tirar a "puba" da água, rala a quantidade igual à metade da mandioca puba. Depois mistura esta mandioca ralada com a puba que foi antes amassada num côcho com mão de pilão. Vai tudo depois para a prensa. Êste instrumento é em todos os seus de-

talhes, idêntico às prensas de caucho. “Esta é uma caixa feita com varas bem juntas e coberta por dentro com piaçava. Tem um metro de comprimento por meio de largura e meio de fundo. Coloca-se a massa dentro. Depois forra por cima com piaçava e por último põe o “champão” (peça de madeira que funciona como tampa ou êmbolo). Em cima do champão vão duas levas ou travas que são amarradas em um mourão. Nas pontas livres das levas vão pesos que apertam o champão. O pêso é feito com “tôro” (âmago) de aroeira. Deixa-se a massa na prensa umas 12 horas, 8 no mínimo. Ela sai enxuta e então é peneirada em uma peneira quadrada feita com fibra de burití. Por fim a mandioca peneirada vai para o forno”. Os fornos usados são construídos de barro. Têm a superfície de esquentamento de forma ovalada. A base é construída com barro sobre alicerces de pedra. A lenha é introduzida em baixo por uma abertura longitudinal. A parte superior do forno é constituída de pedras lisas e bem ajustadas que se apoiam sobre pilares de pedra e barro. Esta parte superior é finalmente revestida por uma camada de barro fino, sem areia (barro “curado”) de cerca de dois centímetros de espessura. O calor converte este revestimento em uma superfície consistente e polida sobre a qual é assada a farinha que, durante o processo de cocção, é continuamente revolvida com uma pá ou rôdo de madeira.

O beneficiamento do arroz é feito em pilões. Como reforço da alimentação de animais, especialmente equinos, usa-se arroz com casca.

Os tratos de terra anualmente derrubados para plantio dificilmente ultrapassarão, mesmo entre os aglomerados que vivem à margem da atividade pastoril dominante, praticando uma pequena agricultura de subsistência, à área de 10 linhas. Na fazenda Bom Jardim entre 1955 e 1957 foram feitas três derrubadas ao longo do igarapé. A primeira tem pouco mais de um hectare e meio e já foi convertida em “quinta”, sendo coberta por capim “jaraguá” e parcialmente cercada com arame e “caçara”, cerca de páus trançados. A segunda roça, com aproximadamente um hectare em área, foi colhida em comêços de 1957 mas tinha ainda alguma mandioca plantada entre o capim que

já começa a crescer. A terceira, com 2 hectares, foi plantada em fins desse ano.

A partilha como forma de remuneração

A partilha, culminação de tôdas as atividades pastoris, realiza-se de preferência nos fins ou comêços da estação chuvosa. Todo o gado é trazido aos currais pelos vaqueiros e seus companheiros que os ajudam nessas "vaquejadas de partilha". Nesta época há um reforçamento das relações sociais que unem frouxamente as dispersas comunidades pastoris do Páu d'Arco. O mutirão e o caráter festivo do acontecimento fazem afluir às fazendas vaqueiros e moradores das corrutelas de tôda a área. Os animais bravos são perseguidos através dos cerrados e matas ciliares, aguilhoados pelos ferrões e longas facas sertanejas, tangidos pela corrida do carrasco ao campo aberto.

Recolhidos finalmente aos currais depois dessas correrias em que há muito de prova esportiva e de afirmação de habilidade e arrôjo, as rêsas são ferradas. Mais tarde o patrão faz com que o vaqueiro vá ao curral onde, na presença dos circunstantes, se processa a partilha. Dessa existem várias modalidades, simples variações em tôrno de um mesmo processo tradicional e básico.

Serão aqui descritos dois tipos encontrados nas zonas pastoris do Páu d'Arco. No primeiro dêles o vaqueiro laça consecutivamente quatro crias de idade aproximadamente igual e do mesmo sexo. Estas foram amansadas e tratadas por êle. Chama-se a atenção para um dispositivo dos Regulamentos que exclui das partilhas crias "orelhudas" e sem marca. Na área do Parnaíba, em comêços do século, um observador anota a importância da ferra: "Cada fazenda tem sua marca, "ferro", com que identifica seu gado; isso é essencial, porque as fazendas não são cercadas e o gado se mistura facilmente. Nas "vaquejadas", às vezes, aparecem rêsas não "ferradas", não identificadas por negligência ou outro motivo da parte do vaqueiro por elas responsáveis. Então, quem fêz a "vaquejada", um vizinho talvez, caso

não seja muito escrupuloso, “ferra” o adventício que passa tácitamente a fazer parte de seu rebanho. De vez em quando a maroteira é descoberta e a coisa termina mal” (Iglésias, 1958-II:417). O vaqueiro só tem direito aos animais que receberam cuidados. A insistência de que a partilha se faça nos currais é reforçamento dessa atitude e prova de que o vaqueiro tem o gado sob seu domínio e pode dirigi-lo a locais de concentração. O lote de quatro animais laçados pelo vaqueiro é amarrado em mourões. As crias são numeradas de 1 a 4 e os bilhetes são colocados na “urna”, de que faz as vezes usualmente um chapéu. O vaqueiro tira um número e êsse indicará o animal que lhe coube por sorte ou quinhão.

Havendo mais de um trabalhador na fazenda, o vaqueiro chefe tem sempre a prioridade de escolha, seguindo-se por ordem os subordinados. Já se viu que nos casos de plantéis mistos, em que há certa porcentagem de animais de raça, o vaqueiro faz sempre sorte no “curraleiro”. Na realidade esta exceção é ampliada quando se incluem nos lotes animais excepcionalmente bons.

Em casos concretos o vaqueiro é compelido a aceitar as crias de qualidade inferior, a despeito do resultado do sorteio. São freqüentes os conflitos gerados por esta prática expoliativa e a solução usual é o emprêgo da polícia ou outras autoridades co-atoras para forçar o vaqueiro à aceitação dos termos da partilha.

A modalidade de partilha descrita acima é considerada por um informante “como a mais perfeita e foi trazida por meu pai do Maranhão”, o que vem indicar, mais uma vez, a consciência explícita da origem de tais técnicas e padrões.

Outra variante pode ser assim caracterizada: no primeiro laço, isto é, no lote inicial de quatro crias, o patrão tem a prioridade de escôlha. Não há portanto sorteio. Dos três animais restantes o vaqueiro indica o que lhe caberá. Na vez seguinte tem o vaqueiro o primeiro lugar e se procede assim, alternadamente, até que a aprtilha seja completada. A proporção que toca ao vaqueiro no total das crias é de um quarto. Fora das exceções já referidas não há alteração neste critério.

GRUPOS E INSTITUIÇÕES SOCIAIS

A pecuária nos campos do Páu d'Arco encontrou na frente extrativista do caucho, até meados do segundo decênio do século, a base material com que alimentar seu desenvolvimento. Da mesma maneira como a ocupação das Minas criou um mercado para as populações pastoris do São Francisco, o breve período de exploração da borracha nos contrafortes da serra dos Gradaús e da Seringa abriu aos criadores do Araguaia paraense uma possibilidade nova de intercâmbio comercial. Produto essencialmente de exportação, a borracha pôs em funcionamento na área uma complexa estrutura de interesses econômicos, determinando, mais que outro qualquer fator, sua vinculação e dependência de Belém.

As más condições de navegabilidade do Araguaia-Tocantins foram superadas pelo vulto dos interesses em jogo. Conceição do Araguaia, fundada como centro de catequese e de pastoreio, transforma-se em núcleo de dominância regional por exigência da frente extrativista. O seu comércio e, em grande parte, o papel que passa a representar nos contatos fluviais regulares através do Araguaia, são funções daquelas necessidades.

Como se viu, os próprios capitais que deram início à maioria dos grandes estabelecimentos pastoris do Páu d'Arco encontram sua gênese nos negócios com a goma elástica. Em 1920 estava definitivamente terminado o ciclo do caucho no Araguaia.

A depopulação que se seguiu ao colapso foi violenta. O grande núcleo pioneiro da onda extrativista, Gameleira, que alcançara população superior à da sede, termina por desaparecer. Entretanto, certos elementos garantidores da permanência da ocupação continuam atuantes. A esta época havia toda uma rede de casas comerciais de aviadores e intermediários ligados à tarefa de exploração do caucho.

Muitos estabelecimentos faliram ou transferiram-se para outras áreas. Ao lado desses havia indivíduos tão profundamente ligados à região pela posse de bens imóveis e outros interesses econômicos que não lhes foi possível acompanhar os grupos de retirantes. Parte desses negociantes aplicou seus capitais em gado. Eram maranhenses, de região tradicional-

mente pastoril. Nêles, a tarefa extrativista e o próprio comércio eram atividades aleatórias.

Os capitais provenientes dessas operações foram investidos no desenvolvimento da pecuária. Há aqui, portanto, dois fatos contrários agindo sobre a onda pastoril. Um é negativo e representa o fundo golpe sofrido pela pecuária com a perda de seu melhor e quase único mercado. O outro leva a uma revitalização das empresas pastoris pela participação e paulatino controle que nelas passam a exercer esses comerciantes urbanos.

Relações entre as zonas pastoris e o núcleo urbano

O fato tem uma série de conseqüências sobre o desenvolvimento ulterior da onda pastoril e sobre o tipo de relações que passarão a ser estabelecidas entre as zonas rurais do Páu d'Arco e a sede urbana do município. Foram anteriormente propostas forma de expansão da sociedade nacional.

Esse caráter não se determina no seio da própria onda. Como elemento necessário na economia colonial, cujos interesses dominantes voltavam-se para o comércio exterior, a marginalização da atividade pastoril, da mesma forma que a da agricultura de subsistência, não é só espacial mas também estrutural. nismos administrativos da metrópole. “Fugiu ao litoral, buscou da economia fechada que presidiram ao desenvolvimento desta

A conquista dos sertões nordestinos fêz-se pela expansão natural dos rebanhos, nem tolhida nem incentivada pelos algumas hipóteses explicativas para o isolamento e os sistemas os sertões, penetrar u-os, desceu e remontou rios, perlustrou vales, nessa fuga irreflexa à autoridade, ao fisco, ao mando dos homens da coroa que, arranhando o litoral, como dêles disse frei Vicente do Salvador, nêles fixavam a organização do fisco, da repressão, da vigilância tenaz e opaca. Cultura paupérrima, não deu de si cronistas brilhantes nem ofereceu, com os seus próprios recursos, sinais visíveis de sua passagem territorial, de seu avanço econômico, de seu desenvolvimento em qualquer sentido... Ficou presa ao seu destino ingrato. Nômade e disper-

Poucos núcleos urbanos desenvolveram-se em áreas de siva, sem acarretar a fixação, a casa, o arraial, a correspondên-

cia, deixou poucos sinais exteriores e pouquíssimos documentos” (Sodré, 1941:55-56).

ocupação pastoril. Não só porque a sua mobilidade espacial é extrema como os seus mercados se situam muito afastados dos centros de criação. Na verdade o comércio estável e organizado e a circulação de moeda no seio da onda pioneira são substituídos por bufarinheiros e trocas em espécie. Os grandes centros de comércio de gado localizavam-se em regiões relativamente próximas do litoral. E só em condições anômalas, como as indicadas na análise da ocupação boiadeira do extremo sudoeste do Maranhão, poder-se-iam desenvolver os núcleos urbanos que se dispõem às margens do Tocantins.

Conceição do Araguaia foi, nos seus quinze ou vinte primeiros anos, um centro urbano cuja trama de relações econômicas vinculava-se de modo estreito às atividades extrativistas. Essas bases ao tempo da derrocada da borracha já eram suficientemente sólidas para que acompanhassem de forma total o seu colapso. Os remanescentes da onda extrativista aliaram-se ao movimento pastoril e assim encontraram, ainda que de forma precária, condições com que manter-se na área. Um e outro polos do sistema de classes ordenado sobre a base da economia do caucho voltaram-se para a nova atividade. Comerciantes urbanos, intermediários, regatões, transportadores, abriram emprêsas pastoris e povoaram-nas com gado comprado a preço ínfimo. Caucheiros e empregados de barracão, salarizados de tôdas as categorias, por sua vez engajaram-se nas fazendas como vaqueiros ou marginalizaram-se como pequenos agricultores nos núcleos sertanejos. Situados na orla dos campos, alguns daqueles povoados conseguiram manter-se.

É importante notar que, para a quase totalidade desses indivíduos, o trabalho com gado não era experiência nova. Os contingentes humanos arrastados para a exploração do caucho na área vinham predominantemente das regiões limítrofes de Goiás, do Maranhão, do Ceará. A nova estrutura econômica dominante, montada sobre os escombros da velha organização extrativista, não exigiu assim tão penoso e drástico recondicionamento cultural.

As grandes propriedades de criação do Páu d'Arco são ainda controladas em sua maioria por maranhenses. E a maioria da população do município provém dessas regiões ou descende de emigrados delas. Os grandes fazendeiros maranhenses de Conceição do Araguaia mantêm até hoje suas vinculações comerciais e urbanas. Via de regra residem na cidade e daí administram suas propriedades rurais através de vaqueiros e prepostos. Alguns dêles estiveram, à época do primeiro ciclo do caucho, estabelecidos na Gameleira.

O desaparecimento da corrutela levou-os a Conceição onde continuaram fundamentalmente comerciantes e aviadores. Seus "freguêses" não são mais caucheiros mas os dependentes que trabalham em suas fazendas de gado. Mas o aviamento continua e a reposição do valor das mercadorias fornecidas se faz em gado. Outros tipos humanos da velha estrutura permanecem praticamente intocados em suas funções, como os marreteiros e regatões. O volume dos negócios certamente não será o mesmo nem semelhantes os produtos obtidos do escambo pelas mercadorias que transportam. Mas, hoje como ontem, o lugar que lhes cabe na estrutura econômica é o mesmo. Seu comércio nunca se voltou para o atendimento das necessidades dos grandes exploradores de cauchais ou de emprêsas pastoris.

Os sistemas de aviamento e os chamados regimes de "barração" limitavam e restringem ainda o âmbito das atividades comerciais dêsses mercadores ambulantes. Os fornecimentos a crédito, além dos lucros diretos que proporcionam, dão ao patrão um elemento de excepcional valia no contrôlo das relações com seus subordinados. Através dos créditos em mercadorias e, das dívidas que dêles decorrem, os dependentes têm, na prática, limitada ou mesmo excluída a possibilidade de remuneração real pelo seu trabalho, estendendo-se esta limitação à própria liberdade de abandono de emprêgo da parte dos trabalhadores.

Este quadro é, guardadas as diferenças específicas dos dois movimentos, válido para as atividades extrativistas ou pastoris da região. A êsse respeito já se viu impedimento expresso de locomoção para vaqueiros devedores nos Regulamentos transcritos. Como conclusão, será dito que os regatões e mercadores assemelhados não só não atingem com seu comércio tôdas

as categorias econômicas como, mesmo com os segmentos de população a que têm acesso, estabelecem trocas de qualidades limitadas de produtos. São raros no Páu d'Arco, por exemplo, as transações com bovinos. Marreteiros e regatões recebem principalmente em troca de suas mercadorias, suínos, cabras e peles.

Há, portanto, uma reordenação de funções na estrutura social daquelas comunidades determinada pela passagem do caráter de dominância econômica de uma para outra atividade pioneira. Só assim podem ser atendidas as características de fixação urbana e comercial dos dirigentes dos estabelecimentos pastorís na região do Páu d'Arco. A simples presença da estrutura urbana não quebra, entretanto, as características de isolamento na área da criação de gado. A capacidade aquisitiva e, conseqüentemente, de consumo da população urbana de Conceição é muito limitada.

Por outro lado, o fornecimento de bovinos para abate no mercado municipal é monopolizado por uma pequena minoria de grandes criadores. O âmbito de circulação de moeda é, pois, muito estreito. Os vaqueiros são remunerados em espécie, nunca em dinheiro. Se, por ocasião do acerto de contas na época das partilhas, o saldo lhes é favorável e recebem algumas cabeças, não conseguirão colocá-las como carne verde no mercado urbano de Conceição. Dificuldades pouco menores encontrarão para a venda de fardos de carne seca ou de suínos na sede do município. Eis porque, "quando querem fazer dinheiro, procuram os garimpos ou as pequenas vilas das margens do Araguaia".

O gado no contexto da economia municipal

Pouca ou nenhuma menção foi feita até o momento às relações econômicas externas da sede urbana e de outras áreas não pastorís do município de Conceição do Araguaia. Ocupando cerca da metade da área do município e com 1/3 de sua população total, a região dos campos do Páu d'Arco não tem, entretanto, a influência que seria lícito esperar no contexto da economia municipal. Só a exportação de castanha em uma pequena área territorial que envolve o curso do Xambioá, afluente do

Araguaia ao norte da foz do Páu d'Arco, representa valor aproximadamente igual ao do gado vendido à xarqueada de Araguaçema, que controla o comércio de bovinos para abate em toda a região (Cr\$ 2.679.000,00 em 1956). No mesmo ano, a produção de cristal de rocha (977 quilos, total Cr\$: 632.400,00) equivalia ao valor total dos bovinos abatidos na sede do município (586 cabeças).

A produção agrícola do município, segundo dados de 1956, fornecidos pela Agência Municipal de Estatística, totalizou a importância de Cr\$ 8.149.500,00 para as culturas temporárias. A maior parte deste valor foi fornecida pelas culturas de mandioca, arroz, feijão e milho, oriundo de lavouras de subsistência e destinada principalmente ao consumo municipal. Os produtos das culturas temporárias, segundo informações dignas de crédito foram em sua maior parte consumidos pelos próprios produtores, não tendo sido objeto de comércio dentro ou fora do município. As melhores áreas agriculturáveis do município localizam-se fora da região dos campos, nas densas matas ciliares das margens do Araguaia e de alguns de seus afluentes, como o ribeirão Maria, o Xambioá e o Água Fria. As encostas e vales úmidos e recobertos de florestas densas da serra que se estende de Conceição ao Arraias são também áreas onde a agricultura de subsistência alcança apreciável grau de desenvolvimento. O mau padrão das terras banhadas pelos pequenos igarapés tributários do Arraias e do Páu d'Arco será certamente o responsável pelo precário desenvolvimento da agricultura na região dos campos. Não é também alheio a esta limitação o caráter intermitente desses cursos d'água que em sua maioria param de correr durante o verão.

Entre outras atividades econômicas expressivas no município, anote-se a presença de um estaleiro em Itaipavas para a construção de cascos de navegação fluvial, com a produção, em 1956, no valor total de Cr\$ 740.000,00. Pouco menor será a avaliação da produção agrícola das culturas permanentes (café, frutas cítricas, etc.). Entre outras atividades extrativistas de produtos vegetais avulta a exportação de babassú, encaminhada a Carolina num total de cerca de Cr\$ 220.000,00 em 1956. A exportação de couros, peles e outros sub-produtos animais não

chegou, no mesmo ano, a alcançar os duzentos mil cruzeiros.

Como quase todo o comércio desses produtos, assim como o de cristal, é feito com Carolina, é muito possível que os valores aqui indicados sejam bem inferiores ao montante real das exportações.

O que se pretende demonstrar com a exposição destes dados é a relativa falta de importância da economia pastoril nos totais gerais apresentados pelo município. Ainda que o valor do gado tenha, nos últimos quinze anos, aumentado consideravelmente de preço, o que caracteriza as atividades pastoris nesta região é ainda aquêle seu caráter de "cultura paupérrima" de que fala Werneck Sodré.

Anteriormente foram indicadas algumas das causas desta pauperização. A elas não são estranhas as técnicas rudimentares de criação do gado, o aviltamento do valor das rês por ausência de mercados consumidores e a escassez quase absoluta de moeda circulante e de créditos. Enquanto a sede e outras áreas ribeirinhas do município valorizam suas mercadorias — inclusive sua força de trabalho — sob a influência de contatos mais ou menos íntimos e permanentes através do Araguaia com as regiões circunvizinhas, as zonas pastoris do Páu d'Arco continuam fechadas em seu isolamento.

Cêrca de duzentos quilômetros separam as propriedades pastoris mais distanciadas nos campos da sede do município. As comunicações de Conceição do Araguaia com Belém fazem-se regularmente por "motores" que navegam o Araguaia-Tocantins, estendendo-se ainda, pela mesma via, às zonas densamente povoadas do centro oeste de Goiás. Ainda esta bacia fluvial liga Conceição a centros regionais importantes como Imperatriz, Tocantinópolis, Pôrto Franco, Carolina e Pedro Afonso.

Linhas aéreas regulares colocam Conceição do Araguaia à distância de poucas horas de vôo dos maiores centros urbanos do País. Estradas carroçáveis cortam o chapadão do norte goiano das margens do Araguaia à fronteira maranhense e em direção aos centros comerciais do sul.

Por tôdas estas vias circulam regularmente mercadorias e este comércio inter-regional, se bem que ainda precário e limi-

tado, vai anexando definitivamente estas antigas áreas pioneiras ao contexto da sociedade nacional.

Pouco ou nada, entretanto, destas poderosas compulsões econômicas atingia a estrutura das comunidades pastoris do Páu d'Arco. Nenhum veículo a motor penetrou ainda esses campos. Não há nêles escolas, farmácias, igrejas, estabelecimentos comerciais de qualquer sorte, enfim, nenhuma dessas agências que caracterizam hoje a sociedade nacional. "O método que usamos é o da antiguidade", diz um informante, advertido dessa enorme defasagem.

Em cada traço da vida social dos campos são encontrados indícios significativos de seu desligamento das técnicas de vida e dos valores presentes em Conceição do Araguaia e mesmo em outras áreas rurais do município.

A exportação da amêndoa vincula os castanheiros do Xambioá a uma complexa rede de relações econômicas e sociais de características urbanas. Além do mais, estes extratores de produtos florestais empenham-se em uma atividade que é estacional em sua essência. A simples necessidade de buscar nas demais épocas do ano outras ocupações produtivas nos núcleos urbanos, vilarejos, garimpos ou áreas agrícolas da região, dá-lhes uma mobilidade espacial e uma amplitude de horizonte mental inteiramente estranhos ao vaqueiro dos campos.

O número de eleitores qualificados nos campos do Páu d'Arco é ínfimo. Não alcançará, segundo um informante, 5% do total dos adultos presentes. A taxa de alfabetizados, incluindo todas as classes etárias, estará abaixo desta fração. A despreocupação da administração municipal com respeito a esta área e seus problemas é absoluta. Em contraposição, seus habitantes encaram com indiferença, se possível maior, a vida política municipal, os seus conflitos e suas lutas por cargos eletivos.

Em 1957 um ex-morador dos campos, onde terá possivelmente ainda alguma propriedade, candidatou-se a prefeito e resolveu percorrer a região, fazendo valer politicamente suas relações. Em um dos pequenos aglomerados sertanejos, narra um informante, o político visitou todos os moradores, lembrando-

lhes sua condição de “parente”, “compadre” e “também filho desta abandonada região” como elemento decisivo para a concessão dos votos pedidos. Conclui maliciosamente o informante: “Foi tempo e viagem perdida. Primeiro porque todo mundo já conhece de fama esses sujeitos que só são compadres e parentes na hora das eleições. E, depois, porque ninguém ali era eleitor. É tudo analfabeto”...

Contrôle e coesão sociais nas áreas pastorís

A presença do fisco e da lei ainda hoje se faz sentir muito vagamente. O poder coator do Estado representava-se na área da corrutela de Bôa Sorte, por um soldado da Polícia Militar que fazia valer seu status principalmente nas festas, nas quais invariavelmente se embriagava e promovia desordens. Parece que era esta a grande queixa que dêle faziam pois, nas questões que mais propriamente exigiam a presença de um policial, dificilmente se envolvia. Com exclusão dos casos mais graves, entre os quais se incluíam o homicídio e o fato de indivíduo casado “bulir com a honra de mulher moça”, os processos de justiça intra-grupal resolviam as questões e serenavam as quere-las. No caso do soldado estas técnicas de apaziguamento e de conselhos pelos mais velhos não resolveram o problema. Como continuasse a criar disturbios nas festas e em casas de particulares, acabou sendo esfaqueado por um morador dos campos, sendo recolhido a Conceição com ferimentos de certa gravidade.

Estas formas de reação violenta parecem ser entretanto raras na região. Mais característicos são os processos de apaziguamento postos em prática pelos “conselheiros”, indivíduos geralmente idosos que gozam de grande estima e respeito públicos. Deve-se notar que, ao lado da idade avançada, outra qualidade que recomenda o indivíduo para o papel de conselheiro é seu status econômico e social.

Os mais prestigiosos e influentes dêles serão os fazendeiros, que são “pessoas de um certo esclarecimento”, como diz um informante. O consenso dessas comunidades pastorís ratifica e racionaliza através dessa atribuição de status as funções

de contrôle e domínio em esferas de relações extra-econômicas que exercem de fato os grandes criadores sôbre as populações da área.

Era de esperar-se, entretanto, que algumas ou várias das grandes fazendas exercessem mais efetivamente o papel de polarizantes da vida social nos campos. Mas, como os patrões têm residência habitual na cidade, as emprêsas pastoris perdem em parte o caráter de dominância econômica e social que necessariamente, com a presença de seus dirigentes, teriam a assumir na vida dessas comunidades.

Mesmo nas corrutelas os vínculos sociais que unem seus habitantes são um tanto frouxos pela ausência entre êles de relações materiais mais efetivas e permanentes. As emprêsas pastoris são unidades produtivas autônomas, geralmente com sua própria lavoura de subsistência, e seu suprimento de mercadorias externas garantido pelas vinculações comerciais e urbanas de seus proprietários. Até um certo gráu porém o domínio dos grandes fazendeiros se estende aos grupos que vivem à margem das fazendas, em corrutelas ou pequenas lavouras de subsistência, como se viu nos exemplos observados em Campo da Missa.

Dois elementos cooperam para êsse domínio: o monopólio das grandes áreas pastoris e do mercado de trabalho que elas representam e o contrôle mais ou menos amplo das atividades comerciais da área. Dificilmente manter-se-ão, por exemplo, os "chegantes", grupos de sertanejos sem terra, deslocados de outras regiões, em área reivindicada por grandes fazendeiros.

As corrutelas se formam em áreas de fronteira, muito distantes de centros urbanos para que sejam disputadas pelos criadores, como é o caso do Barreiro Grande, ou em zonas de campos reconhecidamente ruins, onde a pecuária é decadente, modalidade que pode ser exemplificada pela corrutela nascente que se forma nas proximidades de Santa Maria das Barreiras, integrada por sertanejos goianos.

Êsses pequenos vilarejos do sertão vivem principalmente de uma agricultura de subsistência cujos excedentes, como no caso da farinha de mandioca, procuram colocar no mercado ur-

bano de Conceição. Tais núcleos populacionais estabelecem também trocas comerciais sob a forma de escambo com marreteiros e regatões que as visitam com certa regularidade.

Frizou-se o caráter das corrutelas como fornecedoras de trabalhadores eventuais para as atividades periódicas das fazendas de gado que exigem, como as vaquejadas, maior número de trabalhadores. Aí também se abastecem os estabelecimentos pastoris que não possuem fornos para fabricação de farinha. Acidentalmente, um ou outro vaqueiro procurará nesses centros os comerciantes ambulantes para a compra de alguma mercadoria como aguardente, café ou munição. As relações econômicas entre a fazenda pastoril e a corrutela em pouco ultrapassarão os itens descritos.

Há certamente as atividades semi-especializadas dos trabalhadores em couro e outros produtos artesanais. No Barreiro Grande há, por exemplo, uma mulher idosa que tece rêdes e cobertas e as vende ao pessoal dos campos. Tôdas essas atividades no entanto são de importância econômica muito restrita e não chegam a determinar contatos e relações mais íntimas entre os dois segmentos de população.

Há entretanto outra sorte de relações sociais que vincula mais estreitamente os vaqueiros dos estabelecimentos pastoris às populações marginalizadas das corrutelas. As mais significativas, além do compadrio, serão relações de caráter festivo e religioso. Aliás, êsse duplo caráter dificilmente será dissociado. As reuniões para a reza do "têrço", que se verificam em várias épocas do ano, no dia de santos de especial devoção ou eventualmente, promovidas pelos mais variados motivos, são encerradas geralmente com danças.

Poucas são as festas exclusivamente profanas ou religiosas. Entre as primeiras estão os "assustados" ou "surpresas", em que o dono da festa, para comemorar um evento qualquer, convida os vizinhos para a reunião. Provavelmente as únicas reuniões em que um certo caráter religioso transparece sem estar associado à dança serão as que se realizam por ocasião de doenças ou morte de um habitante dos campos.

O tratamento de moléstias envolve, como se verá na parte destinada à análise dos produtos ideológicos da vida dessas comunidades, a associação de práticas mágicas e religiosas.

A estrutura familiar nos campos de Páu d'Arco

O deslocamento de famílias residentes nas corrutelas e em outras áreas de lavoura de subsistência dos campos não é grande, a não ser em períodos de crise como os que sucederam às duas fases de decadência de exploração do caucho. Esta ausência de mobilidade espacial colabora para o reconhecimento de laços de parentesco muito extensos e dos correspondentes padrões de autoridade e subordinação. O chefe da família conserva até idade muito avançada o controle efetivo sobre a atividade e os bens do grupo familiar. Espera-se comumente que um filho, quando se casa, viva em casa dos pais ou, pelo menos, nas proximidades dela. A patrilocalidade de residência é um padrão bastante claro. Como diz um informante, “as filhas, estas os maridos carregam”.

Entretanto, há casos em que a norma é contrariada. Os elementos que aqui intervêm são provavelmente de ordem econômica. Quando um noivo vê-se em situação de clara inferioridade de posses é levado a aproximar-se da família de sua mulher. Estabelece-se aqui um sistema de prestação de serviços ao sogro, a que as normas de comportamento atribuem certa obrigatoriedade. Diz-se nesses casos que o sogro vai “ocupar” o genro. Entretanto, mesmo nesta situação, o status do genro não será marcadamente inferior ao dos irmãos de sua mulher. Em negócios ou problemas de interesse do grupo familiar é norma o sogro consultá-lo antes das decisões.

As parentelas socialmente reconhecidas são muito amplas. “Parente aqui é tudo que é parente. Primo é até o último grau”, diz um informante. A participação da família nas atividades e problemas de um de seus membros é bastante efetiva. No trabalho ela está presente nas atividades cooperativas das vaquejadas, nas colheitas, fabricação de farinha, construção de casas, etc. Faz-se sentir nos conflitos e pendências. São conhecidos alguns casos de vingança de sangue e de represálias por ofensas

ou prejuízos causados a membros do grupo familiar. Esta solidariedade se estende, em certa medida, às dívidas e às contravenções legais, responsabilizando-se geralmente a família por pagamento ou indenizações. Foram relatados casos de sedução em que membros da família de seu autor interferiram prometendo que o dano seria sanado pelo casamento "quando o padre viesse na desobriga".

As crianças são cedo integradas nas atividades julgadas compatíveis com seu sexo. O aprendizado se faz fundamentalmente com a participação direta nas ocupações produtivas e através da imitação dos adultos. Pouca ou nenhuma ênfase é posta na educação formal. Algumas rezas, canções e lendas são, ao lado de outros elementos tradicionais da cultura pastoril, transmitidas oralmente e memorizadas pelas crianças. Alguns pais procuram ensinar uns poucos elementos de leitura e escrita aos filhos. Já se viu que a taxa de analfabetismo é muito elevada nessas regiões. Praticamente nenhuma criança tem oportunidade de freqüentar as escolas urbanas de Conceição. Vez por outra são contratados indivíduos que tenham alguma familiaridade com as letras, "sujeito que tenha aí seu segundo ano primário", para ensinar o que puderem aos filhos. De modo geral os resultados são quase nulos, não só por falta de tempo e de melhor formação dos "professores" como pelo engajamento muito prematuro e absorvente das crianças em atividades produtivas.

Não há, na região, modalidade de trabalho que se afaste da pecuária ou da agricultura de subsistência. A busca de ocupação na sede do município ou outras áreas é geralmente desaconselhada. Há tendência à continuidade dos mesmos tipos de trabalho entre pais e filhos. Com respeito à autoridade paterna, esta transfere-se ao filho mais velho por morte, doença ou incapacidade do pai. Em caso de falecimento, a viúva é geralmente consultada mas a execução das decisões cabe geralmente ao filho.

Os casamentos são incentivados tão logo os filhos "tenham o uso da razão". Mesmo na escolha do parceiro para a composição da sociedade conjugal os noivos pouco têm a opinar. Explica um informante: "Você está pensando que negócio de

namorar aqui existe? Aqui é como naquelas histórias antigas em que o pai da moça combina com o pai do rapaz o casamento. O pai do rapaz diz para êle: O compadre diz lá para você casar com a filha dêle e eu faço gosto. E daí casam mesmo". O casamento civil é praticamente desconhecido nos campos. A forma reconhecida como necessária e correta é a do casamento religioso, promovido por um dos padres de Conceição durante a desobriga anual. "O pai do rapaz ou da moça convida o povo, dá um café e pronto. O padre cobra cem cruzeiros pelo casamento".

Em alguns casos os noivos se antecipam à cerimônia religiosa e iniciam a vida em comum sem esperar pela época da desobriga. Tal comportamento não é julgado muito correto mas a infração dos padrões normais não conduz, ao que parece, a sanções sociais de caráter grave.

O compadrio é um eficiente método de estreitamento de relações pessoais e inter-familiares. "Compadre é amigo que duplica; negócio de compadre aqui nesse sertão é muito mais sério que nas cidades", diz um informante. As obrigações de um compadre com respeito a outro são, atenuadamente, as mesmas que vinculam os membros de uma família. Entretanto parece que a cooperação que o status impõe refere-se mais propriamente ao auxílio em atividades produtivas. Nas vaquejadas os compadres estão sempre presentes.

CONHECIMENTO OBJETIVO, MAGIA, RELIGIÃO E MITOS

O isolamento em que permaneceu a população de criadores do Páu d'Arco preservou esta cultura pastoril de modificações acentuadas. É importante acentuar que mesmo os contatos mais ou menos íntimos e prolongados dos integrantes desta onda pioneira com as frentes extrativistas, de caráter nitidamente amazônico, não determinaram modificações fundamentais em seu patrimônio cultural, ao contrário do que se poderia esperar. Em grande número de seus aspectos a cultura destas comunidades é nordestina: em seu equipamento civilizador, na maioria das formas de ordenação do trabalho e da vida social,

em vários traços de sua ideologia. E esta diferenciação não é só cultural, mas geográfica.

A expansão da onda pastoril foi limitada pelas florestas que cobrem os primeiros contrafortes dos divisores de águas entre o Araguaia e o Xingú. Esta barreira de matas é, a um tempo, a fronteira física e cultural que separa a pecuária dos campos do Páu d'Arco das atividades essencialmente extrativistas do Xingú. Enquanto o caucho foi explorado nas matas que se dispõem imediatamente ao norte e a oeste dos campos, as duas frentes comunicaram-se entre si. Referências foram feitas a alguns dos tipos de contato estabelecido. A onda extrativista criou nos campos centros de abastecimentos para suas penetrações e núcleos de comércio e estocagem dos produtos coletados nas regiões circunvizinhas. O distanciamento posterior das atividades extrativas, que passam a concentrar-se nos castanhais do Itacaiúnas e nos seringais-cauchais do Xingú extinguiu a comunicação: fechada em si mesma, a onda pastoril voltou a seus padrões tradicionais.

De forma medíocre aproveitou a ela o conhecimento das regiões florestais que as penetrações extrativistas haviam revelado. Essas áreas recobertas de matas, cuja fertilidade é incomparavelmente superior à de suas pouco alentadas florestas de galeria, não exerceram maior apêlo ao sentido colonizador dos integrantes da frente pastoril. O estado de desenvolvimento das técnicas de criação torna impraticável o aproveitamento da floresta compacta para a formação de pastagens artificiais. O mesmo obstáculo que tornou impossível a continuação das atividades pastoris dos pioneiros na floresta amazônica do Itacaiúnas, impõe aqui um limite à expansão da pecuária nos campos do Páu d'Arco.

Ficou portanto a ocupação pastoril à margem da floresta amazônica e das formas de vida cultural que aí se desenvolveram. O conhecimento objetivo do vaqueiro sôbre a natureza que o cerca limita-se em grande parte aos campos. As velhas estradas do caucho em direção aos formadores do Itacaiúnas e o caminho que ligava os campos do Páu d'Arco às comunidades extrativistas do rio Fresco e do Xingú estão praticamente abandonadas e esquecidas. Mesmo os antigos integrantes das fren-

tes extrativas que reverteram à atividade boiadeira após o fracasso da borracha, não utilizam habitualmente seu conhecimento da mata. A caça na região dos campos tem uma certa importância econômica, não só para o fornecimento de carne como para o comércio de peles. Mas esses caçadores se restringem à orla da floresta. Atualmente nenhuma localização de famílias ou grupos de indivíduos é conhecida nas zonas de florestas que se sucedem imediatamente aos campos. Um informante, proprietário da fazenda Bom Jardim, nas proximidades do Barreiro Grande, vem aconselhando aos moradores dêsse núcleo, assoberbados pela escassez de água no local, que se transfiram para as zonas florestais mais úmidas e férteis da área do Salôbro. Parece, entretanto, que a mata não exerce grande atração sobre esses integrantes da frente pastoril.

Conhecimento objetivo e mau olhar

Para o vaqueiro é vital o conhecimento preciso e detalhado dos hábitos do gado de que cuida. Sabe onde se localizam os barreiros mais procurados pelas rêsas, os trechos de mata ou os carrascos onde se refugiam habitualmente os animais arredios. Geralmente é capaz de relacionar uma a uma as crias e não raro pretender identificar as rêsas pelos rastos. As técnicas usuais de tratamento do gado exigem um período mais ou menos longo de treinamento do vaqueiro na área em que vai trabalhar. Por isso os patrões procuram conservar o maior tempo possível os vaqueiros que os servem. Diz um informante que os empregados novos têm às vezes que ser ensinados durante mais de um ano. Completa a informação dizendo que “vaqueiro não conhece nada de mata; sendo próxima é capaz de andar por ela nas caçadas por uma ou duas léguas, mas não mais do que isso”.

O aprendizado do vaqueiro se estende não só a todos os aspectos do “traquejo” do gado como aos diversos serviços de manutenção da fazenda e de seus equipamentos. Sabe geralmente trabalhar em couro, secá-los ou espichá-los. Dêsse material confecciona os surrões e caçoás para transporte e armazenamento de gêneros, rédeas, laços, pêias, perneiras, etc. Artefatos como solas, chapéus, alpercatas e chinelas são feitas por

indivíduos semi-especializados, os "oficiais de sela". Todo vaqueiro, como se viu, mantém uma pequena roça de subsistência.

As técnicas agrícolas já foram descritas. Empregam-se nos dias livres em expedições de caça, nas quais costumam utilizar cães. Esses, no entanto, nunca são empregados nas tarefas pastoris para tanger o gado. As comunidades pastoris que se localizam à margem do Araguaia, como em Campo da Missa, ou nas proximidades de seus afluentes maiores, dedicam algum tempo à pesca. Na maior parte da área do Páu d'Arco essa atividade não é usual.

Os conceitos meteorológicos na região são decalcados em parte nos almanaques e folhinhas. "O pessoal daqui obedece êsse negócio de almanaque, procura saber se vão ter bom inverno e as datas das festas do ano, negócio de Igreja"... , diz um informante. Os almanaques são também preciosos pelos dados astrológicos que divulgam e as previsões de eclipse: "porque eclipse dá prejuízo: queima os legumes, êles amarelam e secam" (9). A astrologia tem uma certa importância para as crenças dessas comunidades pastoris. Também os sonhos oferecem dados para a perquirição do futuro: "Acreditam muito no sonho e procuram interpretá-lo. Muitos têm o pressentimento que vai acontecer alguma coisa de bom ou de mau".

O quebranto ou mau olhado é um sério perigo a evitar com respeito a pessoas ou animais doentes. Na região do Campo da Missa várias ocorrências de mortes por "ôlho ruim" foram anotadas. Relata um informante que há nos arredores uma sertaneja que "só de olhar, mata". Certa mulher estava doente e a portadora de mau olhado foi visitá-la. A enfêrma faleceu algum tempo depois. De outra feita, um indivíduo teve uma enfermidade "ruim" mas aos poucos foi-se recobrando. Bastou que a citada mulher o encontrasse para piorar o seu estado. Morreu no dia seguinte. Perguntado se êsses fatos não levam à tomada de alguma providência contra a mulher, o informante diz que não se pode fazer coisa alguma, de vez que não é "culpa" dela.

Outra pessoa da área, desta vez um homem, é também apontada como portadora de mau olhado. Um vaqueiro do Campo da Missa ao tentar laçar um boi foi atingido pelos cascos do animal, sofrendo um profundo corte no pé. Não se preocupou

muito com a hemorragia ou o perigo subsequente de infecção, pois tem “bôa carnadura”. O seu temor todo se volta para a possibilidade do aparecimento eventual do azarento: “Se êle aparece por aqui meu pé arruina na certa”, diz o vaqueiro. Os moradores dessas áreas previnem-se contra o mau olhado com o uso de figas e amuletos. As crianças geralmente usam figas.

Pessoas feridas ou picadas de cobra usam, para o mesmo fim, anéis bentos (alianças de casamento religioso) amarrados próximos à região atingida. O vaqueiro ferido do Campo da Missa usava uma dessas alianças pendente de uma fita ligada ao tornozelo. Um outro sertanejo desta região, picado de cobra, usava suspenso na parte superior do braço um saquinho de pano que continha cinza de páu, terra, vegetação comum dos cerrados. O fim visado é também a prevenção de quebranto.

A crença no mau olhado é geral na área e atinge grande parte da população urbana de Conceição e mesmo membros mais ou menos esclarecidos das classes dominantes. Um fazendeiro que é indiscutivelmente dos indivíduos de maior perspectiva intelectual dos campos, tendo inclusive parte do curso secundário, não tem qualquer dúvida sobre seu caráter maléfico: “Nisso eu acredito. Sobre esse negócio de mordida de cobra vou lhe falar: para bicho ofendido de cobra tem sujeito com olho pior que o veneno dela. Não precisa nem olhar; é só ouvir a fala. A gente só acredita quando vê. Tem gente aí distinguida no meio dos outros. Eles mesmos se excusam de visitar sujeito ofendido de cobra”.

Feitiço e técnica de cura

Algumas práticas de feitiçaria são conhecidas nos campos. As técnicas usadas são principalmente de magia contagiosa: “Nesse negócio de feitiço tem sujeito que faz porcaria. Ele pega cabelo ou osso de gado e enterra na porteira da fazenda quando o patrão ou o vaqueiro não estão lá. Isso é para fazer mal ao gado. Fazem também com caça: enterram o osso da caça que o sujeito quer matar e isso atraz e desorienta o cachorro e o caçador. Feitiço também é feito contra gente, mas não sei explicar como. Dizem que é por meio de reza, com o vestido de

alguém que eles querem ofender", relata um informante do Páu d'Arco.

Nos campos o tratamento de moléstias é atribuição de pessoas idosas, mulheres principalmente. Poucos medicamentos elaborados em centros urbanos são conhecidos e utilizados, destacando-se entre eles as "Pílulas Contra", o "Específico Pessoa", o "Vinho Reconstituente" e a "Água Inglesa". O tratamento usual é feito à base de rezas e benzeções e as enfermidades são classificadas em umas poucas categorias muito gerais. Com exclusão da febre (malária), catarro (gripe), sarampo, disenteria e verminose, reconhecidas por sua difusão quase universal na região, os habitantes dos campos identificam as seguintes afecções: "moléstia do ar", caracterizada por convulsão, paralisia e febre alta, responsável pela maioria dos óbitos em crianças; "congestão", "dôr de lado" (possivelmente pneumonia) e "arca caída", moléstias que afligem principalmente os adultos.

Em um dos casos observados, a "doente", em estado adiantado de gravidez, era mulher de um fazendeiro da área. O que a afligia fundamentalmente era a angústia do primeiro parto e o isolamento da família que deixara no Maranhão. O caso foi entregue às velhas rezadeiras do Barreiro Grande que diagnosticaram sucessivamente "ventre caído", "peito aberto" e "arca caída".

Foram relatadas duas técnicas de cura dos casos de "arca caída". Na primeira modalidade, as velhas rezadeiras tomam uma toalha ou outro pano qualquer e nela medem a distância que se estende entre o dedo mínimo e o cotovelo do enfermo. Esse comprimento, triplicado, deverá conferir com o perímetro do tórax do paciente. Se o perímetro torácico for maior, a falta de concordância é fatalmente atribuída à "arca caída". O tratamento segue-se imediatamente ao diagnóstico: a toalha que serviu para a comparação das medidas continua ajustada ao peito do paciente enquanto os encarregados do tratamento pronunciam algumas rezas. Eis uma delas: "Deus quando andou no mundo, três coisas levantou: arca, espinhel e ventre caído". Ao mesmo tempo que pronuncia a oração o oficiante vai fazendo cruzeiros sobre a palma de sua mão esquerda aberta com o polegar direito. Finaliza o tratamento a recitação de uma Ave Maria.

O processo é repetido tantas vezes quantas necessárias para que a medida marcada na toalha coincida com o perímetro do tórax do paciente.

Em outra variante do tratamento, curador e paciente põem-se de pé face a face, tendo êste na mão um objeto metálico, faca ou instrumento semelhante. Nessa posição são ditas as rezas. Crê-se que os homens são melhores para tratar os casos femininos de “arca caída” e vice-versa.

Benzeduras e defumações são usuais no tratamento de várias moléstias. Raspas de madeiras de espécies diversas são utilizadas como defumadores em casos diferentes. No parto, por exemplo, a defumação é feita com alfazema. Os recém-nascidos são untados com azeite doce, sendo também comumente dada a êles esta substância para beber. O resguardo se estende rigidamente por quarenta dias. Nesse período a mulher fica impossibilitada de qualquer atividade e recolhe-se à rêde durante a maioria do tempo. Durante todo o período da gravidez e do resguardo há um estrito regime alimentar a ser cumprido.

É importante acentuar que a carne de caça de certas espécies é interdita às mulheres em qualquer estado em que se encontrem. Essas proibições totais atingem a carne do veado mateiro e da anta, principalmente. São alimentos “remosos”, principalmente para as mulheres, e como tais devem ser evitados.

A carne de anta é também discriminada por grande parte da população masculina dos campos. Segundo um informante, êsse alimento é evitado porque nos campos “inventaram que anda causando doença de pele”, isto é, lepra. As mulheres em resguardo alimentam-se principalmente de papas de farinha ou arroz, leite e carne de frangos novos.

Há, em algumas dessas crenças e práticas, intromissão de elementos da cultura amazônica. As lendas da cobra grande e de outros animais míticos estão presentes em alguns segmentos da população pastoril do Araguaia, principalmente nos que se dispõem próximos às margens do rio. Por outro lado vários traços culturais são inexistentes: assim no Páu d'Arco a pajelança é desconhecida. Em compensação, há, nas zonas mais próximas da mata, a presença mítica do Capê-Lobo (o Kupun-rop dos

Apinayé e Kayapó), "lubisomem" que aterroriza as noites dos caucheiros e seringueiros do rio Fresco e do Xingú.

Messianismo: o padre Cícero e a Besta-Fera

Ao contrário dessa quase ausência amazônica, o nordeste participa com grande capacidade de determinação da ideologia das comunidades pastoris do Páu d'Arco. No histórico que antecedeu a esta parte viu-se que uma série de conflitos registrados nas áreas pastoris do Tocantins em fins do século XIX tomou uma clara configuração de misticismo messiânico, à semelhança do movimento do Conselheiro em Canudos.

Essa identidade com padrões nordestinos não é acidental nem única. Djacir Menezes (1937: 184-85) faz referência a um movimento místico surgido em Caldeirão, nos sertões do Ceará, em 1936, em que um beato fanatizado conseguiu reunir grupamentos mais ou menos vastos de fiéis que com êle esperavam a volta do padre Cícero Romão. Vinte anos depois, nos campos do Páu d'Arco, o fenômeno revivalista volta a se manifestar. O testemunho de um informante talvez o ilustre melhor que uma tentativa mais elaborada de descrição: "No ano passado saiu aí várias conversas. Isso é um relambório desgraçado que nem eu sei explicar. Que ia ter uma seca e vinha uma tal de Besta-Fera. Os idealizadores dêste plano são os devotos do padre Cícero do Joazeiro. Formam até a idéia aí de uma velha que encontrou um cruzeiro que o padre Cícero ergueu. Essa revolução todinha aconteceu no Barreiro Grande, Bela Vista, por aí pelos campos. O lugar do cruzeiro é no ribeirão Lontra (margem direita do Araguaia). Abalou a população dos campos para lá, especialmente de Bela Vista, de onde foram duas famílias inteiras. Lá ia encontrar tudo fácil, a salvação estava ganha, estava em contato todo dia com o padre Cícero que morreu há tantos anos. Vão para lá com medo da sequidão e da Besta-Fera que vai sair pelo mundo. E há também uma escuridão. Isso ia ser no mês de janeiro dêste ano (1957). Não houve nada disso. Estão lá passando fome".

A idéia fundamental que dirige o movimento refere-se ao fim do mundo e à salvação dos eleitos que se refugiam no lugar

santificado pela presença do padre milagreiro. O mesmo informante identifica a Besta-Fera com o Anticristo que precederá a destruição de tôdas as coisas: “no fim do mundo quer dizer que extermina tudo. Que há de vir um tal de Anticristo, que ficou nas Escrituras a vinda dêste Anticristo antes de terminar o mundo”.

Um outro velho morador dos campos acrescenta mais elementos ao mito: aqui o Anticristo ou a Besta-Fera é identificado com “um padre de batina verde que virá com terços de ouro para trocar pelos rosários bentos dos cristãos”, ganhando-lhes assim as almas com a transação. É curioso notar que o movimento messiânico não se restringiu às populações néo-brasileiras da região. Um índio Gôrotire que se encontrava de passagem em Conceição do Araguaia na época, ao transferir-se para o Pôsto Indígena Nilo Peçanha, transmitiu aos Kubenkrankégn sua versão dos fatos, anunciando as calamidades preparatórias do fim do mundo. Parte dos índios, pelo menos, deixou-se contagiar pelo terror e ameaçou deixar o pôsto, querendo à viva fôrça transferir-se para o Xingú. Alguns dêsses propuseram construir um buraco enorme no solo onde se resguardariam dos sucessos anunciados. Os funcionários locais do SPI tiveram certa dificuldade em acalmá-los e demovê-los do intento.

A Cobra-Grande e os Possessos

Casos de encantamento e de possessão demoníaca são relatados nos campos. Na primeira modalidade inclui-se a anotação colhida no Campo da Missa que se refere ao caso de um indivíduo que se viu transformado em “cobra-grande” e que passou a viver nas águas do Araguaia onde eventualmente surpreendia e devorava meninos que se banhavam nas margens do rio. O encantamento se dá principalmente quando mulheres solteiras procuram ver-se livres de seus filhos recém-nascidos, atirando-os na água. Aqui o relato toma a forma de lenda, não parecendo o informante ou os circunstantes que o ouviam crer em sua veracidade.

Os casos de possessão demoníaca, pelo contrário, são narrados com um indisfarçável caráter de fidedignidade, como tendo

ocorrido em datas recentes a pessoas atuais, ainda residentes nos arredores. Dois fatos são tomados como exemplo e se referem a dois irmãos, moradores nos campos do Páu d'Arco. No primeiro, a possessão tem origem ao entregar-se o indivíduo a relações incestuosas com suas próprias filhas. Um informante o define como "bruto", "bicho" e "possesso do demônio". Segundo o mesmo testemunho esse último caráter se exprime por uma aversão violenta pelas coisas sagradas: "quando chega perto de sua casa uma Santidade ele já sabe que ela vem e foge horrorizado".

Um irmão dêste endemoniado era tocador de harmônica e rabeca nas festas ocasionais que se realizam nos campos. "Uma vez esteve muito mal e três dias morto, sem dar acôrdo de sí. Quando melhorou contou que esteve no inferno, onde tudo é uma festa contínua, em que todo mundo dança. Os homens, no fim de cada dança, pegam as mulheres e jogam elas para cima onde ficam penduradas numa espécie de cabides, de cabeça para baixo, como morcêgos. Ele dizia também que lá aprendeu várias músicas que tocava depois na rabeca para quem quisesse ouvir. Os padres de Conceição souberam do caso e diziam que ele estava num caminho muito errado. Logo depois esse sujeito morreu e nunca mais voltou. Mandaram celebrar várias missas para ver se aplacavam sua alma".

O informante não tem qualquer dúvida sobre o destino final desse indivíduo. Explica que sua volta à terra depois de ter estado no inferno era prova de suas vinculações demoníacas. Sua tarefa terrena era a de perder as almas. Quando finalmente morreu, voltou para o lugar onde já havia estado.

Festas tradicionais dos campos

Já se fez referência ao caráter nitidamente religioso das festas nos campos. Fora os "assustados" ou "surpresas" ocasionais — e mesmo estes às mais das vezes se iniciam com a recitação do têrço — as reuniões festivas se fazem segundo o calendário religioso.

A maior festa do ano no Páu d'Arco é a do Divino e realiza-se em junho. Segundo um informante, "fazem assim: é uma

bandeira com cinco ou seis homens tirando esmola nas casas, tocando zabumba. É a Divindade. Quem recebe a Divindade reúne o povo e reza um têrço em sua casa. A bandeira dorme em seu quarto, dizem que é para abençoar. Depois levam a bandeira no curral e mais onde o dono da casa quiser. Chamam a andada dêles de giro. Quem organiza a festa, "o dono da festa" e os outros, fazem isso por promessa. A bandeira volta no dia da festa do Divino depois de oito a quinze dias de giro pelos campos. O dono da festa então fica com a bandeira hasteada em frente à sua casa. Ela é um pano vermelho com uma pomba desenhada no meio. No fim do giro há um têrço grande na casa do dono da festa, comida para os convidados, leilão do santo e depois dança".

Outra festa importante é a de São Pedro, que coincide com o período em que os padres de Conceição percorrem os campos nas desobrigas anuais. Nesta época são feitos os casamentos, batizados e se cumprem outros ritos católicos. A festa de São Pedro realiza-se em lugar fixo na região do Páu d'Arco. Sua sede era a "corrutela" do Cajueiro ao tempo do surto de exploração do caucho durante a última guerra. Abandonada esta povoação, os festejos passaram a ser realizados em Bôa Sorte.

Durante a permanência do sacerdote os festejos são puramente religiosos. As danças só se iniciam depois que êle abandona o local. Está implícita nesse cuidado em distinguir os aspectos religiosos e profano da festividade a condenação dos padres à dança e outras diversões similares. Ao estudar a vida religiosa de uma comunidade do Baixo Amazonas, Galvão documentou situação idêntica: "Nas freguezias a pessoa menos desejada em uma "festa de santo" é o padre. Explicam que a presença de um eclesiástico impedirá o baile, ou que realizar um baile nessas circunstâncias seria faltar com o respeito a êle" (1955:82-3).

É interessante acrescentar que na sede do município de Conceição do Araguaia, onde a presença da missão se faz sentir permanentemente no controle da vida social e política da comunidade, os clubes e cinemas são inexistentes e as danças muito raras (10).

A Prelazia como instrumento de controle social

Fundada como centro de atração e catequese de um grupo tribal Kayapó, a prelazia de Conceição do Araguaia opera ainda, perdido embora o caráter inicial pelo extermínio da horda Irã-amráire, como uma missão para os efeitos de controle da vida religiosa, social e política dos habitantes da região. Nesse nível o seu domínio será tão amplo e efetivo, se bem que não tão evidente, quanto o controle exercido pela prelazia Salesiana do Rio Negro sobre as populações tribais ou néo-brasileiras que aí habitam.

O processo de depopulação que, com rapidez e intensidade dramáticas, incidiu sobre a sub-tribo Kayapó do Páu d'Arco, terminando por extingui-la totalmente (dos 2.500 índios relacionados em 1902 pelo fundador da missão restavam, em 1940, segundo Nimuendajú, duas ou três dezenas; o autor no curso da pesquisa realizada em 1957 conseguiu localizar uma única sobrevivente Irã-amráire, vivendo entre os Gôrotíre) transformou, de modo necessário, o caráter da missão Dominicana que deu origem a Conceição do Araguaia. Por ausência de grupos tribais acessíveis, com exceção dos pequenos grupos Karajá que se localizam mais ou menos permanentemente nessa região do Araguaia, os missionários voltaram seus cuidados religiosos para o atendimento das populações néo-brasileiras que se foram fixando na área.

A desobriga dos aglomerados sertanejos substituiu a catequese missionária dos grupos tribais como atividade fundamental, ainda que, eventualmente, os padres de Conceição, à semelhança de seus confrades da ordem do Preciosíssimo Sangue, que operam no Xingú, procurem, com maior ou menor sucesso, levar a assistência religiosa às diversas tribos indígenas ainda existentes na região. Alguns informantes têm dúvida sobre a validade ou importância dessa tarefa.

O poder econômico da missão Dominicana de Conceição está aparentemente em declínio. A prelazia chegou a possuir duas ou três grandes fazendas de criação, parte das quais foi vendida recentemente. Os padres, do mesmo modo que as irmãs Dominicanas, mantêm algumas pequenas propriedades nos arre-

dores da sede do município. Mesmo assim, entretanto, dominam ainda setores inteiros da vida do município. Todos os estabelecimentos educacionais, por exemplo, são religiosos. Há um Grupo Escolar na sede municipal, que deveria ser mantido pelo Governo do Estado, mas não se encontra em funcionamento. Por outro lado, o único médico existente em Conceição do Araguaia é uma freira Dominicana. Há um hospital, propriedade da prelazia, onde é mantido um ambulatório dirigido por uma enfermeira. O único órgão assistencial que funciona independente do controle formal da missão é o posto local do Serviço Especial de Saúde Pública. Mesmo esse serviço, no entanto, tem algumas de suas atividades limitadas pela atuação paralela da prelazia. Assim, o lactário na prática não funciona pois o leite e outros alimentos fornecidos por instituições como o Fundo Internacional de Socorro à Infância são distribuídos através da prelazia, que mantém uma cantina onde esses produtos são doados ou vendidos à população.

O controle da vida política do município, exercido pela prelazia, é praticamente total. Segundo vários informantes, nenhum cargo eletivo do município é preenchido sem a aquiescência das autoridades eclesiásticas. Boa parte das atas da Câmara Municipal do período legislativo de 1952, consultadas para a elaboração desse trabalho, descrevem visitas, moções, discursos e projetos que visam diretamente a missão Dominicana.

Esse amplo e incontestado controle político está expresso no discurso de um vereador que se refere às tarefas do legislativo local: "...nós sempre vinhamos respeitando, acatando e cooperando com todas as autoridades municipais e principalmente quando se trata de S. Excia. Revdma. o Sr. Bispo Diocesano, que é a primeira autoridade do município"...

A influência da prelazia se faz sentir não só sobre toda a estrutura administrativa e política municipal como sobre instituições públicas de caráter mais vasto. Assim, por exemplo, controlará, em larga medida, as verbas do Plano de Valorização Econômica da Amazônia aplicadas no município para fins educacionais e assistenciais. Sua influência chega até os meios de transporte, tendo prioridade de passagens em aviões do Minis-

tério da Aeronáutica que operam na região e cotas permanentes para o transporte de carga nessas mesmas aeronaves.

MUDANÇA CULTURAL

Nas páginas anteriores procurou-se expôr os traços mais gerais que definem a cultura pastoril do Páu d'Arco. O raciocínio básico através do qual foi explicada a permanência de técnicas, instituições e valores nesse complexo sócio-cultural fundase na consideração do isolamento espacial e econômico da onda pastoril com respeito às outras formas de vida social desenvolvidas no País. Tentou-se a seguir demonstrar que, em grande parte, o rudimentarismo das técnicas produtivas desenvolvidas pela cultura pastoril do Páu d'Arco era explicado por sua frouxa vinculação à estrutura econômica do País.

A parte da onda pastoril que se veio estudando, cujas raízes bahianas foram tão precisamente esclarecidas por Capistrano de Abreu, é movimento interiorano, divorciado do litoral. À medida que se alargam as áreas ocupadas nos sertões do nordeste, vão ficando paulatinamente mais frágeis e difíceis os contatos com seus tradicionais mercados da costa. Extensão final e extrema do processo expansionista, a ocupação pastoril do Páu d'Arco desde o início de sua instalação sofreu as consequências econômicas e culturais do insulamento forçado a que foi submetida. Esta é, pois, a causa mais explicativa da conservação dos padrões culturais que ordenam a vida daquelas comunidades de criadores de gado.

A descoberta dos campos do Páu d'Arco pareceu, a princípio, uma solução feliz aos problemas dos criadores maranhenses e goianos de Bôa Vista do Tocantins. Em fins do século, frei Gil de Vilanova empenhava todos os esforços para que o núcleo inicial de colonização conseguisse desenvolver-se. Não havia aí conflitos intermináveis como os que marcavam a segunda metade do século na região de Bôa Vista. Os Irã-amráire Kayapó que dominavam êsses campos não opunham impecilhos à colonização e, ao contrário, procuravam cooperar com os habitantes do núcleo pastoril que o missionário francês fundara.

Em condições tão favoráveis não é de admirar-se que, já em 1902, frei Gil de Vilanova possa estimar a população de Conceição do Araguaia, em sua maioria dispersa pelas fazendas de gado, barracões de coletores de produtos florestais e “corru-telas” do interior do município, em mais de 2.000 habitantes. A esse tempo a extração de caucho começa a ganhar importância, carreando para a região contínuas levadas de novos pioneiros. O desenvolvimento da atividade gomífera na área criou um mercado consistente para o gado dos campos. Depois de 1915 a região pastoril foi acrescida com os remanescentes da falida onda extrativista. E será aqui, pela primeira vez, que os criadores do Páu d'Arco defrontam-se com o problema da ausência de mercados. Já a esse tempo as regiões pastoris do norte de Goiás apresentavam uma população bovina muito densa e os criadores das diversas áreas disputavam os poucos centros de consumo que poderiam atingir com algum resultado. Verificou-se, em consequência, o aviltamento do preço do gado em toda a zona de criação que se estende do Páu d'Arco ao Tocantins. As decorrências econômicas e culturais desta situação de constrangimento foram analisadas anteriormente.

Serão agora feitas algumas referências a certos fatores que estão impondo alterações nas formas da vida social desenvolvidas pelas comunidades pastoris do Páu d'Arco. O conceito de área de fronteira implica na consideração da fragilidade de laços que a unem às instituições econômicas e sociais da estrutura nacional. Poucas agências através das quais se exercem o caráter, os interesses e os valores da sociedade nacional estarão presentes nesses últimos pontos atingidos pela expansão das frentes pioneiras.

A afirmativa será tanto mais verdadeira se se toma como exemplo as comunidades pastoris do Araguaia paraense. Ao contrário da extração da borracha, vasta operação extrativista disciplinada por créditos, vínculos comerciais e solicitações de grupos industriais tanto do País quanto externos, a pecuária do Páu d'Arco foi obrigada a isolar-se em um sistema de economia fechada, pontilhado de sobrevivências coloniais. Características de economia semi-feudal são encontradas a cada passo nas formas de apropriação do solo, nas técnicas produtivas, nas relações

de produção e de comércio. Cada traço cultural responde aí às necessidades determinadas pelo estágio de desenvolvimento material alcançado pelas comunidades pastoris. Essa observação é adequada quer se refira ao "completo de couro" com que se veste o vaqueiro, aos instrumentos que usa, às formas usuais de partilha ou às instituições e valores sociais que desenvolveram as comunidades do Páu d'Arco. A rápida resenha que se fez de algumas técnicas, instituições e produtos ideológicos da vida social desses grupamentos não permitiu marcar a interdependência funcional que existe entre os diversos elementos descritos. As mudanças que começam a operar no seio da onda pastoril favorecerão talvez o entendimento dessas correlações.

Desenvolvimento da especulação imobiliária

Os fartos lucros oferecidos pela agricultura brasileira de exportação determinaram a rápida expansão de negócios imobiliários envolvendo porções muito vastas de territórios ainda virgens de colonização. Esgotadas as áreas de mais fácil acesso, a procura de novas terras chega a atingir regiões absolutamente marginais, em que o próprio conceito de território de fronteira em rigor não se aplica, por ausência de quaisquer frentes ou grupos isolados de indivíduos néo-brasileiros aí atuantes. São regiões puramente tribais, como a área destinada ao Parque Indígena do Xingú, localizada nas nascentes desse rio. Analizando os resultados de uma pesquisa que levou a efeito sobre a situação das áreas tribais naquela região o etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira afirma que "reservando áreas para fins de colonização e, em seguida, concessionando-as a Colonizadoras, o Governo de Mato Grosso firmou contrato com dezoito companhias, entregando a cada uma delas duzentos mil hectares ou mais. Somente dentro do Parque Indígena do Xingú, onde operam cinco das aludidas companhias, três ultrapassam duzentos mil hectares" (1953:178).

Hoje estas enormes incorporações de áreas virgens têm amplitude nacional. As companhias imobiliárias as levam a cabo em qualquer região dotada de territórios ainda não ocupados.

No Araguaia opera, entre outras, a Companhia Imobiliária Vale do Araguaia, que possui uma vasta reserva territorial próxima à foz do Tapirapé. Mais ao norte, já em território paraense, próximo à área de exploração de castanha do Xambioá, localizou-se um grupo nipo-brasileiro, onde requereu área superior a cem mil hectares. Áreas também muito extensas do centro e do norte goiano vêm sendo ocupadas por empresas desse tipo.

A penetração de companhias imobiliárias, apoiadas em grandes capitais e contando com a proteção dos órgãos do Estado a seus títulos de propriedade, impõe uma séria desorganização na vida das comunidades pioneiras que as antecederam nestas regiões. Fêz-se referência à presença nos campos do Páu d'Arco de avultado número de "chegantes", lavradores despojados de suas terras por estas empresas. Em algumas regiões, a sucessão não se processa sem choques violentos e coletivos. São exemplos do inconformismo dos posseiros em face ao esbulho os conflitos de Porangatú no centro de Goiás e de Porecatú e Pato Branco, no Paraná.

Com referência à onda pastoril, o sucesso da ocupação depende da existência de territórios livres, que possam ser ocupados de modo imediato e sem ônus. A pobreza da cultura pastoril, o baixo rendimento de seus rebanhos por área e a desvalorização do gado pela dificuldade de mercados, determinaram a ocupação de pastagens muito amplas sem qualquer tentativa de regulamentação da posse do solo. Em alguns casos, os criadores pagavam aos poderes públicos uma reduzida taxa anual pelo uso da terra. Não haverá, em toda a região do Páu d'Arco, um único fazendeiro que disponha de títulos definitivos sobre as áreas que ocupa ainda que algum deles atualmente diligenciem para conseguí-los.

Atualmente o problema da posse da terra é uma das preocupações fundamentais dos velhos fazendeiros de Conceição do Araguaia. Vinculados culturalmente a um sistema tradicional de apropriação do solo que é velho de algumas centenas de anos, reagem amarga e violentamente à ameaça de "esbulho". Vale salientar que estão hoje sendo pressionados pelos dois extremos da nova estrutura sócio-econômica que tende a estabelecer-se na região. Por um lado, há a ameaça dos grupos dominantes da

estrutura que se tenta impor, isto é, as companhias imobiliárias e empreendimentos assemelhados que requerem estas áreas e as recebem tituladas como propriedades definitivas. E, por outro, há também a antítese das empresas de especulação, os pequenos lavradores que se vêem desalojados de suas posses e se deslocam à testa da onda colonizadora, localizando-se nas zonas de fronteira.

Até recentemente, êsses “chegantes” eram simples e inviolavelmente expulsos se se estabeleciam dentro dos limites de algum dos velhos estabelecimentos pastorís. Hoje, alguns dos criadores mais cautelosos procuram resolver a questão através de acôrdos e compensações de qualquer tipo, temendo pela estabilidade de suas próprias posses se recorrem ao exercício do simples poder pessoal ou às instituições judiciárias e policiais.

Luta pela conservação das posses tradicionais

Conservam, aliás, em larga medida, os velhos fazendeiros do Araguaia a antiga e profunda aversão pelo trato com os poderes do Estado. Nessa nítida sobrevivência colonial estão ainda bastante claros os traços da cultura pastoril nordestina, auto-suficiente, divorciada dos núcleos urbanos e de suas agências de controle econômico, social e jurídico. Um desses criadores de Conceição, que mantém fazendas no Páu d’Arco e em áreas goianas confrontantes, foi advertido por um agrimensor de que deveria legalizar sua ocupação através de requerimentos e pagamento de taxas pois, do contrário, seria privado da posse das terras. Sua reação foi particularmente violenta: “Mando tudo para o diabo, largo tudo antes de ter que ir a Goiânia tratar desse negócio!”

O consenso das opiniões de Conceição do Araguaia, em larga medida influenciado e dirigido pelos interesses da minoria de grandes criadores tradicionais, volta-se contra a proximidade inquietante dos grupos imobiliários. Ao lado das explosões emocionais dos indivíduos mais diretamente atingidos, como o fazendeiro referido acima, a luta contra as companhias especuladoras vai assumindo um caráter mais formal e coletivo, organizada através de instituições locais como a Câmara Municipal e a Asso-

ciação Rural. No primeiro dos exemplos de atividade ordenada, o interesse mais determinante que dirigia a ação, isto é, a defesa das vastas posses tradicionais dos criadores, foi habilmente mascarado e se exprime como a reivindicação dos direitos dos pequenos lavradores e “chegantes”. Os vereadores de Conceição aprovaram, por unanimidade, dois requerimentos que solicitavam o envio de ofícios ao Governador do Estado propondo medidas acauteladoras dos interesses dos habitantes (11). Note-se, no primeiro dos requerimentos, a solicitação de proibição terminante de venda definitiva de terras dentro da légua patrimonial do município, área que, aliás, pretendem ampliar. Na segunda proposição as reivindicações são de maior monta. Vão desde a tentativa de estabelecer um regime de prioridade para aquisição de terras para os “nativos deste município”, à solicitação de reconhecimento das posses dos “locatários antigos”. Os termos pelos quais são designados os agentes das companhias imobiliárias revelam até certo ponto o grau de exacerbação da luta.

A Associação Rural de Conceição do Araguaia, fundada há alguns anos, nunca chegou a funcionar efetivamente como entidade agro-pecuária. A maioria dos lavradores e criadores da região, prós aos seus velhos padrões de comportamento e às suas técnicas, não encontra maior interesse na instituição. Entretanto, alguns velhos fazendeiros de gado e agricultores pertencem a ela, distinguindo via de regra a si próprios ou a seus filhos com cargos na diretoria. O Conselho Fiscal da entidade, composto por três membros, é tacitamente reconhecido como o órgão que atribui os mais elevados status de prestígio. Integravam-no três dos grandes fazendeiros maranhenses, um dos quais ex-prefeito do município. O presidente da entidade é filho de um desses criadores-comerciantes de Conceição. A Associação Rural, por instância de seu presidente, reuniu algumas vezes consecutivas seus membros com o objetivo declarado de discutir os “Estatutos”. A tensão em torno do problema das terras transformou entretanto este no tema central dos debates. Não foram propostas medidas concretas para combater os interesses das companhias imobiliárias e de outros requerentes de áreas territoriais, mas foram feitos alguns discursos e indagações sobre os direitos que assistiam aos associados, ocupantes tradicionais de

posses. Finalmente decidiu-se dar apóio irrestrito aos requerimentos da Câmara Municipal e centralizar a luta em tórno dessa agência legislativa e de outros órgãos municipais.

Perspectiva de mudança e quebra de padrões

São excepcionais os casos de indivíduos ligados à atividade pecuária em Conceição que encontram algo de positivo nas mudanças que se processam nos sistemas de apropriação do solo. Nos dois exemplos anotados, os fazendeiros são pessoas que, implícita ou declaradamente, entram em choque com os padrões e valores mais representativos da cultura pastoril.

O primeiro é de um jovem criador de nível escolar e horizonte intelectual visivelmente superiores ao dos demais membros da classe dominante de Conceição do Araguaia. Filho de um dos velhos criadores maranhenses — dos mais adstritos, aliás, às técnicas, instituições e valores da cultura pastoril tradicional — o fazendeiro após casar-se e estabelecer-se por conta própria em uma pequena fazenda na zona do Salôbro, tentou introduzir algumas modificações nos processos usuais de criação de gado. Manteve em seu estabelecimento os antigos Regulamentos e a forma de partilha “que meu pai trouxe do Maranhão”.

Em contraposição, tentou desenvolver com alguma intensidade a plantação de pastagens de capim jaraguá sob a forma de quintas. Posteriormente, contraiu um débito de quase cinquenta mil cruzeiros com um criador goiano, de quem adquiriu algumas novilhas e um bezerro “enraçados” de Zebu.

Este fato é mais significativo do que parece à primeira vista. Mesmo hoje, com a colocação dos rebanhos na xarqueada de Araguacema, o valôr do gado é reduzido e a moeda existe em quantidades bastante limitadas. Por outro lado, não há estabelecimento de crédito algum em Conceição e nem existem quaisquer outras fontes de financiamento da pecuária. Os fazendeiros mais conservadores encaram as compras a crédito ou as dívidas de qualquer espécie não só como um compromisso perigoso e uma ameaça séria a seu patrimônio como também um elemento de diminuição do prestígio social de que gozam. Para comprar o seu gado zebu o jovem criador rompeu, portanto, com uma

série de padrões considerados importantes e contrariou frontalmente a opinião e os conselhos do pai. Outra das reformas introduzidas por êle foi prometer a seus dois vaqueiros uma cria de raça em cada partilha, visando uma maior dedicação dos auxiliares ao trabalho na fazenda.

Sua atitude com respeito ao problema da terra é configuradamente atípica. Julga que as técnicas atuais de criação nos campos do Páu d'Arco são anacrônicas e tendem a desaparecer. Das viagens que fêz a zonas pastoris e costeiras do Maranhão e a Belém ficou-lhe, por comparação, a perspectiva do rudimentarismo dos processos produtivos em uso no Araguaia. Apesar de ter sido vereador, considera a política local uma atividade despida de qualquer conteúdo prático. "Êles aí (os políticos do partido dominante) dizem que só sai terra despachada para os correligionários dêles. Mas isso é atraso e ignorância dêles". Será dos raros, talvez o único, que acredita na viabilidade e nas vantagens representadas pela grande agricultura de exportação sobre a pecuária como hoje ali é praticada: "O desenvolvimento da agricultura aqui, principalmente do café, na certa é o progresso repentino do município. É das coisas que eu mais desejo".

O jovem criador do Salôbro antecipou-se à maioria dos fazendeiros ao requerer para compra a área onde está localizada sua fazenda e os campos circunvizinhos que pleiteia em nome de sua mulher e de sua filha. Com respeito à posse tradicional da terra estabelece uma solução de compromisso entre seu desejo de mudança e os interesses da família: "nós de maneira nenhuma podemos perder essa terra que há vinte ou trinta anos vem sendo beneficiada por nós. É preciso botar advogado. Agora, de uma vez que o "chegante" mostra trabalho, êle tem direito à terra; mesmo que êle ocupe terra que já tem dono, de uma vez que esteja abandonada". Crê, finalmente, que quanto mais gente requerer terras e começar a trabalhar na região tanto melhor. "O município é muito grande e está quase despovoado. Há terra para todo mundo. O que falta aqui é ajuda do governo com máquinas e material moderno de trabalho, sementes, reprodutores para "enraçar" o gado e financiamento com juros pequenos".

O outro exemplo a ser referido constitui um caso mais extremado e não conformista de choque com os padrões, valores, interesses e perspectivas que integram a cultura pastoril tradicional. É criador, comerciante e, pelo menos durante certa parte do ano, reside em Conceição. Aí mantém seu estabelecimento comercial e um ou dois "motores" que fazem o transporte regular de mercadorias próprias e fretes entre os diversos núcleos fluviais do Araguaia-Tocantins e Belém. Com respeito às atividades pastoris, não tem qualquer interesse ou contato com os campos do Arraias e do Páu d'Arco. Possui uma grande fazenda de criação na margem goiana, devidamente legalizada com título de propriedade e em grande parte formada com pastagens artificiais. Todo seu rebanho é Zebú, puro ou miscigenado. Cria gado principalmente para a venda de reprodutores. Adota ainda o sistema de partilha mas, devido a qualidade do rebanho, a percentagem que cabe aos vaqueiros decresce para 1:6 ou 1:8. A compra e organização da propriedade foi feita com um largo crédito fornecido por estabelecimento bancário oficial. Dêsse total deverá ainda uns dois ou três milhões de cruzeiros.

Este fazendeiro é profundamente auto-confiante, extrovertido, vaidoso de suas experiências e de seus empreendimentos: "Já voei quatro vezes mais que qualquer outro daqui. Vivo em Belém, Uberaba, Goiânia, São Paulo, Rio. Sou mais moderno, atirado e conhecedor da vida que qualquer sujeito de Conceição". O indivíduo tomado como exemplo desenvolve uma atitude de ambivalência com respeito às normas e instituições da comunidade. Gosta de discutir e de mostrar o atraso do povo da terra, a má qualidade do gado, o rudimentarismo das técnicas de criação empregadas. Por outro lado, exige que os demais fazendeiros reconheçam suas virtudes e qualidades. Quando vagou um lugar no Conselho Fiscal da Associação Rural, por morte de um dos membros, tentou obter o posto, pois seu lugar era "no diretório onde posso falar; sei mais que qualquer um desses ignorantes daqui".

O criador é francamente favorável à expansão das companhias imobiliárias. Afirmar que o desenvolvimento de fazendas de novo tipo, "mais modernas e adiantadas", só pode trazer benefícios a pessoas "progressistas" como êle. Não vê qualquer

solução para os problemas dos criadores tradicionais do Páu d'Arco e do Arraias, "que têm medo de se arriscar, são sovinas e ignorantes", e tendem a desaparecer. Na realidade, êste fazendeiro foi inteiramente absorvido pelos novos processos de criação em desenvolvimento no território goiano e assimilou tôdas as atitudes e valores vinculados a êsse novo tipo de pecuária.

Nos dois casos discrepantes é fácil verificar que a receptividade à expansão das atividades das companhias imobiliárias demonstrada pelos indivíduos nêles interessados resulta em grande parte da solução de seus problemas pessoais com respeito à posse da terra. Vêem na introdução de novas formas de apropriação do solo e de novos elementos humanos e culturais, perspectivas de progresso para si e para a região. Os criadores tradicionais, ao contrário, sentem e reagem à ameaça real que pesa sôbre o futuro de suas emprêsas pastorís. Da mesma forma, muito possivelmente, agirão os "chegantes", os pequenos agricultores e os moradores das "corrutelas" dos campos.

As companhias imobiliárias e a pecuária

Foram revelados alguns aspectos da tensão existente entre os criadores do Páu d'Arco e de regiões limítrofes com respeito à penetração de companhias imobiliárias nestas áreas. Há um temor muito generalizado de que essas emprêsas de especulação e os diversos estabelecimentos agrícolas que as acompanham acabem por incorporar as áreas ocupadas pelas fazendas pastorís às enormes glebas que requerem para loteamento ou localização de emprêsas agrícolas. Não se pode entretanto perder de sentido o caráter fundamental de tais grupos de especulação imobiliária. Êsses são empreendimentos de fundo capitalista e urbano, interessados menos na exploração do solo que nas transações dos lotes que vendem através de suas agências a agricultores. Sabe-se que a totalidade das pastagens do Páu d'Arco e bôa parte das áreas pastorís do norte goiano próximas ao Araguaia compõem-se de campos naturais, imprestáveis ao cultivo de qualquer sorte. Dificilmente algum dêsses grupos imobiliários tentaria o loteamento de regiões cujo solo e vegetação apresentam padrão tão precário.

Há certamente uma ameaça à integridade da cultura pastoril do Páu d'Arco expressa na expansão de tais companhias. Mas esta é de outro tipo e não pesa de modo direto sobre a posse das áreas de campos naturais. O interesse das corporações imobiliárias gira exclusivamente em torno de solos agriculturáveis, de regiões cobertas pela floresta tropical. São essas as terras que oferecerão a seus clientes como terrenos propícios a alguns ou vários tipos de atividade agrícola. Em bôa parte de Goiás e Mato Grosso as companhias comerciam principalmente com glebas propícias ao cultivo do café. De modo mais geral, as áreas transadas são cultivadas com espécies agrícolas exportáveis, sempre ávidas de solos novos e férteis. As técnicas rudimentares aplicadas à grande agricultura no País determina constantes deslocamentos em busca de territórios virgens: "E considerando-se que essa avançada se faz à custa do depauperamento de regiões de exploração mais antiga, onde decai a cultura do solo, verifica-se que o Brasil persiste nos seus tradicionais métodos de agricultura itinerante, verdadeira extração e "bombeamento" de recursos naturais em benefício de uma fugaz atividade econômica que não cria raízes... Um tal fato é tanto mais importante e impressionante que a base essencial da economia agrícola brasileira, bem como da própria riqueza do País tomada em conjunto, se encontram naquela atividade pioneira de desbravamento; e se sustentam assim em última instância, à custa unicamente da ocupação de novas terras" (Prado, 1956:332).

Eis aí a explicação do papel atribuído a essas novas e enormes áreas incorporadas continuamente por emprêsas imobiliárias. Representam, em última análise, a constituição de reservas utilizadas para o preenchimento dos claros que dia a dia se abrem na economia agrária do País pela prática de explorativas técnicas produtivas. Certamente não será por acaso que as companhias imobiliárias que operam nos sertões de Mato Grosso, de Goiás e do Pará estejam de modo geral vinculadas a grupos financeiros paulistas, paranaenses e mato-grossenses. Ligadas, em resumo, a regiões de fazendas cafêeiras e cotonicultoras decadentes e cansadas. À medida que êsses terrenos esgotados vão sendo transformados em pastagens, os poucos pro-

duto que constituem a nossa agricultura de exportação deslocam-se para novas glebas.

As terras englobadas pelos grupos de especuladores imobiliários no Araguaia destinam-se, pois, fundamentalmente, ao desenvolvimento de grandes propriedades agrícolas. A pecuária continua tendo aqui aquele mesmo caráter acessório com que se a definiu em termos da estrutura econômica nacional. Dificilmente as empresas pastoris ocuparão, ao início do desbravamento, os melhores tratos de terra. Via de regra são elas relegadas às áreas intermediárias entre a floresta e o campo ou as faixas de solo menos férteis.

Atente-se ao fato de que as propriedades pastoris aqui referidas identificam-se pelos padrões criatórios dos Estados centrais e sulinos, com pastagens artificiais e rebanhos consideravelmente melhorados por cruzamentos. Estas fazendas de criação de novo tipo acompanham, como uma espécie de complementação necessária, as atuais ondas colonizadoras que, aos poucos, apossam-se do vale do Araguaia. Em boa parte do território goiano elas substituíram os estabelecimentos de tipo mais rudimentar, como os que se disseminam pelos campos do Arraias e do Páu d'Arco.

Nas técnicas de produção desenvolvidas por estas novas empresas pastoris encontra-se a real ameaça que pesa sobre o complexo cultural de que participam os criadores do Páu d'Arco e do Arraias. A presença de estabelecimentos de criação de tipo menos rudimentar em áreas próximas, associada à atuação de outros fatores externos, tende a tornar obsoletas e inoperantes as técnicas produtivas ainda utilizadas naquela região.

Agências de atuação da sociedade nacional

A cultura pastoril do Páu d'Arco foi definida como uma resposta ao isolamento em que se viu imersa a frente pioneira de criadores que aí se estabeleceu. Esta segregação preservou, nas áreas de ocupação, um conjunto de técnicas, instituições e valores que se tornaram inoperantes e desapareceram das próprias fontes de origem da frente pioneira. Ver-se-á agora como

êsse complexo de traços culturais de sabor colonial tende a descharacterizar-se por efeito da quebra daquele isolamento.

Duas são as formas fundamentais por que intervêm mais concreta e definidamente nesta região a sociedade nacional. À primeira já foi feita referência: trata-se do desenvolvimento de estabelecimentos agrícolas favorecidos pela ação das companhias imobiliárias. É de esperar-se que, com a efetivação da ocupação, certas atividades produtivas primárias ainda existentes no vale do Araguaia, como a extração de produtos florestais, a caça como fornecedora de alimentos e peles para comércio, a pesca rudimentar, etc., sejam sucedidas pela produção de gêneros agrícolas exportáveis.

O segundo fato é de sentido bem mais particular que o primeiro. Não obstante, seus efeitos atuais sôbre a cultura pastoril do Páu d'Arco e de outras áreas limítrofes são mais concretos e impositivos, no sentido de que determinam mais diretamente câmbios em suas configurações sócio-culturais. Trata-se da xarqueada estabelecida há algum tempo em Araguacema, nas margens goianas do Araguaia. Êsse estabelecimento envia seus produtos para Belém, por via aérea, e tem capacidade para absorver não só os rebanhos destinados ao abate das regiões circunvizinhas da margem goiana como os animais postos à venda nos campos do Páu d'Arco.

Todos êsses elementos de mudança são instrumentos ou agências através dos quais atua e se manifesta a sociedade nacional em seu processo de expansão por territórios definidos como marginais, pioneiros ou de fronteiras. Devem ser entendidos como integrantes de um mesmo contexto, agindo de modo ordenado e interativo. São co-variantes de um só processo e têm sua origem no caráter da estrutura sócio-econômica nacional.

Assim, os estabelecimentos pastoris de novo tipo conjugam-se ao movimento desbravador determinado pelas companhias imobiliárias e, por outro lado, constituem uma resposta às solicitações do mercado bovino da xarqueada. Esta, por sua vez, surgiu em sua forma atual com a cooperação de créditos fornecidos pela Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia para atender às solicitações do mercado urbano de Belém. Participa portanto de um vasto plano de desenvolvi-

mento regional que visa, pelo menos teòricamente, a integração dos diversos núcleos de ocupação da Amazônia em um todo ordenado. Outro elemento integrativo operando na área será a estrada Belém-Brasília, em construção paralelamente ao Tocantins. Esse, como outros, é um fator que guarda em si uma forte capacidade de determinação de mudanças sócio-culturais nas regiões sôbre que estenderá sua influência.

O mercado de Araguacema foi um dos elementos determinantes do estabelecimento de fazendas pastorís de melhor padrão na área. Tais emprêsas de criação associam-se acessòriamente aos processos de desenvolvimento da grande agricultura de exportação nesta zona.

O elemento básico de explicação das mudanças que começam a operar na cultura pastoril do Paú d'Arco é a criação, através de várias agências, de contatos entre as comunidades que ali se localizam e outros centros de população. Estes devem possuir capacidade aquisitiva para absorver os produtos dos estabelecimentos pastorís. Depois dos ciclos de ascenso do caucho na região, o primeiro mercado econòmicamente consistente oferecido aos criadores do Paú d'Arco foi a xarqueada de Araguacema. Procurar-se-á examinar aqui algumas das consequências dêste intercâmbio. A qualidade do gado ordinariamente criado nos campos é má. Para êsse resultado cooperam a um só tempo o precário valor alimentício das pastagens naturais, a ausência de salinação e de cuidados regulares e as medíocres características raciais do "curraleiro". A concorrência estabelecida ao gado do Paú d'Arco pelas rêses miscigenadas e melhor alimentadas dos fazendeiros da margem goiana é desastrosa. O "curraleiro" alcança sempre preços muito inferiores aos mestiços Zebu, não só pelo seu pêso ínfimo como pela qualidade inferior da carne e do couro que apresenta. Observa-se, portanto, nos campos do Paú d'Arco uma tendência incoercível à melhoria do padrão dos rebanhos. Atente-se agora para as modificações que tal melhoria necessariamente impõe: a compra de reprodutores só pode ser feita em escala apreciável com o auxílio de financiamento bancário. Isso não só força à transformação de um padrão tradicional que condena a dívida como socialmente desprestigiante e econòmicamente perigosa, como impele o fazendeiro

ao estabelecimento de uma série mais ou menos complexa de relações sócio-econômicas. A criação de gado "enraçado" pressupõe a melhoria das pastagens que deverão ser, pelo menos em certa medida, artificiais. O que implica, por decorrência lógica, na necessidade de busca de solo mais fértil que o do estéril "agreste". Essa mudança leva os sistemas tradicionais de apropriação do solo a uma reformulação completa. Os velhos fazendeiros da região têm duas opções: a primeira é estabelecer contato com os órgãos estaduais encarregados da secção de terras, envolvendo-se assim em complicadas relações com agentes burocráticos e, eventualmente, políticos. Viu-se como um desses criadores tradicionais reage à perspectiva de regularizar através de órgãos oficiais seu direito sobre as áreas territoriais que ocupa. A outra solução, bem mais onerosa, envolve a compra de novas áreas para pastagens, de particulares ou companhias imobiliárias. Em qualquer dos casos, porém, a operação conjunta de compra de reprodutores, de terras e do preparo das pastagens e demais instalações do estabelecimento, implica em gastos muito superiores às disponibilidades de quaisquer fazendeiros dos campos. O financiamento é, portanto, indispensável.

Antinomia entre a cultura tradicional e as novas solicitações

As técnicas anteriores de criação satisfaziam simplesmente às necessidades de um consumo local e limitado. A terra em si, o "casco", nada valia. Ainda hoje, com a valorização do bovino pela xarqueada, há alguns casos de fazendas abandonadas. Na época de desenvolvimento da frente pastoril no Páu d'Arco as fazendas se formavam com a ocupação pura e simples de uma área de campo. O "agreste" era mantido sem modificações maiores que a queima anual e se pagava às vezes, principalmente os maiores criadores, um impôsto ao Estado que garantia a posse precária da terra e das benfeitorias. Essas já foram descritas em seu rudimentarismo: um curral de tranqueiras, dividido para o apartamento das crias, um paiol tôsko de fôlhas e talos de palmeira para o estocamento de cereais, a casa sede, geralmente do mesmo material do paiol, uma pequena roça, pouco mais que

isso. O gado era e ainda é, no Páu d'Arco, criado preponderantemente às soltas. Um informante diz que mais da metade do gado de uma das melhores fazendas dos campos, é absolutamente intratável, abalando pelos cerrados à aproximação dos vaqueiros. Em meados de 1957, um dos típicos grandes fazendeiros maranhenses dos campos, com um rebanho de cerca de duas mil cabeças espalhadas por vários estabelecimentos pastoris, encontrava sérias dificuldades em reunir um lote de três ou quatro centenas de animais para enviar a um dos mercados regionais.

É óbvio que gado em semelhantes condições presta-se a ser abatido a tiros para alimentação dos vaqueiros como "matatagem" ou, ainda, para ser convertido em carne seca, de consumo pouco mais que local, mas dificilmente poderia ser encaaminhado em quantidades ponderáveis aos centros de consumo. Torna-se assim compreensível que, mesmo em épocas muito recentes, pouco valôr fôsse atribuído às rêses. Um fazendeiro do Páu d'Arco, informante digno de crédito, afirma que, mesmo depois de 1940, um animal adulto não ultrapassaria a importância de cem cruzeiros.

Não podiam portanto os fazendeiros tradicionais dos campos contar com seu gado em pé, para entrega ao matadouro. Era bravo, difícil de conduzir. Impõe-se uma radical modificação nos processos tradicionais de "custeio" dos rebanhos. Entre os diversos fatores que intervêm para tornar efetiva essa mudança há a consciência da necessidade de "enraçamento" do gado, prática já muito difundida entre os criadores da margem goiana, que a obtiveram de seu contato mais ou menos íntimo com os fazendeiros do sul, especialmente do Triângulo Mineiro. Parte desses criadores transferiu-se para a região associada aos empreendimentos agrícolas das sociedades imobiliárias. Era principalmente gente vinda das zonas confrontantes com as fronteiras de Minas, acostumada ao trato com o zebu, que é gado caro e manso, que necessita de boas pastagens e de áreas divididas e cercadas para o apartamento das crias. Isso significa propriedades dispendiosas, perfeitamente delimitadas e defendidas por títulos legais de validade permanente. Parece justo ver nesta antinomia um dos motivos da extraordinária valorização

das áreas pastorís goianas em contraste com a situação observada nos campos do Arraias e do Páu d'Arco.

Outra consequência desses fatores conjuntos em operação é a rápida mudança observada nos sistemas de partilha e de fornecimento de "matalotagem" nas fazendas que possuem rebanhos mestiçados. Antigamente era prática coletivamente adotada a transferência ao vaqueiro, como "matalotagem", de uma fêmea velha para cada lote de 10 bezerros. Diz um informante que hoje ninguém mais faz isso, mesmo nos campos do Páu d'Arco. Na fazenda Bom ardim, localizada no Salôbro, que terá entre 50 e 60 bezerros, são destinadas duas vacas por ano para o consumo do vaqueiro e de seu auxiliar. Na fazenda de um maranhense da margem goiana, cujo plantél é composto unicamente por zebus, a partilha é ainda mantida como forma de remuneração, na proporção de 8:1, abandonando-se porém as instituições tradicionais da "urna" e da "matalotagem" (12).

O próprio vaqueiro típico vai desaparecendo lentamente e, com êle, tôda a constelação de instrumentos, técnicas, instituições e valores, que lhe define a fisionomia cultural. As modificações impostas pela necessidade de adequar as áreas pastorís do Araguaia paraense às solicitações de um mercado externo pesam com inexorável impositividade sobre êle. Um dos aspectos fundamentais desse processo de mudança é a transformação do caráter dos próprios rebanhos. Não haverá, dentro de algum tempo, necessidade de "correr" o gado nos cerrados ou nas pastagens artificiais fechadas a arame. Esta atividade pastoril, cheia de colorido, arrôjo e destreza, que é como o esporte nacional do vaqueiro nordestino e sua mais espetacular prova de domínio do ofício, já vem sendo coibida ou, pelo menos, limitada pelos rígidos e tradicionais "Regulamentos" que mantêm e destacam tantos outros traços culturais da "civilização do couro" (13).

Desta perda ou descaracterização cultural passa-se por decorrência lógica a outra: a vestimenta típica dos traquejadores de gado, o "completo de couro", vai-se transformando aos poucos em sobrevivência anacrônica. As "perneiras" ainda permanecem na região do Páu d'Arco e mesmo nas áreas contíguas do

território goiano. Mas o guarda-peito, o gibão, as luvas, tradicionalmente importados do Maranhão, fazem-se cada vez mais raros.

A nova estrutura e a exclusão do vaqueiro tradicional

Esse vaqueiro que é ainda em parte ponderável um nordestino por origem biológica e cultural, capaz de afundar-se no carrasco e nas matas ciliares atrás dos “gadões no despotismo”, que por tanto tempo preservou na orla da floresta amazônica uma soma coerente de traços de sua vigorosa cultura sertaneja, vai sendo substituído pelo salariado culturalmente atípico, desvinculado da vida das comunidades sertanejas, proletário rural entrosado por um complexo sistema de relações econômico-sociais aos interesses e necessidades dominantes da sociedade nacional. Em termos de desenvolvimento econômico não só a propriedade pastoril de novo tipo representa um avanço considerável em face à forma anterior como o trabalhador assalariado que nela se emprega recebe pagamento melhor por seu trabalho. Mas o engajamento na empresa pecuária de novo padrão implica em um sensível empobrecimento no que a cultura pastoril do Páu d'Arco tinha de mais expressivo.

As novas propriedades que começam a instalar-se põem uma ênfase maior na agricultura. Deve-se portanto esperar, nos próximos anos, uma perda relativa de importância das atividades pastoris, até então dominantes na área. A diversificação da produção implicará provavelmente em um substancial aumento da densidade demográfica desta região. As mudanças que atualmente são observadas, ainda em germe, conduzem, por seu próprio caráter, ao desenvolvimento de um tipo de agricultura de subsistência bem mais vigoroso que o atual. De resto, a própria vinculação destas áreas a vários mercados com forte capacidade de absorção de produtos rurais incentivará a produção de excedentes agrícolas comerciáveis, não como atividade acessória e secundária em fazendas de criação ou mistas, mas através de empresas agrícolas produtivamente diferenciadas.

A expansão agrícola e o destino dos povos tribais

Duas ou três léguas simplesmente separam Barreiro Grande ou as fazendas da região do Salôbro da chamada mata geral do Xingu, zona predominantemente de floresta tropical, cujos solos prestam-se mais que a área dos campos à prática da agricultura. Um período suficientemente espaçado irá, com tóda a probabilidade, revelar uma forte tendência migratória em direção às terras elevadas que se dispõem ao longo dos contrafortes orientais do divisor de águas entre o sistema do Araguaia-Tocantins e o Xingu.

Mais cedo ou mais tarde êsse novo movimento de expansão irá interessar territórios tribais, da mesma maneira que a invasão pastoril do Páu d'Arco exterminou os Irã-amráire Kayapó ou como, atualmente, os Djóre-Xikri do Cateté, no alto Itacaiunas, estão ameaçados por garimpeiros e castanheiros ou os Mudjetire-Tupi do Sororó se encontram inteiramente envolvidos por extratores de castanha do Xambioá e do Gameleira.

Outro aspecto de mudança pode ser entrevisto na tendência ao desaparecimento dos pequenos criadores independentes, geralmente ex-vaqueiros, que se estabeleceram por conta própria com o fruto das partilhas, e dos agricultores das corrutelas como Bôa Sorte ou Barreiro Grande e dos cantos de matas. É impossível deter-se a corrida às terras que começa a processar-se no município de Conceição do Araguaia, a não ser com rigorosas medidas de contenção adotadas pelos órgãos oficiais. Áreas cada vez maiores são requeridas e recebem títulos definitivos de propriedade. Como se viu, essas legalizações de propriedades vêm provocando sensível apreensão nos que exerciam tradicionalmente o direito de posse sôbre amplas áreas do município. Os melhores lotes de terreno passarão, em resumo, a ter donos efetivos, proprietários titulados. Requerê-los e conseguí-los, dentro de pouco tempo, custará o exercício de certas influências e relações políticas junto aos organismos burocráticos estatais e poder econômico, tanto um como outro largamente monopolizados pelas classes dominantes. Paulatinamente êsses pequenos posseiros sofrerão compulsões cada vez mais sérias para abandonarem a terra que ocupam. Alguns dêles, mesmo

presentemente, já estão sendo compelidos à transferência das áreas em que vivem na região do Páu d'Arco.

Um tempo mais ou menos dilatado separa as condições atuais de apropriação da terra do grave aspecto de conflitos de classe entre os posseiros e os açambarcadores e especuladores imobiliários que se registram em outras regiões do País. Não obstante, a integração cada vez mais íntima e completa de regiões de fronteira, como a bacia do Arraias e Páu d'Arco, ao contexto da sociedade nacional, conduz naturalmente à abolição da relativa autonomia ainda hoje observada e as fazem, necessariamente, participar, num grau de coerção cada vez mais acentuado, dos problemas e conflitos estruturais do sistema econômico do País.

A longo termo é de prever-se a extinção não só dos grupos tribais mais diretamente ameaçados pelo desenvolvimento do processo de incorporação desses territórios de fronteira, como também o de grupos ocupacionais néo-brasileiros voltados para atividades econômicas rudimentares, como é o caso atual dos caçadores e comerciantes de peles e dos coletores de produtos florestais.

Não será preciso insistir em que as formas atuais de comércio nessas regiões, que se fazem através do escambo, tendem a tornar-se obsoletas. Vias de comunicação permanente que possibilitam um grande volume de intercâmbio estão sendo estabelecidas, a exemplo da rodovia Belém-Brasília. A efetivação desses elementos de contato leva a crer em um rápido desenvolvimento dos processos de mudança que começam a esboçar-se nessas áreas pastoris.

As transformações a que se vem referindo não representam entretanto, de modo fatal e necessário, um rompimento brusco e completo com os padrões culturais que caracterizam as comunidades pastoris do Páu d'Arco. Há, certamente, alternativas neste processo de mudança. Esquemmatizou-se aqui simplesmente uma de suas linhas mais prováveis de seguimento. Nem sempre a existência de meios materiais de comunicação com centros urbanos de grande capacidade de dominância consegue quebrar, de forma efetiva, o caráter sócio-cultural de certas comunidades rurais. O primitivismo da vida de regiões que

se dispõem na imediata proximidade de grandes nucleamentos urbanos, como a própria Capital Federal, parece confirmar a assertiva. "A poucos quilômetros dos arranha-céus do Rio de Janeiro, no próprio Estado de São Paulo, em que o desenvolvimento é mais uniforme, muito perto também da cidade-cogumelo de Belo Horizonte, existem fazendas abandonadas; comunidades fechadas em que se perpetuam os modos de vida de outrora... Mantendo por toda a parte estreito contato, os dois Brasis, tão diferentes, estão unidos pelo mesmo sentimento nacional e por muitos valores comuns... os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos" (Lambert, 1959:107).

O caráter fortemente espoliativo que define as atividades agro-pastoris em atuação nas diversas regiões brasileiras, é outro fator que impossibilita a formulação de previsões mais terminantes. A progressiva integração dessas áreas do Araguaia a um contexto mais vasto, de que chegam hoje a participar núcleos urbanos tão importantes quanto Belém, pode não vir-se a completar por motivos diversos. Entre esses se incluem o prematuro esgotamento das áreas agriculturáveis ou o desvio da especulação imobiliária para outros territórios.

Nas páginas anteriores procurou-se definir, de modo muito geral, a cultura pastoril que se desenvolveu nos campos do Páu d'Arco e regiões limítrofes. Pôs-se ênfase em sua origem predominantemente nordestina ainda que, certamente, tenham essas comunidades assimilado traços de outras fontes culturais, como as frentes extrativistas a que, eventualmente, se associaram. O isolamento espacial a que se viram submetidas tais populações pastoris foi tomado como o elemento mais explicativo da conservação do conjunto de técnicas, instituições e valores que a caracteriza. Co-variantes diversas e de desigual potencialidade de determinação funcionam no sentido de impor transformações ao quadro descrito. Alguns — nem todos — desses elementos de mudança foram analisados de forma sumária.

Não serão feitas conjecturas, entretanto, sobre o produto final e acabado dessas modificações. Destina-se fundamentalmente o presente trabalho à caracterização das diversas frentes de ocupação néo-brasileira que atuam hoje em territórios tribais

das bacias do Araguaia-Tocantins e do Xingu. Prêso a êste objetivo básico, não caberão nêle, certamente, especulações de largo alcance sôbre as últimas consequências de processos de mudança que operam no seio de tais ondas pioneiras.

Limitada e precária, embora, a presente exposição tenta fornecer um indispensável pano de fundo, geográfico e cultural, a um dos antigos e mais importantes territórios tribais Kayapó. Nada foi dito sôbre os processos de desintegração tribal, sucessão ecológica e consequente extermínio a que se viu submetida a horda Irã-amráire-Kayapó que ocupava os campos do Páu d'Arco. De igual modo, nenhuma referência se fez aos frequentes conflitos entre outros grupos dessa tribo Jê, especialmente Górotire e Djóre-Xikri, e os componentes das comunidades pastoris que ali se estabeleceram. Essa ordem de problemas, como se disse anteriormente, será objeto de comunicação posterior.

* * *

NOTAS

1 — É significativo lembrar que a análise do mesmo tema é proposta pelo setor de Desenvolvimento Cultural do Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA: "Uma pesquisa mais ampla e mais ambiciosa deverá ser levada a efeito na orla oriental da floresta amazônica, em território maranhense e paraense, por onde avança em nossos dias a mais potente fronteira de expansão humana que já se orientou para a hiléia. Trata-se de um movimento secular de expansão pastoril que, partindo do litoral atlântico há séculos, veio ocupando lentamente as caatingas do nordeste, ganhou depois os campos do sul do Maranhão, infletiu mais tarde para os cerrados de Goiás e, hoje, parece reservar forças para avançar sôbre a floresta... Esta frente pioneira já avança pelo Pará, invadindo os campos de Conceição do Araguaia e penetrando nas matas de Marabá; se algo não fôr feito para orientar sua instalação na Amazônia, todo êsse esforço humano estará ameaçado de desgastar-se ou simplesmente acrescentar números aos contingentes demográficos do vale" (SPVEA, 1955, vol. II:277-278).

* * *

2 — A ausência de delimitação nítida das áreas ocupadas pelos estabelecimentos pastoris nordestinos de cunho tradicional e a criação do gado às soltas, que é um corolário dessa situação, são analisados por Câmara Cascudo

que passa a indicar os efeitos de tal modo de apropriação do solo sobre as técnicas usuais de trabalho e as formas de organização da sociedade pastoril que aí se constituem. Os elementos documentados pelo folclorista ajustam-se, com rigor de detalhe, à situação observada nos campos do Páu d'Arco e áreas limítrofes: "Especialmente no Nordeste, onde outrora não havia a divisão das terras em cêrcas de arame, modificando a fisionomia social dos agrupamentos, motivando uma psicologia diversa, os bois eram criados soltos, livres, nos campos sem fim. Novilhos eram beneficiados: ferra, assinalação na orelha, castração. Cada ano os vaqueiros campeavam o gado para a apartação, separando-se as boiadas segundo os ferros e a inicial da ribeira, impressa a fogo na coxa. Alguns touros e bois escapavam ao cêrco anual e iam criando fama de ariscos e bravios" (1954:105).

* * *

3 — O primeiro Plano Quinquenal da SPVEA adianta outros elementos informativos sobre a dupla origem dessa onda pastoril que se alargou pelos chapadões do norte goiano, prolongando-se até aos campos da margem paraense do Araguaia: "A pecuária do Goiás amazônico foi iniciada no período de decadência da mineração, quando houve a instalação das primeiras fazendas de gado por sertanistas da Bahia que, em suas avançadas de bandeirantismo, chegaram a alcançar as terras e campos do divisor de águas Tocantins-Araguaia, aí estabelecendo os seus currais. Posteriormente, a êstes núcleos iniciais veio juntar-se um contingente de criadores de gado proveniente dos amplos criatórios do Piauí e dos campos do sul do Maranhão. Esta ligação cultural entre Maranhão e Goiás persiste até hoje, sendo comum os criadores que mantêm fazendas nos dois Estados. Desenvolveu-se a indústria pastoril sobre moldes primitivos e as condições naturais existentes são responsáveis pelo desenvolvimento característico dos mesmos" (1955, vol. I:280-281).

* * *

4 — Oberg oferece elementos que se ajustam à caracterização desses pequenos agricultores e criadores que integram os aglomerados humanos das "corrutelas": "...Não é assim, rigorosamente falando, um reideiro, meeiro, ou trabalhador agrícola permanente, embora possa exercer essas atividades ocasionalmente. É êsse quinto tipo que eu gostaria de chamar de campônio marginal, embora não se assemelhe em nada ao camponês da Europa ou da Ásia. Se lhe tirassem seus porcos e suas galinhas, êle seria como o índio selvagem, pois pratica o tipo mais primitivo de agricultura do mundo. Mas seu gado, e a sua dependência do mercado, embora limitada, lançam-no à margem da economia nacional. Êle é o zero econômico do Brasil, pois compra e vende pouco. Embora o depositário de uma rica música folclórica e de tradições populares, é também o depositário da ignorância, da pobreza e da doença. No Brasil, como em qualquer outra parte da América Latina, é o

grande símbolo do subdesenvolvimento" (1957:119). No mesmo artigo, tratando mais especificamente dos elementos humanos que se associam acessoriamente aos estabelecimentos pastoris, afirma o autor: "A natureza da vida pastoril, com sua população escassa, as grandes distâncias que mediam entre as fazendas e a maior liberdade de ação do vaqueiro, deram lugar a relações mais democráticas entre este e o seu patrão. Mas é aqui que surgiu uma terceira classe de ocupantes da terra — os obrigados — que eram os lavradores que produziam as culturas de subsistência para o proprietário da fazenda de criação e os seus vaqueiros. Como no Amazonas, e nas plantações do litoral, êsses agregados ou posseiros eram os peões que viviam na dependência dos seus patrões ou senhores" (1957:129).

* * *

5 — O isolamento a que se viram forçadas estas áreas de criação e as agências que hoje atuam no sentido de estabelecer contatos comerciais com o mercado consumidor de Belém são analisados de forma sumária pelos redatores do primeiro Plano Quinquenal da SPVEA: "As técnicas de produção também seguiram a normativa simplista caracterizada pelo baixo rendimento que gerou a diminuição das solicitações humanas. Dificuldades de venda, transportes extremamente difíceis, tudo concorreu para o tipo de vida extremamente parcimoniosa. Só nos últimos anos, com o advento da aviação comercial, revelou-se a possibilidade de um comércio mais rendoso e consistente para a região. Sabe-se, entretanto, que o gado do norte de Goiás tem, com imensas marchas através do sertão, alcançado os mercados do nordeste, do leste e do sul do País. A tentativa de transporte do gado em pé, através de um varadouro de ligação a Belém, não surtiu o efeito esperado, ficando praticamente perdidos os investimentos feitos para êsse fim. O transporte, encarecendo o material e depreciando qualitativamente, é fator que não permite o desenvolvimento pecuário da região sob moldes de alta produtividade" (SPVEA, 1955, vol. I:1955).

* * *

6 — REGULAMENTO POR NOTA DE FAZENDAS

Receber a fazenda com as devidas ordens do patrão, cumprindo elas como manda o escrito abaixo.

Recebimento das casas em perfeito estado, com todos os utensílios, corda, peias, cabrestos, relhos, etc. . . Pateo e vaquejador.

Busca de sal em abril e setembro a fim de não faltar. Este sal não se empresta, não se vende, não se dá, só terá do mesmo para salgar matolotagem e caça, não em demasia.

Partilha de 2 anos a não ser por motivo justo de doença e ocupação das outras.

A partilha tem disimo e é na Urna juntando quarto de um ano para outro fazendo sorte no mais novo.

O vaqueiro estando devendo na casa, não poderá sair da fazenda deixando sua conta em aberto, e sim por motivo de não receber a partilha na mesma ocasião.

Sobre a criação de gados não poderá criar gados na porta da fazenda, porcos só terá direito em um casal ou então o seu porco no chiqueiro.

Os cavalos da fazenda é preciso que sejam bem selados sem pisaduras e raspadoras de esporas.

Viajens só poderá fazer mediante as ordens do patrão, ou então a distância de 3 léguas como seja festas etc. dando milho aos animais. A viagem sendo por motivo grave de doença, é preciso comunicar o patrão.

As matolotagens são de 10 bizerros um e não antes a fim de não prejudicar.

Preciso também que o vaqueiro plante sua roça a fim de quando chegar o patrão ter o que comer, e a cerca da roça bem feita a fim de não prejudicar a fazenda.

O animal de cela do patrão será durante a estadia da fazenda selado pelo vaqueiro.

Sobre as casas e currais, o vaqueiro tem a distinta obrigação de quando cair uma cerca do corral ou capote da casa do chiqueiro ou da grande, concertar a fim de que mais tarde não seja preciso gastar maior importância.

As novilhas de primeira barriga que for parindo é preciso que sejam mansas, e como também as crias do vaqueiro na amansação.

O vaqueiro que no tempo da partilha me apresentar bizerros orelhudos e bravios não terá direito aos mesmos.

Como também não se dá partilha no mato.

Não admito aqui carreiras em brincadeiras e sim de conformidade o gado e o traquejo do mesmo.

Os objetos da fazenda são entregues ao vaqueiro por nota, e Recebidos com a mesma nota, qualquer estravio ficará na obrigação de pagar.

Nesta fazenda não se vende leite sem ordem do patrão do caso contrário em vez de pagar uma garrafa pagará 100. Não se vende queijo nem requeijões.

O morador que se localizar nos terrenos desta fazenda ficará sujeito a si desarranchar qualquer hora.

O vaqueiro que fizer qualquer negócio com objetos da fazenda ficará sujeito a pagar a importância que o patrão pedir. A não ser com ordem do mesmo.

Os gados da fazenda estão em notas, e o vaqueiro tem que me dar uma nota do que morreram, do que nasceu e do que estão vivos.

O vaqueiro que quizer tomar conta de fazenda nossa tem que sanar os seus débitos a fim de não entrar devendo.

E se em qualquer caso for preciso pagar uma importância de Cr\$ 300,00 a baixo ficará sujeito a 10% anual.

Os couros das matolotagens feita pelos vaqueiros pertence ao patrão para custeio da fazenda. O Patrão mencionará os que caberá para o serviço.

Quando o patrão mandar chamar um vaqueiro é preciso que atenda imediatamente.

Poderá ser dispensado por motivo de doença aplicando o patrão.

O vaqueiro que fizer qualquer cousa de mal na fazenda, quando o patrão chegar comunique logo a fim de se tornar mais fácil.

O vaqueiro não terá direito de pegar gados bravios em cavalos da fazenda sem ordem do patrão, do caso contrário ficará sujeito a pagar o valor do animal se morrer, e não morrendo, pagará a importância que o patrão exigir. Outrossim não será facultativo nem mesmo para os seus gados bravios que existem na fazenda.

Fica obrigatoriamente o custeio dos bizerros nascidos depois de 8 dias, trazidos ao curral para evitar que fiquem bravios no mato isto terá que ser feito, no inverno ou no verão.

REGULAMENTO PARA A FAZENDA BURITISINHO PARA O ANO DE 1953

Receber casas, currais, pateo, vaquejadores e entregar nas mesmas condições.

Busca de sal em abril e setembro chegando este sal para salinação em Maio e Outubro, este sal não se vende, terá o vaqueiro do mesmo para salgar sua panela.

Partilha tem disimo, e é na urna juntando os quartos de sobra fazendo sorte no mais novo.

Matolotagens são em número de 8 por cada ano, ficando o vaqueiro com 4 couros, e levando 4 para Conceição.

Quando precisar levar gados em Conceição fica na obrigação de um dos vaqueiros ajudar até Conceição.

É de obrigação também o selo dos Retiros, Roçagem concertos, etc.

O vaqueiro estando devendo na casa não poderá sair deixando sua conta em aberto e sim por não receber sua partilha nesta ocasião.

Não terá o vaqueiro direito nas crias orelhudas e bravias e não se dar partilha no mato.

O vaqueiro que fizer qualquer negócio com objetos da fazenda sem ordem do patrão ficará sujeito a pagar a importância que o patrão pedir.

Chegando um caso de qualquer cousa que note o patrão não gostar, comunique logo o mal feito a fim de facilitar a resolver.

O vaqueiro não terá direito a pega de gados bravios nos cavalos da fazenda porque acontecendo qualquer cousa ficará sujeito a pagar qualquer importância.

donos por intermédio dos vaqueiros" (1954:53) da vaquejada que será "a reunião do gado, nos fins do inverno, para o beneficiamento, castração, ferra, tratamento de feridas, etc." (1954:663). Em suas linhas mestras o sistema tradicional da ferra é ainda encontrado nas áreas pastoris do Páu d'Arco. Os "Regulamentos" atuais quebram, entretanto, em parte pelo menos, o caráter lúdico da atividade, pela limitação ou mesmo interdição das carreiras e derrubadas, através de dispositivos semelhantes àquele que estabelece que "não admito aqui carreiras em brincadeiras e sim de conformidade o gado e traquejo do mesmo".

* * *

9 — Leonardo Mota, citado por Câmara Cascudo, registra em outras áreas do País atitude semelhante à observada nas comunidades do Páu d'Arco com respeito a esta classe de fenômenos astronômicos: "Os eclipses, inexplicáveis para os sertanejos, importam sempre consequências calamitosas. Quando a folhinha marca um eclipse lunar, para que não morram os algodoads, os agricultores vão acordar os algodoeiros a gritos, pancadaria em latas, tiros de espingarda e clamores de búzios"... (Cascudo, 1954:241). Não foram entretanto documentadas no Páu d'Arco tais métodos de combate aos danos do eclipse nem a noção de que "criança morena de pais brancos nasceu durante o eclipse".

* * *

10 — As danças "de família" são bastante raras em Conceição do Araguaia. Informantes consultados sobre o assunto indicam invariavelmente como causa a severa resistência oposta a esse tipo de diversão pelos padres da missão. Há um pequeno salão de danças em um botiquim anexo ao miserável prostíbulo da cidade, cuja frequência é principalmente masculina mas a que não faltam, eventualmente, mulheres das camadas mais pobres da população local. Em dois meses de estada em Conceição, no decorrer do trabalho de campo, registrou-se um único baile familiar, realizado em casa de um vereador, por ocasião das festas juninas. A dança associou-se um "casamento na roça" com os participantes vestidos segundo os padrões típicos das festas desse período. Em outra ocasião foi oferecido um baile a um criador de gado do Araguaia matogrossense, indivíduo respeitado e temido em toda a área por seu gênio violento e a tradição de suas façanhas passadas. A festa teve de certo modo cunho oficial, de vez que foi organizada pelos vereadores locais e realizada em dependência da Câmara Municipal. O fato do fazendeiro fazer-se acompanhar por u'a amante não parece ter gerado qualquer constrangimento ou, se o fez, o fato foi prudente e cuidadosamente ocultado. Em uma das sessões do legislativo local, em 1952, um requerimento visando coibir a venda de bebidas alcoólicas a menores foi complementado por um vereador que solicitava "fôsse extensivo o pedido proibindo a promiscuidade de classes nos

bailes denominados pipirais, que vem desclassificando as famílias alarmantemente". Pelo menos aparentemente tais festas não mais se realizavam em Conceição em 1957.

* * *

11 — "Na qualidade de vereador desta Câmara Municipal eleito por um povo, pôsto êste que me confiou uma missão de empenho perante a êle, motivo por que venho a êste Plenário: 1) Em virtude de neste Município existir só uma légua de patrimônio e como temos muitos lavradores pobres e bem assim têm chegado bastantes emigrantes também pobres e quem precisam de trabalhar, requeiro que seja terminante proibido a venda definitiva de terras dentro desta légua patrimonial para o bem dêste povo. 2) Requeiro também que seja solicitado por esta Câmara ao Exmo. Sr. Gen. Governador do Estado mais uma légua para o Patrimônio Municipal, perfazendo assim duas léguas, a fim de evitar que seja vendido pelo Estado terrenos de lavoura próximo a nossa Cidade. Abril de 1957".

"Usando das atribuições que me são conferidas por lei e na qualidade de um vereador eleito pelo povo, Requeiro: Que ouvido o Plenário seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador Constitucional do Estado e à Câmara do Estado ofícios solicitando seja dado preferência aos nativos dêste Município para compra de terras, e que sejam amparados os pequenos lavradores em seus locais, pois são locatários antigos em nosso Município e os potentes latifundiários estão requerendo terras do Estado para negociatas. Esperamos que o Sr. Governador e a Câmara Municipal façam justiça no caso em tela, pois temos inúmeras reclamações da população. Abril de 1957".

* * *

12 — No curso de uma pesquisa de comunidade no São Francisco Bahiano, Altenfelder documenta na cultura pastoril da região, traços muito semelhantes aos registrados nas zonas de criação do Páu d'Arco. Atente-se ao fato de que também no São Francisco as "sortes" tendem a ser substituídas pela fixação de salários aos vaqueiros: "A criação de gado bovino ainda ocupa parte da população. Raras vezes o fazendeiro administra a própria fazenda. O vaqueiro é na realidade quem se ocupa do criatório, pois é êle quem efetivamente reside na fazenda e determina as providências a serem tomadas com relação ao transporte do gado para melhores pastagens ou seu recolhimento nas mangueiras. O sistema de pagamento dos vaqueiros, todavia, ainda é o de um quarto ou mesmo de um quinto dos bezerros nascidos durante o ano, bem como o leite ordenhado. Há, porém, na região, vaqueiros pagos a razão de 10 a 12 cruzeiros a diária. O pagamento feito na base da safra dos bezerros, e que é denominado na região de "sorte", parece tender a ser substituído por um salário regular... Como o gado é criado à sôlta, há grande mestiçagem... São ainda correntes os usos da vaquejada, trabalho cooperativo que,

no período da reunião do gado, exige a contribuição dos esforços dos vaqueiros vizinhos. A vaquejada é um período de trabalho intenso compensada com folgedos; o trabalho não é pago, mas ninguém se nega a contribuir para ele com o seu esforço. O tratamento do gado ainda é bastante elementar, e os curadores de bicheiras e as orações são, em geral, os meios utilizados para livrar o gado das doenças" (1955:107-108).

* * *

13 — O desfiguramento de certos traços da cultura pastoril nordestina por efeito de compulsões sócio-econômicas externas que, intensificando os contatos entre os isolados estabelecimentos pecuários do sertão e os centros de dominância da sociedade nacional, acabam por modificar os sistemas tradicionais de apropriação do solo, as técnicas de trabalho e as relações sociais de produção, é ilustrado por Câmara Cascudo com a análise do paulatino desaparecimento dos antigos processos de apartação e ferra. Nesse mesmo plano e com características similares realizam-se as mudanças observadas nos campos do Páu d'Arco. Confronte-se, por exemplo, algumas das transformações e suas causas, observadas na área delimitada para estudo, com os elementos determinantes das mudanças observadas pelo autor referido nas áreas pastoris do nordeste: "A cerca de arame, dividindo os pastos, deu nova fisionomia ao sertão e mesmo à psicologia do senhor da fazenda, vaqueiros e agregados. As grandes ferras desapareceram porque são feitas em cada fazenda. Outrora eram motivos de alto interesse social, atraindo cantadores, valentões, os melhores vaqueiros para alguns dias de vida intensa e fraternal" (1954:260).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. CAPISTRANO DE

1930. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Livraria Briguiet. Rio de Janeiro.
1954. Capítulos de História Colonial. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Livraria Briguiet. Rio de Janeiro.

ALTENFELDER, FERNANDO

1955. Análise Comparativa de Alguns Aspectos da Estrutura Social de Duas Comunidades do Vale do São Francisco. *Arquivos do Museu Paranaense. Nova Série. Antropologia n.º 1*. Curitiba.

ANÔNIMO

1900. Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, LXII, parte I*. Rio de Janeiro.

CARVALHO, CARLOTA

1924. O Sertão. Rio de Janeiro.

CASCUDO, LUIS DA CÂMARA

1954. Dicionário do Folclore Brasileiro. *Instituto Nacional do Livro*. Rio de Janeiro.
1956. Tradições Populares da Pecuária Nordestina. Documentário da Vida Rural n.º 9. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro.

COUDREAU, HENRI

1897. Voyage au Tocantins-Araguaya. A. Lahure, Imprimeur-Editeur. Paris.

GALVÃO, EDUARDO

1955. Santos e Visagens. *Coleção Brasileira n.º 284*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.
1957. Estudos sobre Aculturação dos Grupos Indígenas do Brasil. In *Revista de Antropologia, vol. V, n.º 1*. São Paulo.

IGLÉSIAS, FRANCISCO

1958. Caatingas e Chapadões. *Coleção Brasileira n.º 271*. 2.^a Edição. 2 vols. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

KISSENBERTH, WILHELM

1912. Über die hauptsächlichsten Ergebnisse der Araguaya-Reise. In *Zeitschrift für Ethnologie, XLIV*. Berlin.

LAMBERT, JACQUES

1959. Os dois Brasis. *Série Sociedade e Educação n.º 1*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério da Educação. Rio de Janeiro.

LEAL, ANTÔNIO BORGES PIRES

1948. Região Tocantina-Araguaia, suas necessidades econômicas e algumas sugestões para resolvê-las. Relatórios ao Governo do Estado do Pará. MS. Belém.

MAGALHÃES, COUTO DE

1934. Viagem ao Araguaya. 3.^a Edição. *Coleção Brasileira n.º 28*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

MENDONÇA ET AL., DEODORO DE

1927. Pelo Tocantins Paraense. Uma viagem a Marabá. Gráfica do Instituto Lauro Sodré. Belém.

MENEZES, DJACIR

1937. O Outro Nordeste. *Coleção Documentos Brasileiros n.º 5*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro.

NASH, ROY

1950. A Conquista do Brasil. *Coleção Brasileira n.º 150*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

NIMUENDAJÚ, CURT

1946. The Eastern Timbira. *University of California Press*. Berkeley and Los Angeles.
1952. Os Gôrotire. *In Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. 6*. São Paulo.

OVERG, KALERVO

1957. O Campônio Marginal no Brasil Rural. *In Sociologia, vol. XIX, n.º 2*. São Paulo.

OLIVEIRA, ROBERTO CARDOSO DE

1955. Relatório de uma Investigação sobre Terras em Mato Grosso. *In SPI — 1954*. Rio de Janeiro.

PRADO JUNIOR, CAIO

1945. Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia. 2.^a edição. *Coleção Grandes Estudos Brasileiros n.º 1*. Editora Brasiliense. São Paulo.

1953. Evolução Política do Brasil e outros Estudos. *Coleção Grandes Estudos Brasileiros* n.º 4. Editora Brasiliense. São Paulo.
1956. História Econômica do Brasil. 4.ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo.

PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

1936. Os Gorotirés. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, DARCY

1956. Convívio e Contaminação. In *Sociologia*, vol. XVIII, n.º 1. São Paulo.
1957. Línguas e Culturas Indígenas do Brasil. *Separata de Educação e Ciências Sociais*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, FRANCISCO DE PAULA

1841. Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão... In *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, III. Rio de Janeiro.
1870. Roteiro da viagem que fez o capitão... In *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, X, 2.ª edição. Rio de Janeiro.
1874. Descrição do Território dos Pastos Bons nos Sertões do Maranhão. In *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, XII, 2.ª edição. Rio de Janeiro.

RODRIGUES, LYSIAS

1945. O Rio dos Tocantins. Conselho Nacional de Geografia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro.

SIMONSEN, ROBERTO

1957. História Econômica do Brasil. 3.ª Edição. *Coleção Brasileira, Grande Formato*, vol. X. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

SODRÉ, NELSON WERNECK

1941. Oeste. *Coleção Documentos Brasileiros* n.º 31. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro.

SPVEA

1955. Primeiro Plano Quinquenal. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. 2 vols. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.

VILANOVA, FREI GIL

1898. Carta a Henri Coudreau. In Voyage a Itaboca et a l'Itacayuna. H. Coudreau. Paris.
- 1942-a. Relatório ao Capítulo Provincial Dominicano de Toulouse, em 1902. In O Apóstolo do Araguaia. Estevão Gallais, OP. Edição da Prelazia de Conceição do Araguaia.
- 1942-b. Carta ao Padre Provincial, em 1904. In O Apóstolo do Araguaia. Estevão Gallais, OP. Edição da Prelazia de Conceição do Araguaia.

WAGLEY, CHARLES

1957. Uma Comunidade Amazônica. *Coleção Brasileira n.º 290*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

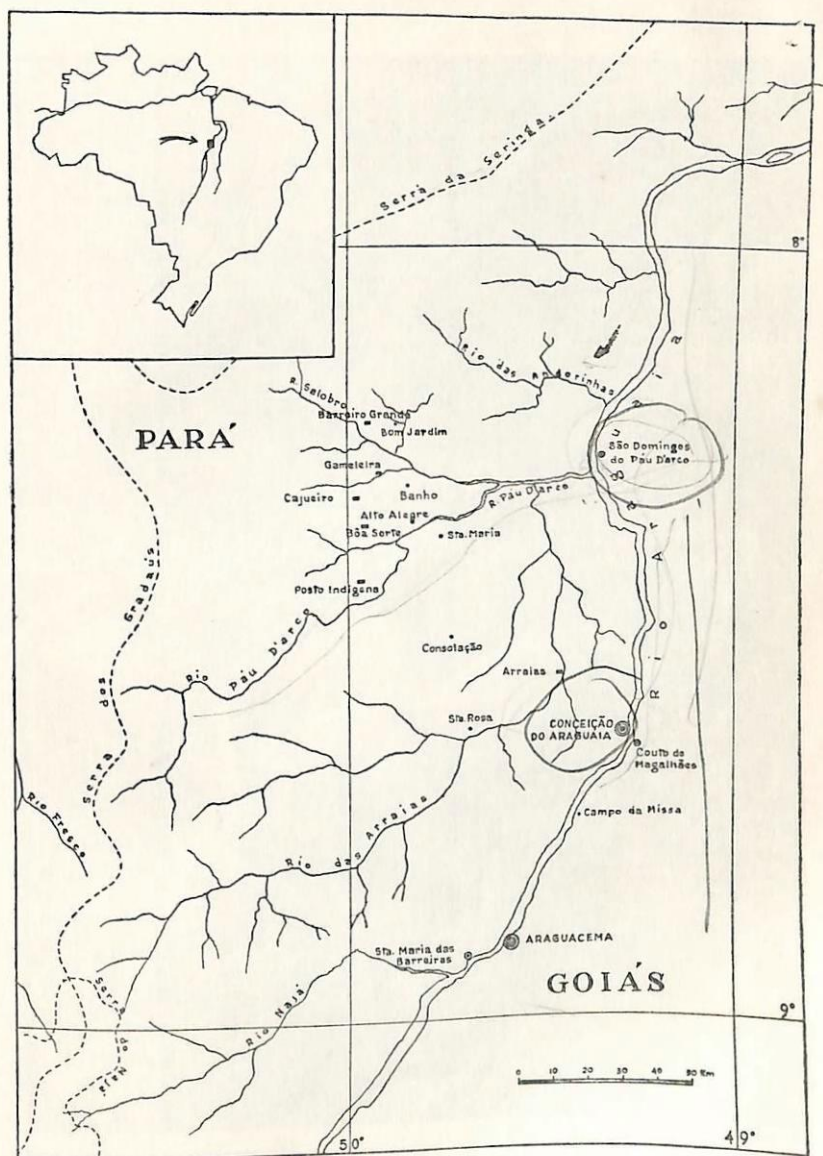


Fig. 1 — Mapa geral da bacia do Páu d'Arco. Alguns dos estabelecimentos pastorais e "corrutelas" encontram-se assinalados.

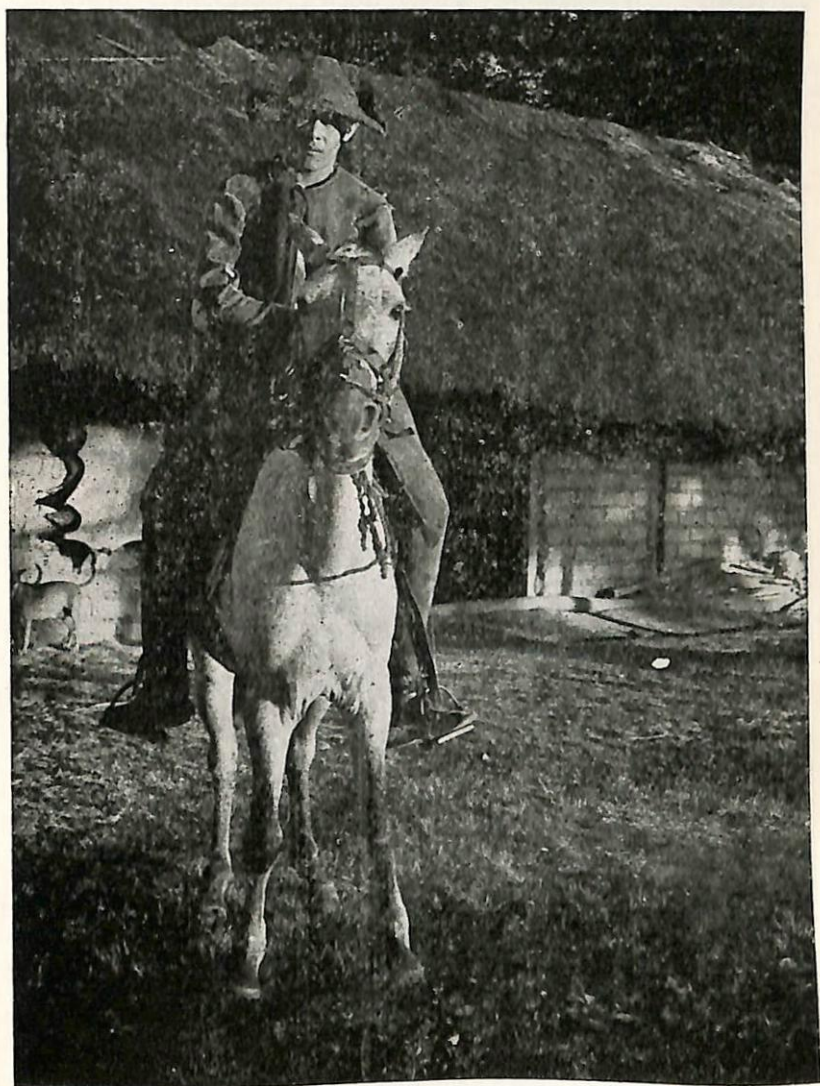


Fig. 2 — Vaqueiro com o “completo de couro”. As perneiras completam-se usualmente com as chinelas.

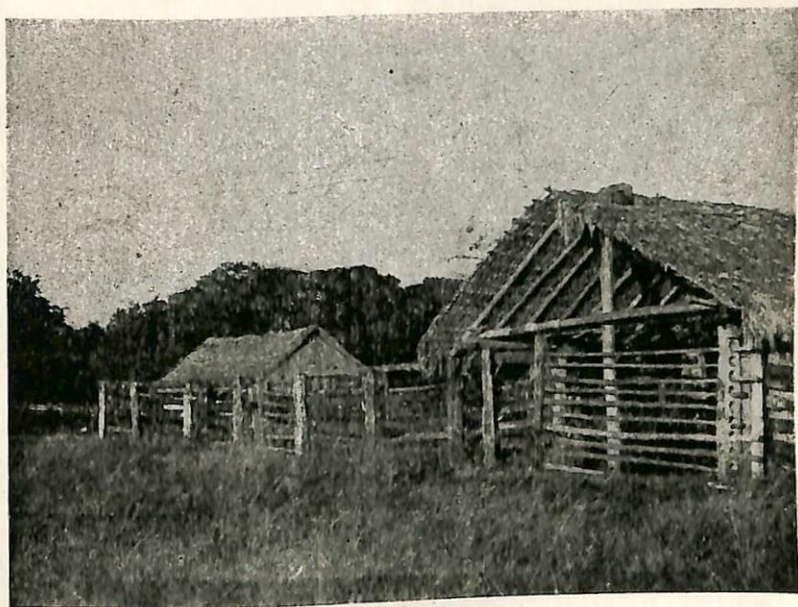


Fig. 3 — a) Uma das grandes propriedades pastorís do Páu d'Arco; construções de adôbe, como esta, não são frequentes na região. b) Fazenda Bom Jardim, exemplo característico dos estabelecimentos médios do Páu d'Arco; em primeiro plano o curral dos bezerros que abriga também o paiol para estocagem de cereais e, ao fundo, a casa sede da fazenda.

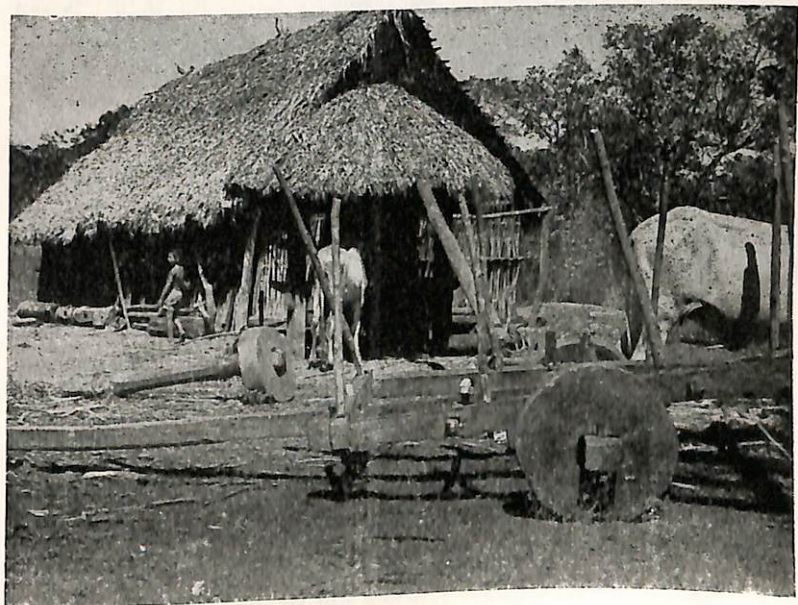


Fig. 4 — a) Casa típica de vaqueiro em Campo da Missa. b) Casa de vaqueiro nos campos do Páu d'Arco; a foto ilustra também um dos carretões usados para o transporte pesado no interior das fazendas.

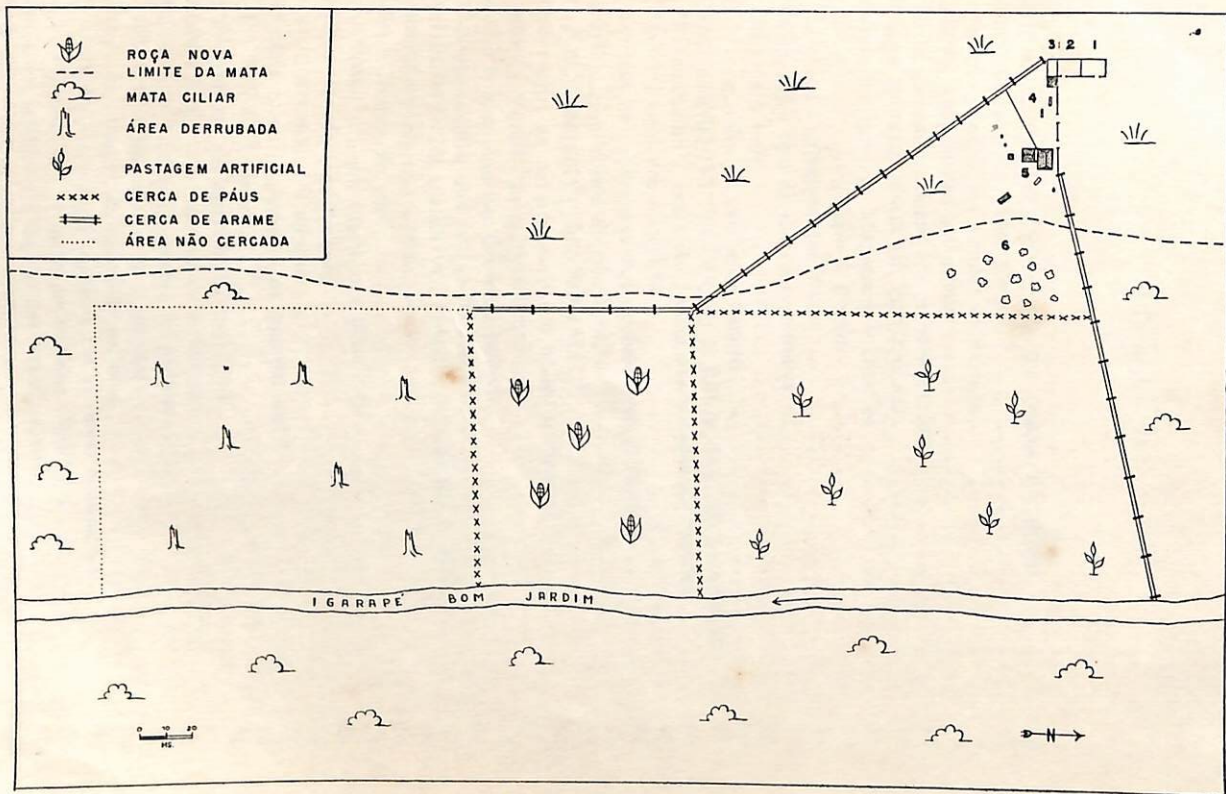


Fig. 5 — Vaqueiros típicos do Páu d'Arco; o vestuário tradicional limita-se hoje geralmente ao uso das perneiras e do chapéu de couro.



Fig. 6 — a) Padrão dos campos do Páu d'Arco; ao fundo, mata ciliar que bordejia um dos tributários dêsse rio. b) Vista geral de uma das "corrutelas" da região do Páu d'Arco; a localização dêsses pequenos povoados é sempre feita em campo aberto mas nas proximidades de algum igarapé, cujas margens são aproveitadas para as roças de subsistência.

Fig. 7 — Levantamento do núcleo da fazenda Bom Jardim. Os números 1, 2 e 3 indicam pequenos currais para apartamento do gado; 4) pátio para salinação das reses, 5) casa sede da fazenda e 6) pomar. Para maiores detalhes veja-se página 47 e seguintes.



ÍNDICE

Introdução	1
ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA ONDA PASTORIL	4
Definição cultural da frente pioneira	5
A ocupação pastoril dos campos da Barreira	8
Conceição, novo núcleo colonizador	13
Ciclo da borracha: origem dos grandes criadores	15
FORMAS E PROCESSOS DE OCUPAÇÃO	16
Comércio nos campos: Marreteiros e regatões	18
As "corrutelas", sua origem e função	20
Os marginais à atividade dominante	24
Castanha, novo tipo de economia extrativa	31
A desestima à terra	33
Latifúndio e baixa concentração pastoril	36
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO	38
Os "Regulamentos": expressão formal das relações de trabalho	40
Atividades usuais dos vaqueiros	45
As lavouras de subsistência dos estabelecimentos pastoris	47
A partilha como forma de remuneração	51
GRUPOS E INSTITUIÇÕES SOCIAIS	53
Relações entre as zonas pastoris e o núcleo urbano	54
O gado no contexto da economia municipal	57
Contrôle e coesão sociais nas áreas pastoris	61
A estrutura familiar nos campos do Páu d'Arco	64
CONHECIMENTO OBJETIVO, MAGIA, RELIGIÃO E MITOS	66
Conhecimento objetivo e mau olhar	68
Feitiço e técnica de cura	70
Messianismo: o padre Cícero e a Besta-Fera	73
A Cobra Grande e os Possessos	74
Festas tradicionais dos campos	75
A Prelazia como instrumento de controle social	77
MUDANÇA CULTURAL	79
Desenvolvimento da especulação imobiliária	81
Luta pela conservação das posses tradicionais	83
Perspectiva de mudança e quebra de padrões	85
As companhias imobiliárias e a pecuária	86
Agências de atuação da sociedade nacional	90
Antinomia entre a cultura tradicional e as novas solicitações	93
A nova estrutura e a exclusão do vaqueiro tradicional	96
A expansão agrícola e o destino dos povos tribais	97
NOTAS	100
Bibliografia	109